



DEMOCRACIAS E SOCIEDADES DIVIDIDAS

– Tendências, riscos e esperanças

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹.

2 de abril de 2024².

1 – Introdução

Os tempos não são os mais simples para elaborar análises de conjuntura. Há complexidades. Todos os fenômenos estão interligados como uma grande rede e desvendar essa teia de relações é um grande desafio. Produzir, em grupo, a partir da comunhão de diversas contribuições e a serviço da CNBB, não é uma tarefa desprovida de um esforço para permitir a eclosão da mais variada gama de pontos de vistas, e, ao mesmo tempo, evitar que deixemos de lado os pontos cegos – especialmente os nossos. Sabemos das responsabilidades. E compreendemos os limites do texto, pois o mais importante é a escuta, permanente e insistente, “forma de hospitalidade da

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Izete Pengo Bagolin – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, Jackson Teixeira Bittencourt – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Ima Vieira – REPAM, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

² Festa em memória de São Francisco de Paula (1416-1507), fundador da Ordem dos Irmãos Mínimos.





vida”³ para tentar compreender a nossa realidade política, social, econômica e cultural.

A primeira inspiração, neste período pascal, e antecedendo a 61ª Assembleia Geral Ordinária da CNBB, é a festa de São Francisco de Paula. Com o santo aprendemos que os desafios devem ser enfrentados com humildade. A segunda inspiração, vem de perguntas que nos colocam e que nos colocamos. “Qual a razão de tanta divisão em todo o canto?”; “Como chegamos até aqui?”; “Quais são as tendências, os riscos e as esperanças?”. E há, uma questão de fundo, sempre presente em nossos trabalhos, que nos foi apresentada por Dom Cláudio Hummes, em uma reunião da CNBB, ainda nos idos de 2019. Perguntava-nos o Cardeal: “Por que há tanto ódio na sociedade e na política”? Há ainda, com muita alegria, uma outra fonte de inspiração e motivação desta análise. Uma sincronia decorrente dessas questões que se nos são apresentadas e da feliz escolha da Campanha da Fraternidade de 2024, “Fraternidade e Amizade Social”, da CNBB⁴, que nos exige aprofundar alguns aspectos desses tempos.

Em alguns momentos históricos, a sensação de que há mudanças que não conseguimos compreender se torna evidente. No passado houve vários

³ Nas palavras do Cardeal José Tolentino Mendonça, aprender a escutar em vez de temer, para “aprender com o tempo não a estratégia da fuga, mas a paciente sabedoria da confiança, que nos coloca diante de Deus e uns diante dos outros assim como somos. E nós somos frágeis e fortes, vacilantes e seguros, competentes e incapazes, desejantes e conformistas, sonhadores e já acomodados. Mas somos filhos e filhas, irmãos e irmãs, e é por isso que a cada momento a força comum da confiança pode sobrepor-se à dispersão e conjugar-se para que aconteça aquele milagre que é o florescer da vida”. MENDONÇA, José Tolentino. O florescer da Vida. Texto completo disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634782-o-florescer-da-vida-artigo-de-jose-tolentino-mendonca>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁴ Cf. CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 2024**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2023. Adiante citada como CF/2024.





dessas des-percepções⁵. Especialmente na Europa, o começo do Século XX⁶ trouxe muito pessimismo, principalmente no período da Primeira Grande Guerra (1914-1919). As reações a este modo de encarar a vida teve como base os grandes desafios de um século marcado por muitas mudanças estruturais⁷.

⁵ “Despercepção” é um neologismo. Conquanto exista em português o adjetivo “despercebido” (ou desaparecebido), o substantivo correspondente (despercepção) ainda inexistente. O seu uso aqui tem o sentido para explicitar uma incapacidade de perceber mesmo que se tenha visto, em um determinado cenário, uma forma de disparidade na percepção. Não é uma cegueira (termo que pode indicar o capacitismo). É mais uma indiferença!

⁶ Um exemplo, dessa incompreensão transformada em tendência na reflexão, para não ficarmos muito presos aos dias que nos perseguem, está lá no início do século XX. No primeiro volume de “A Decadência do Ocidente”, que apareceu na Alemanha em 1918, do filósofo alemão Oswald Spengler (1880-1936), acerca da crise daqueles tempos, ele defendia a posição de que a civilização ocidental estava lenta, inevitavelmente entrando em sua última fase de “vida”, piorada pelas dificuldades enfrentadas no continente europeu do pós-guerra (a primeira). Cf. SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. Spengler apresentava a história universal como um conjunto de culturas (Antigas ou Apolíneas, Egípcia, da Índia, Babilônica, Chinesa, Mágica, Ocidental ou Fáustica) que se desenvolviam independentemente umas das outras – como corpos individuais – passando através de um ciclo vital composto por quatro etapas: juventude, crescimento, florescimento e decadência, como o ciclo vital de um ser vivo, que tem começo e um fim determinados. Ademais, cada uma das etapas que conformavam o ciclo vital de uma cultura apresentava, segundo o esquema spengleriano, uma série de características distintivas que se manifestavam em todas as culturas por igual demarcando os acontecimentos particulares. Com base neste esquema e aplicando um método que chamou de “morfologia comparativas das culturas”, Spengler proclamou que a cultura ocidental se encontrava em sua etapa final (a decadência) e afirmou que era possível prever os fatos advenientes na história do ocidente. Outro aspecto importante do seu pensamento era a fixação de um declínio irreversível, a impossibilidade de reverter o processo, além de um pessimismo com o que era considerado “civilização”. O tom determinista utilizado pelo filósofo alemão suscitou, contudo, inúmeros questionamentos, cujo principal foi “o Ocidente estava realmente condenado a um destino agourento?” Spengler construiu a imagem da história universal como imutável e profundamente trágica. Tal como o exemplo de outras culturas anteriores na história – como as culturas antiga, egípcia e babilônica, que tiveram todas o seu apogeu antes de se desintegrarem –, a “civilização” ocidental estava condenada ao fracasso histórico: havia completado o seu ciclo vital e caminhava irreversivelmente para o aniquilamento!

⁷ Dentre as discussões travadas em torno destas ideias na Europa (v.g., Thomas Mann, Max Weber e Ortega y Gasset), a crítica do historiador holandês da cultura Johan Huizinga (1872-1945), sobretudo em relação à ideia spengleriana de história como morfologia, à questão do determinismo histórico nos debates sobre a “regeneração” da cultura ocidental e o papel do conhecimento histórico no cenário de crise, foi um contraponto importante. Entre os dois extremos que separavam o fatalismo desesperador de Oswald Spengler e a crença na salvação próxima daqueles fiéis a credos sociais e políticos que “julgavam possuir a chave para a felicidade terrena”, estavam todos aqueles que, como Johan Huizinga, apontavam as faltas de seu tempo, não sabiam como remediá-las, mas que se “esforçavam por compreender e se prontificavam a sofrer”, cf. HUIZINGA, Johan. **Nas sombras do amanhã**: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo. Coimbra: Armênio Amado, 1944. Aqui p. 8 e 11. Ele foi muito sensível aos “abalos” sofridos pela cultura, sobretudo a cultura europeia que, como ele acreditava, deveria estar ancorada em valores como a tradição, a diversidade cultural, a experiência civil e a liberdade individual. Huizinga, animado pela ideia de que o processo de decadência não era uma necessidade histórica, escreveu, nas décadas de 1930 e 1940, os livros “Nas sombras do amanhã” (1935) e “Geschonden wereld” (1943) – em português algo como “O mundo em ruínas” – e inúmeras conferências, com destaque para “O Homem e a Cultura” (1937). Como um “diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo”, Huizinga apresentou seus principais





Não obstante muitas formulações possíveis, há a necessidade de indagar se devemos optar por uma percepção de fim dos tempos – uma das abordagens mais frequentes no atual estágio da tardo-modernidade⁸, no “campo apocalíptico”⁹. Ou se, apesar da vida estar profundamente afetada pelas tensões de um mundo onde as relações humanas são cada vez mais mediadas por mecanismos impessoais de dominação e controle da existência, há alternativas. Se não é destino, se não é o fim, mas parte do processo histórico que a todos desafia, na mesma extensão que a todos convoca, como superá-lo e construir avanços?

Há **duas razões** para apontar esta encruzilhada.

A **primeira** é que estamos em um pedaço do mundo com outras relações: a **América Latina**. Ora, traduzir o caráter agônico da modernidade europeia diretamente na realidade latino-americana não é processo simples, pois permeado pelo conjunto de relações e realidades que surgiram dos choques e das mesclas que as entremearam, muitas de caráter violento e sob condições de subordinação permanente a um imaginário colonial e a um tipo

argumentos sobre a “crise da Civilização” no Ocidente – uma oportunidade de reflexão sobre a dimensão real dos danos causados à cultura, para desmistificar mentiras elevadas à condição de verdades históricas, para fornecer uma compreensão sobre quais seriam os requisitos essenciais para haver cultura, e, o mais importante, como oportunidade para descobrir um caminho que de um “mundo dementado” levaria à catarse e à regeneração da civilização ocidental. Mesmo admitindo a perfídia do mundo “contemporâneo” e propondo-se a analisá-la patologicamente, Huizinga não se via como um pessimista.

⁸ Contrapondo-se ao conceito de Pós-modernidade, que implicaria uma possível superação da Modernidade, Lipovetsky dá-nos a conhecer o conceito de “*Hipermodernidade*”, indicativo do ponto extremo da Modernidade. Para o autor, situamo-nos na sociedade do excesso, da velocidade, da aceleração absoluta. O sujeito hipermoderno constitui aquele que vivencia o mais e o menos ao mesmo instante, inserido num mundo onde o público e o privado não se distinguem e onde a liberdade incorre num alto custo: o da frustração. Diferentemente da Modernidade, que punha em evidência a crença num futuro perfeito por meio do progresso e das suas utopias revolucionárias, a Hipermodernidade assinala novos mitos e utopias: do corpo perfeito, da alimentação natural, da moda como fator democrático de satisfação, da interação entre os diferentes, entre outros. Não obstante, a ênfase na diferença não impede a disseminação de uma indiferença exagerada. Da mesma forma, Giddens explicita um mundo “*moderno tardio*”, o qual é caracterizado por uma interconexão entre dois extremos: as disposições pessoais e as influências globalizantes. Ver LIPOVETSKY, G. **A sociedade da decepção**. São Paulo: Manole, 2007; e GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁹ Expressão extraída de DERRIDA, Jacques. **D’un ton apocalyptique adopté naguère en philosophie**. Paris: Galilée, 2005. O “campo apocalíptico”, na filosofia do autor, é um espaço de um desejo de verdade que se confunde com um desejo apocalíptico, de claridade e revelação. Não se trata, por óbvio, de um conceito teológico.





de dominação¹⁰. Na construção da cosmovisão¹¹ de uma parcela da América Latina, há uma percepção de que **estamos em uma mudança de época**¹². É o contrário de uma época de mudanças. Assim, em apertada síntese, estamos vivendo e assistindo um momento de dissolução da concepção integral do ser humano, de sua relação com o mundo e com o sagrado¹³. São tempos de um individualismo que enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço. E, ao mesmo tempo, é um individualismo-de-manada¹⁴. Os fenômenos sociais, econômicos em tempos de ruptura tecnológica, nesta etapa, estão na base da profunda vivência do tempo, ao que se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade.

Mas há uma **segunda questão**. Diante da carência de teorias que expliquem o estado atual do mundo, o desaparecimento de paradigmas ultrapassados e a eclosão de realidades jamais imaginadas, precisamos construir novas estruturas de análises sociais. Em tempos de comunicação digital, a sociedade de risco mundial é responsável por uma dinâmica

¹⁰ Há um recorte epistemológico, se não existencial, bem proposto por Boaventura de Sousa Santos, que recomenda um processo de descolonização, mesmo que desigual e assimétrico, tanto no que se refere a áreas do saber como a regiões do mundo. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 31 e ss.

¹¹ “Cosmovisão” como tradução da expressão da língua alemã *weltanschauung*, cuja origem atribui-se ao final do século XVIII, usado em uma de suas primeiras acepções filosóficas por Immanuel Kant (*Kritik der Urteilskraft* ou “Crítica do Juízo”, publicado em 1790), e aprofundada por seus seguidores, cf. NAUGLE, David K. **Cosmovisão: a história de um conceito**. Brasília, DF: Monergismo, 2017, p. 43.

¹² Conforme o **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2007, números 33 a 100. Aqui DAp.

A mudança de época se configura pelo fato de que as mudanças acontecidas influenciam na perda da “concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus” (DAp, n. 44).

¹³ Idem, DAp.

¹⁴ Ou de um individualismo de massa, na formulação de Oakeshott, que traz em si a contradição de se ter um homem massa anulado por um anti-indivíduo. Ver OAKESHOTT, Michael. *The masses in representative democracy*. In: OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in Politics and Other Essays**. Indianapolis: Liberty Fund, 1991. Aqui o cap. 4, p. 363-383.





estrutural importante, pela qual os riscos globais criam formas de comunidades sem comunicação e uma comunicação sem comunidades¹⁵.

Compreender tal conjuntura significa **entender a reconfiguração histórica da visão de mundo** – os riscos globais criam públicos globalizados e esses, por sua vez, tornam os riscos globais visíveis e políticos –, em razão de um processo de modernização bem-sucedido. Parte-se, neste momento, para um olhar macro do mundo. A política, por exemplo, não está mais sujeita às mesmas vontades de antes ou vinculada apenas a atores e instituições estatais, afinal, as implicações dos riscos são problemas globais. Ela está a adentrar em uma zona crepuscular peculiar da dupla contingência: (a) nada permanece fixo, nem as antigas instituições básicas e sistemas de regras, tampouco (b) as formas e papéis específicos dos atores políticos.

De outra sorte, visto que as externalidades negativas aceitas durante o processo de modernização da sociedade tornaram os arranjos institucionais sociais e políticos obsoletos, as consequências, agora, alastram-se pela sociedade e criam a consciência de que a narrativa da controlabilidade do mundo tornou-se, novamente, fictícia. Contudo, a negação do pessimismo não implicaria otimismo. O ceticismo cultural, tão afeito ao mundo da teoria dominante por meio de estudos das condições sociológicas, políticas e culturais, também não ajuda.

Compreender as tendências desses tempos significa não apenas entender a dissolução da realidade sociopolítica, mas sobretudo **voltar-se às estruturas, às normas e às possíveis contribuições que emergem a partir disso**. É também discutir os eventuais riscos desses tempos, enquanto se vai tecendo a esperança.

¹⁵ Cf. HAN, Byung-Chul. **The disappearance of rituals**. Cambridge: Polity: 2020.





Desse modo, a infindável história da humanidade motiva o despertar da consciência da sociedade na modernidade tardia. Assim, definições de relações tornam-se expostas e politizadas com cada catástrofe que lembra a sociedade como a lógica dos riscos globais que permeiam a experiência cotidiana. A combinação de definição de relações nacionais e a politização global torna visível a estrutura subjacente da “irresponsabilidade organizada”, como situações nas quais indivíduos, organizações e instituições escapam da responsabilidade por existirem riscos e potenciais desastres que escapam à preponderância das leis e dos regulamentos. **Estamos em uma era dos efeitos colaterais** e somos desafiados pelo modo de avaliar o mundo a partir da consolidação das instituições tradicionais e, não apenas pela lógica das decisões políticas.

Esta segunda razão, associada à primeira, exige que refaçamos alguns dos **conceitos** que usamos para analisar as **conjunturas** a partir de nossas sociedades (e suas estruturas), tanto marcadas pelas ausências como pelas emergências, mas de forma crítica, sistemática, aprofundada e rigorosa, ao mesmo tempo pluralista, com o objetivo de “desmonumentalizar as monoculturas eurocêntricas” por meio de uma ecologia de saberes que permita uma tradução intercultural¹⁶.

Antes, porém, **três ponderações** sobre o percurso. A primeira decorre da nossa **crise das narrativas em uma época pós-narrativa**. Alerta-nos Byung-Chul Han que, apesar dos alardes sobre as narrativas, é um tempo “estranho”, pois perdemos o “poder de vinculação característico da narrativa”¹⁷. A

¹⁶ Poder-se-ia utilizar a ideia de uma linguagem *sentipensante*, resgatada por Eduardo Galeano, que não separa a razão do coração, dos pescadores da costa colombiana, que inventaram a palavra “sentipensante”, para definir a linguagem que diz a verdade, popularizada pelo sociólogo Orlando Fals Borda. Cf. GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. 5. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007. Para uma leitura sistemática, ver ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la Tierra**: Nuevas Lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Universidad Autónoma Latinoamericana (UNAUCLA), 2014.

¹⁷ Cf. HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 9-11.





consequência, para Han, é a perda cada vez maior da ideia de comunidade, exceto na forma de mercadoria, pois somente assim os tempos atuais se apropriam da narração¹⁸.

A segunda observação que nos orienta tem por base o pensamento de Paul Virilio. Ele destaca o fato de que **o cidadão é objeto de um constante bombardeio informacional e desinformacional**. Ele considera a velocidade como valor a partir do advento da revolução política, não se tratando apenas de produzir mais depressa, mas sim, também de destruir mais depressa. À medida que a produção é suplantada pela destruição, percebe-se que a evolução da máquina de guerra é a involução da humanidade. Se a lógica da riqueza se expressa numa economia política, a lógica da corrida se explicitaria numa concepção teórica capaz de articular velocidade e política a um formato em que todos se observam e se comparam incessantemente¹⁹.

A terceira forma de caminhar, ao analisar as conjunturas, parte do desafio de uma **produção a partir da tradição da Igreja Católica**. Há sempre, em análises, uma proliferação de conceitos. E diversas formas de explicá-los. A mais razoável é aquela que lida com e a partir da realidade. O Papa Bento XVI e o Papa Francisco defenderam a ideia desta forma de “realismo”²⁰. Este último, vem insistindo que “a Igreja não tem nem pode ter ideologia e reduzir tudo a questões de esquerda e direita. Ou, ainda, que **os “fatos são mais importantes que ideias”**”²¹.

Assim, mesmo que não seja possível explicar o todo sob todos os ângulos, tentaremos oferecer algumas contribuições. Isto pode servir como

¹⁸ Idem, p. 12-13.

¹⁹ Cf. VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo, Estação da Liberdade, 1996.

²⁰ Cf. BENTO XVI, **Deus caritas est**, n. 1; FRANCISCO, **Evangelii gaudium**, n. 231-233; e GUERRA LÓPEZ, Rodrigo. **Como un gran movimiento**. Mexico: Fundación Rafael Preciado, 2006.

²¹ Cf. RAGONA, Fabio Marchese. **Life: My Story Through History**. New York: HarperCollins, 2024.





início para que cada um dos leitores possa oferecer-se à mesa de debates e de diálogos em construção. Não são únicos, nem são exclusivos ou excludentes, nossos pontos de partida. Apenas destacam e revelam alguns centros, o que deve permitir a relação entre o diálogo e o entendimento presentes em qualquer proposta de escuta prolongada e profunda²².

2 – Grandes tendências globais

Os conflitos distribuídos pelo mundo aumentam em intensidade e mortandade. A destruição da Casa Comum e o aquecimento global indicam que a ordem internacional não está conseguindo garantir a paz, a prosperidade e a justiça para a humanidade. O enfraquecimento dos EUA e da OTAN como lideranças da velha ordem mundial se expressam não somente em suas economias, mas também no seu frágil desempenho para solucionar conflitos. Não é só. Há um conjunto de grandes tendências que acontecem em todo o mundo, mesmo que a sua concretização se dê de forma distinta em cada canto do planeta.

2.1 – Meio ambiente e economia

O Relatório de Riscos Globais de Janeiro de 2024 do Fórum Econômico Mundial afirma que o mundo está sob os efeitos de duas crises perigosas: a crise climática e os conflitos geopolíticos. Os países estão lidando com os impactos recordes de eventos climáticos extremos e apesar da gravidade dos efeitos, **os esforços e recursos de adaptação às mudanças climáticas ficam aquém do tipo, escala e intensidade dos eventos relacionados ao clima que**

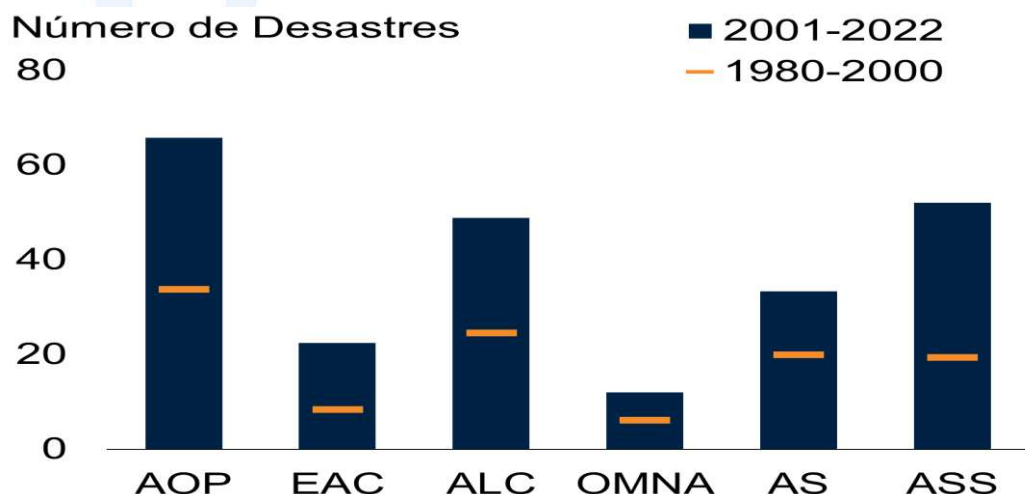
²² A “escuta é o primeiro e indispensável ingrediente do diálogo e da boa comunicação. Não se comunica se primeiro não se escutou (...). Para fornecer uma informação sólida, equilibrada e completa, é necessário ter escutado prolongadamente. Para narrar um acontecimento ou descrever uma realidade (...), é essencial ter sabido escutar, prontos mesmo a mudar de ideia, a modificar as próprias hipóteses iniciais”. FRANCISCO, Papa. **Escutar com o ouvido do coração**. Mensagem para o LVI Dia Mundial das Comunicações Sociais. Roma, 24 de janeiro de 2022. Disponível em <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/20220124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>. Acesso em 28 mar. 2023.





já estão ocorrendo. Conforme ilustrado pela Figura 1 o número de desastres relacionados ao clima que consistem em secas, inundações, temperaturas extremas e tempestades aumentaram nos últimos vinte anos em todas as regiões do mundo, quando comparados aos vinte anos anteriores (1980-2000). E a região da América Latina e Caribe foi a terceira região que mais sofreu com desastres climáticos nos últimos 20 anos²³.

Figura 1 – Número de desastres naturais relacionados ao clima por regiões.



Fonte: EM-DAT (database); World Bank²⁴.

²³ O relatório completo pode ser lido na página do World Economic Forum. Disponível em <https://www.weforum.org/press/2024/01/global-risks-report-2024-press-release/>. Acesso em 28 mar. 2024.

²⁴ Idem. Legenda: AOP = Ásia Oriental e Pacífico; EAC = Europa e Ásia Central; ACL = América Latina e Caribe; OMNA = Oriente Médio e Norte da África; SA = Sul da Ásia; ASS = África Subsaariana. Número médio anual de desastres naturais relacionados ao clima durante o período de 1980-2000 e 2001-2022.

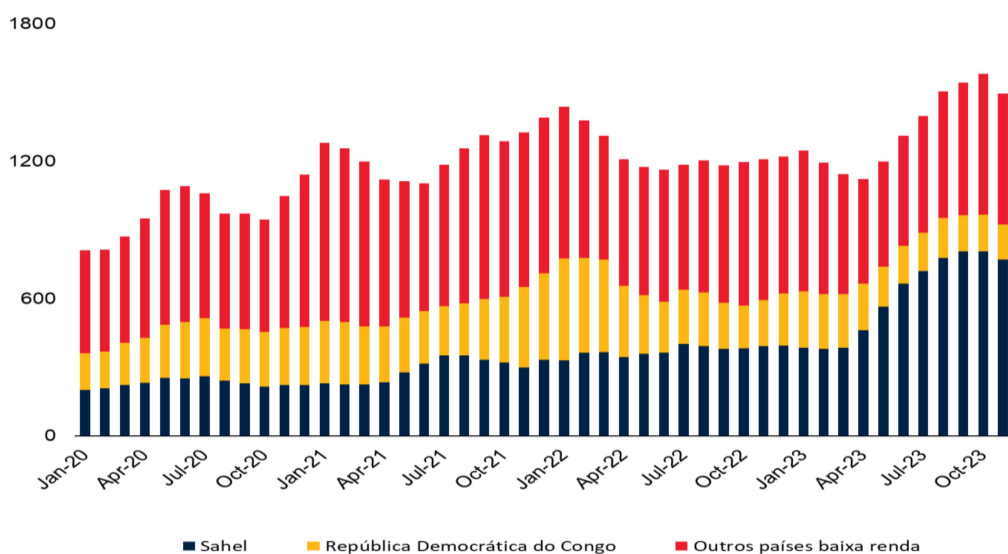




Simultaneamente, o **aumento das tensões geopolíticas**, juntamente com o **surgimento de conflitos** em várias partes do mundo, está contribuindo para uma ordem global instável, caracterizada por narrativas polarizadoras, erosão da confiança e sensação generalizada de insegurança. Como evidenciado na Figura 2, a incidência média de eventos violentos, abrangendo desde batalhas armadas e explosões até violência direcionada contra civis e distúrbios civis em geral, no período de janeiro de 2020 a outubro de 2023, tem crescido nas regiões do Sahel, República Democrática do Congo e em outros países de baixa renda. Essa tendência crescente de instabilidade e conflito apresenta desafios significativos para a segurança regional e global, exigindo uma resposta coordenada e enérgica da comunidade internacional para promover a paz e a estabilidade nessas áreas críticas.

Figura 2 –Número de desastres registrados entre janeiro de 2020 e outubro de 2023.

Número de eventos





Fonte: ACLED (database); World Bank²⁵.

A economia mundial também apresenta vários riscos e suas crises. Há pressões sobre os preços, resultando em um aumento no custo de vida e, pelo entendimento de um pensamento mais ortodoxo, para enfrentar essa inflação, exige-se que as taxas de juros sejam mantidas persistentemente elevadas²⁶. Tal cenário promove incerteza econômica e contribui para o endividamento de famílias, empresas e governos. Essa persistência da inflação em níveis acima do desejado representa um desafio significativo para as autoridades econômicas, que precisam adotar medidas adequadas para garantir a estabilidade econômica e o bem-estar das populações afetadas, sem cair na armadilha de um pensamento hegemônico que defende o aumento de taxas de juros para combater inflação, como se a causa da inflação fosse um suposto aumento de demanda que necessitaria ser refreada com elevadas taxas de juros, e deixando de considerar os inúmeros casos em que a inflação é provocada por elevação de preços que não se reduzem quando os juros sobem.

No Brasil, tivemos anos de inflação alta causada por aumentos de preços administrados pelo governo (principalmente combustíveis e energia, entre outros) e pela elevação de preços de alimentos (devido a fatores climáticos e erros de política agrária e agrícola) – inflação essa que não pode apenas ser combatida por meio do aumento de juros, porque tais preços administrados e de alimentos não se reduzem quando os juros sobem. Atualmente, a inflação está baixa e até mesmo os grandes rentistas da dívida

²⁵ Idem.

²⁶ Se o combate à inflação se dá, como prevê o universo exclusivamente financeiro, com redução da demanda, os juros tendem a subir. Não são considerados outros determinantes dos juros altos (no Brasil, por exemplo, que decorre da forte oligopolização do sistema financeiro).

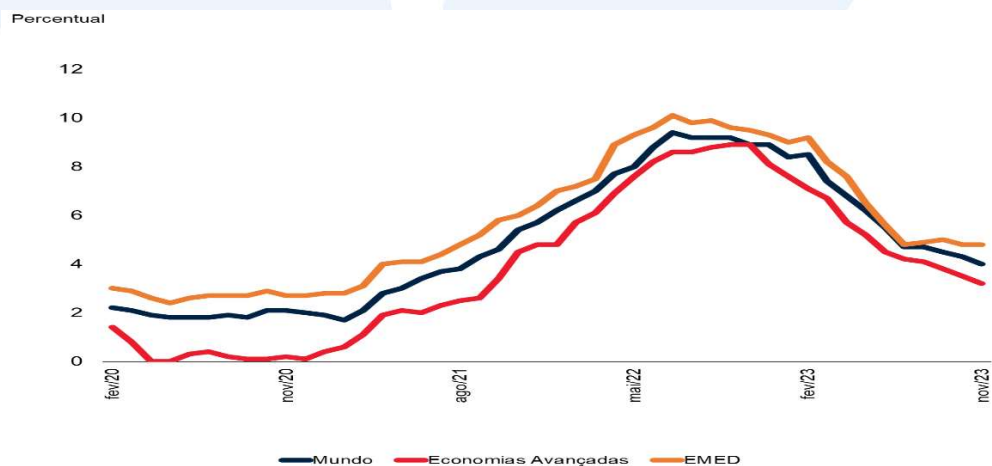




pública preveem que a inflação deve ficar dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2024. Porém, ainda assim, apesar de pífia e lenta redução da Selic, o Banco Central ainda mantém a taxa de juros real em um nível equivalente ao triplo de países como os EUA e países da Zona do Euro, que se encontram hoje com políticas monetárias consideradas como “restritivas”, e o Japão ainda permanece com taxas reais negativas²⁷.

Na Figura 3, percebe-se o impacto da pandemia da COVID-19 e revela uma tendência de queda nos preços ao consumidor no período pós-pandemia.

Figura 3 – Inflação de preços ao consumidor entre fevereiro de 2020 e novembro de 2023.



²⁷ Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/bc-mantem-taxa-de-juros-equivalente-ao-triplo-da-zona-do-euro-e-dos-eua/>. Acesso em 02 abr. 2024.





Fonte: Haver Analytics; World Bank²⁸.

Segundo o Banco Mundial, antecipa-se que o impacto das condições monetárias restritivas sobre o crescimento atinja seu ponto máximo em 2024, na maioria das principais economias. Este fenômeno reflete o resultado das políticas monetárias orientadas para conter a inflação e estabilizar as economias, embora possa implicar em um período de desaceleração econômica. Segundo Joseph Stiglitz, esta opção é equivocada, uma vez que altas de juros não contribuem para reduzir este tipo de inflação provocada por aumento de preços administrados e de alimentos, e ainda inibem os investimentos na economia real, que são fundamentais neste momento, para gerar empregos, aumentar a oferta e reanimar as economias²⁹.

Frente a esse cenário de crises, em 9 de janeiro de 2024, o Banco Mundial divulgou o seu Relatório de Perspectivas Econômicas Globais alertando que a “Economia Global deve ter o pior desempenho em meia década dos últimos 30 anos”. Em síntese, o relatório destaca que a atividade econômica global continua enfraquecendo em decorrência das políticas monetárias restritivas e do fraco crescimento do comércio global. Após uma desaceleração acentuada em 2022 e outro declínio no ano passado, o crescimento da produção global está prestes a diminuir em 2024, marcando o terceiro ano consecutivo de desaceleração. Como pode ser visto na Figura 4, o crescimento médio da economia global no último quinquênio – o período

²⁸ Idem. Nota: Nota: EMDE = economias emergentes e em desenvolvimento. O painel mostra a mediana da inflação anual do índice de preços ao consumidor (IPC). A amostra inclui 35 economias avançadas e até 100 EMDE.

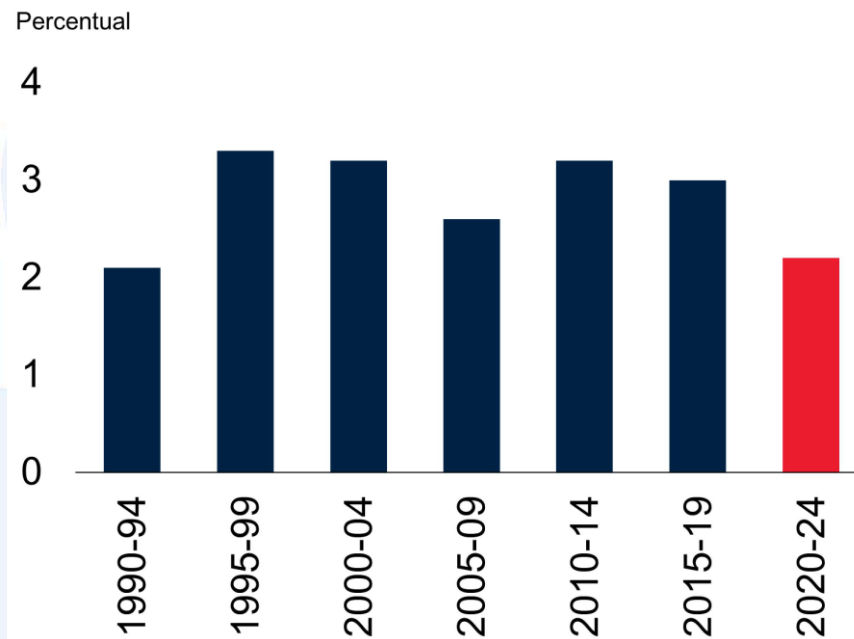
²⁹ “Nobel da economia, Joseph Stiglitz afirma que bancos centrais do mundo erram ao combater a inflação atual com elevação de juros”, disponível em <https://icleconomia.com.br/joseph-stiglitz-bancos-centrais-alta-juros/>





2020-2024 é comparável ao pior desempenho que foi no quinquênio 1990-1994 e o crescimento esperado deverá ficar em aproximadamente 2,2%.

Figura 4 – Crescimento Econômico Global entre 1990 e 2024



Fonte: Banco Mundial³⁰

O cenário global, que era recessivo desde a eclosão da pandemia, foi agravado pelo recente conflito no Oriente Médio que gerou aumento nos riscos geopolíticos e aumentou a incerteza nos mercados de *commodities*. Tais riscos foram adicionados ao cenário prévio que já impunha fortes efeitos decorrentes dos choques sobrepostos nos últimos quatro anos – a pandemia de COVID-19, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa e o aumento da

³⁰ Idem.





inflação e subsequente aperto acentuado, induzido, das condições monetárias globais.

Em termos regionais, o Banco Mundial prevê que o crescimento nas economias avançadas, incluindo a China deve desacelerar em 2024, tendo desempenho médio inferior ao registrado no período 2010-2019. Por outro lado, **é esperado um melhor desempenho dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento**. Embora o cenário para o crescimento dessas economias seja melhor do que para as economias avançadas, a perspectiva para muitos desses países permanece precária em decorrência das dívidas elevadas e dos custos de financiamento, além dos efeitos de choques específicos, como conflitos e desastres.

Dito de outra forma, é possível que a crise da economia e do clima evidenciem uma **crise existencial**, com a saúde planetária e os desafios ambientais se tornando grandes preocupações. A economia global já estava mancando e frágil antes da pandemia. A recuperação subsequente expôs as desigualdades profundas e agravadas, não apenas em renda e riqueza, mas também no acesso às necessidades humanas básicas. As tensões sociopolíticas resultantes e conflitos geopolíticos estão criando sociedades que em breve podem ser disfuncionais a ponto de não serem mais vivíveis. **Tudo isso requer estratégias econômicas transformadoras**. No entanto, há uma persistência em fazer negócios, como de costume, como se mexer nas margens, com pequenas mudanças, pudesse ter algum impacto significativo. Veja-se as expectativas do Banco Mundial:

Quadro 1 – Expectativas para o crescimento econômico das grandes regiões do mundo para 2024 e 2025.





Região	Expectativa em relação ao Crescimento Econômico
Leste Asiático e Pacífico	Deve desacelerar para 4,5% em 2024 e 4,4% em 2025.
Europa e Ásia Central	O crescimento permanecerá moderado em 2,4% em 2024 antes devendo aumentar para 2,7% em 2025.
América Latina e Caribe	O crescimento deve aumentar para 2,3% em 2024 e 2,5% em 2025.
Oriente Médio e África Setentrional	O crescimento tende a aumentar para 3,5% em 2024 e permaneça assim em 2025.
Sul da Ásia	Poderá ocorrer declínio do crescimento para 5,6% em 2024, mas com aumento para 5,9% em 2025.
África Subsaariana:	Deve ocorrer aumento para 3,8% no crescimento em 2024 e um aumento ainda maior para 4,1% em 2025.

Fonte: Banco Mundial³¹

Simultaneamente a esse cenário econômico desafiador, **o mundo enfrenta os desafios de voltar a reduzir o percentual de pessoas em situação de pobreza**. Atualmente, quase 700 milhões de pessoas ao redor do mundo vivem em extrema pobreza, ou seja, vivendo com menos do que o equivalente a dois dólares e quinze centavos (US\$ 2,15) por dia. Destas, o maior número, mais da metade do total, está na África Subsaariana. Essa elevada incidência de pobreza persiste após várias décadas de contínua redução da pobreza global. Porém, período de crises e choques significativos

³¹ Adaptado de <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em 28 mar. 2024





resultou em cerca de três anos de progresso perdido entre 2020-2022, especialmente nos países com rendas mais baixas³².

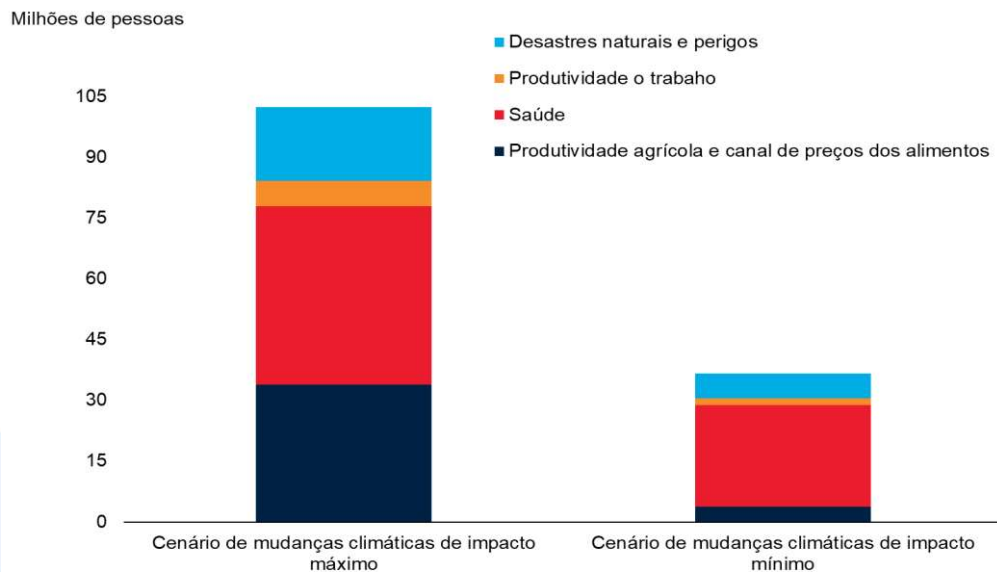
Com o baixo crescimento da economia global, juntamente com os efeitos adversos dos padrões climáticos em mudança que resultam em **frequência e severidade crescentes dos desastres naturais** representam uma ameaça global com potencial para causar perdas significativas em vidas, meios de subsistência e produção. Tais desastres já afetaram mais 130 milhões de pessoas e resultaram em mais de 40.000 mortes anuais ao longo das últimas três décadas. Eles causaram danos substanciais à infraestrutura e à produtividade, interrompendo a produção e afetando negativamente o crescimento econômico. Esses impactos são exacerbados pela capacidade fiscal limitada para resposta e pelos efeitos nos balanços do setor público, bem como nos riscos para a estabilidade do setor bancário. A vulnerabilidade a esses desastres varia entre países, sendo as economias emergentes e em desenvolvimento são menos capazes de responder, enquanto a urbanização intensiva pode aumentar a exposição a riscos como inundações. Os efeitos dos desastres naturais tendem a ser desiguais entre as populações, exacerbando a pobreza através de vários mecanismos, como a deterioração da saúde e o aumento dos preços dos alimentos, especialmente prejudiciais para os mais pobres. Mas que, no ímpeto de controlar os gastos sociais governamentais, impede-se a adoção de políticas públicas compensatórias que busquem atender aos mais vulneráveis.

³² Disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>. Acesso em 28 mar. 2024.





Figura 5. Projeções de impactos das mudanças climáticas sobre o número de pessoas em pobreza extrema em 2030 em dois cenários extremos.



Fonte: Banco Mundial³³

As Nações Unidas em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2023-2024 intitulado “Pôr fim ao impasse: reimaginar a cooperação num mundo polarizado” publicado em março de 2023, **considera que o mundo está fora do seu rumo**. Esse alerta decorre reversão na tendência de redução das desigualdades globais que vinha sendo registrada há mais de duas décadas. Os resultados atuais revelaram um aumento sem precedentes na distância entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da metade mais pobre e mais rica do mundo. Esse agravamento decorreu, especialmente, da

³³ Cf. Jafino et al. (2020); *apud* World Bank (2024).





concentração econômica. Ao mesmo tempo que os 38 países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estão hoje com IDHs mais altos do que no período pré-pandemia, a metade dos 35 países menos desenvolvidos (18 deles), que experimentaram queda no IDH entre 2020 e 2021, permanecem com números piores do que em 2019, conforme as Nações Unidas.

No atual contexto, de acordo com o relatório, aproximadamente 40 por cento do comércio global de mercadorias concentra-se em três ou menos países. No ano de 2021, os ganhos de capital, obtidos em bolsas de valores de cada uma das três maiores empresas tecnológicas a nível mundial ultrapassou o Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 90 por cento dos países nesse ano. Diante destas novas crises, em um mundo que ainda não se recuperou dos efeitos da Pandemia de COVID-19, **as pessoas demonstram uma esperança negativa em relação ao futuro**³⁴.

Retomando a "Pesquisa de Percepção de Riscos Globais 2023-2024" (GRPS), identificou-se que a maioria dos respondentes (54%) espera que ocorra alguma instabilidade e um risco moderado de catástrofes globais a curto prazo. Enquanto outros 27% esperam uma maior turbulência e 3% esperam que riscos catastróficos globais se materializem a curto prazo. Apenas 16% esperam uma perspectiva estável ou calma para os próximos dois anos. E ao serem questionadas sobre o futuro um pouco mais distante, a perspectiva é significativamente mais negativa. Para os próximos dez anos, em torno de 63% dos respondentes acreditam em um contexto tempestuoso ou turbulento e menos de 10% vislumbram uma situação calma ou estável³⁵.

³⁴ Disponível em <https://www.undp.org/pt/guinea-bissau/news/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2023-2024>. Acesso em 28 mar. 2024.

³⁵ *World Economic Forum*. Disponível em <https://www.weforum.org/press/2024/01/global-risks-report-2024-press-release/>. Acesso em 28 mar. 2024.





Tal pessimismo em relação ao futuro fundamenta-se nas diferentes dimensões da conjuntura econômica, política e social global.

Analisando as tendências econômicas na América Latina, o Indicador de Clima Econômico (ICE)³⁶, medido pela FGV IBRE, “subiu 3,7 pontos entre o 4º trimestre de 2023 e o 1º trimestre de 2024, mantendo-se na zona de clima econômico favorável por dois trimestres seguidos pela primeira vez desde 2018. Ao registrar 105,7 pontos, o ICE atinge o maior valor desde o 1º trimestre de 2013 (109,8 pontos)”.

Os resultados do 1º trimestre de 2024 foram comparados aos do mesmo período dos anos 2021, 2022 e 2023. Todos os indicadores registram melhora em relação aos trimestres selecionados. Entre as maiores economias, Brasil, Colômbia, Peru e Argentina foram as que mais contribuíram para o aumento do ICE da região³⁷.

O relatório aponta que a “melhora nas condições internacionais, seguida de novas medidas de estímulo e melhora no ambiente político, foram os principais fatores apontados para revisões otimistas do PIB da região³⁸”.

No caso brasileiro, a política monetária menos restritiva, com a redução gradual da taxa de juros básica, tende a melhorar as expectativas de investimentos, mas com reflexos mais para o ano de 2025. A redução da taxa

³⁶ A Sondagem Econômica da América Latina é uma pesquisa trimestral que serve para o acompanhamento e antecipação de tendências econômicas da região. Realizada com base em informações prestadas por especialistas econômicos, a pesquisa é aplicada com a mesma metodologia, simultaneamente, em todos os países da região, método que permite a construção de um ágil e abrangente retrato da situação econômica de países e blocos econômicos. Disponível em <https://portalibre.fgv.br/noticias/clima-economico-da-america-latina-melhora-no-primeiro-trimestre-lidera-do-pela-maior#>. Acesso em 28 mar. 2024.

³⁷ Disponível em https://portalibre.fgv.br/system/files/2024-03/sondagem-da-america-latina_fgv_press-release_1otri2024.pdf. Acesso em 28 mar. 2024.

³⁸ Disponível em https://portalibre.fgv.br/system/files/2024-03/sondagem-da-america-latina_fgv_press-release_1otri2024.pdf. Acesso em 28 mar. 2024.





básica tem sido feita a conta-gotas pelo Banco Central no Brasil, e partiu de um patamar altíssimo, de 13,75% ao ano, uma das taxas básicas mais elevadas do mundo, superior até à da Rússia em guerra.

Na Figura 6 pode-se ver a projeção dos números do provável crescimento econômico na região.



Figura 6 – Expectativa de crescimento econômico





● 6% or more ● 3% - 6% ● 0% - 3% ● -3% - 0 ● less than -3%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁹

A inflação na região, após os impactos da pandemia de COVID-19, iniciou trajetória de queda a partir de 2023 e se estende para 2024, exceto na Argentina. A Figura 7 apresenta o perfil da inflação na região.

Figura 7: Inflação na América Latina

³⁹ Disponível em https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD. Acesso em 28 mar. 2024.





● 25% or more ● 10% - 25% ● 3% - 10% ● 0% - 3% ● less than 0%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴⁰

A política monetária contracionista, adotada por muitos Bancos Centrais, teve efeito no combate à inflação (independentemente de ser de demanda ou de oferta), com diversas consequências em outros aspectos da economia.

A discussão sobre a eficácia da taxa de juros sobre a inflação é vasta e dividida entre os economistas. De um lado, a partir de evidências e estudos econométricos, demonstram que os juros têm apresentado resultados positivos no sentido de enquadrar a inflação nas metas estipuladas pelos bancos centrais, em especial no longo prazo. De outro, que os juros não têm tal eficiência em determinadas economias, além de causar danos para a sociedade, como desemprego, dentre tantos outros impactos sociais.

O relatório, enfim, aponta para **menos crescimento econômico e menos pressão inflacionária**, em especial pela queda no ritmo de atividade nos

⁴⁰ Idem.





Estados Unidos e na China, impactando num baixo dinamismo do comércio econômico a nível global. Para a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) a estimativa é de um crescimento econômico para a região de 1,5% em 2024: “as economias da região manterão baixos níveis de crescimento este ano e no próximo, afetadas por um cenário econômico mundial negativo e regional muito complexo”⁴¹.

Segundo análise da Cepal, apesar das quedas na inflação, **2024 vai em direção de um baixo crescimento econômico para a região e para o mundo como um todo**, pois é provável que as economias avançadas continuem utilizando políticas monetárias restritivas, o que encarece o custo de financiamentos e investimentos internacionais. As economias da América Latina poderiam, como estratégia alternativa, utilizar-se da política fiscal expansionista para puxar o crescimento, ou seja, crescer por meio do endividamento interno. Mas há riscos.

Conforme a Cepal, “o espaço de política fiscal permanecerá limitado, embora a redução da inflação na região abra mais espaço para a política monetária nos países. **Prevê-se que o contexto internacional continue sendo pouco favorável, com crescimento do PIB e do comércio mundial muito abaixo das médias históricas.** Internamente, isso terá impacto no mercado de trabalho, com menor expansão de postos de trabalho e aumento no desemprego, bem como uma maior demanda por projetos sociais. **Preocupa também a qualidade do emprego** nesse contexto de baixo crescimento, pois é muito provável que os trabalhadores fiquem mais vulneráveis, tenham menores níveis de proteção social e empreguem-se em setores menos produtivos”⁴².

⁴¹ Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/atividade-economica-america-latina-caribe-continua-mostrando-trajetoria-baixo>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁴² Idem.





A Cepal ainda destaca que o investimento público é muito baixo na região comparando com as economias avançadas e até mesmo outras regiões em desenvolvimento, se traduzindo em um estoque insuficiente de capital público, em especial quando se trata de infraestrutura para alavancar o crescimento econômico.

A instabilidade política e macroeconômica na Argentina e na Venezuela também compromete o crescimento de toda a região. A Argentina é um grande parceiro comercial do Brasil, sendo as economias com maior transação comercial no Mercosul. A crise na Venezuela expulsa a população para os vizinhos, em especial o Brasil, que vem recebendo um fluxo de pessoas a procura de trabalho e renda. A atual crise de segurança pública no Equador também foi destacada no relatório⁴³.

Em síntese: as análises da economia apontam uma **tendência de baixo crescimento econômico, menor inflação, desastre do endividamento, menor dinamismo das economias, problemas fiscais e baixo dinamismo na oferta de empregos qualificados e maior exigência de políticas públicas sociais**. Ademais, outra tendência que se configura é a cristalização de uma **“policrise”**⁴⁴, com aquecimento global, pobreza e desigualdade globais sem fim *etc.*, e que estão ligadas entre si e à crise econômica insolúvel e crescente deste século XXI.

⁴³ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/equador-prorroga-estado-de-emergencia-por-30-dias/>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁴⁴ Edgar Morin define a “policrise” como uma situação em que “crises interligadas e sobrepostas” assumem a forma de um “complexo interdependente de problemas, antagonismos, crises e processos incontroláveis” que formam “a crise geral do planeta”. Esta visão é muito diferente daquilo que se conhece em economia como “crise sistêmica”, ou seja, uma crise que desestabiliza todo um sistema, mas cujo ponto de partida é um choque único e identificável. Neste último caso, a espiral da crise pode ser interrompida se o contágio puder ser contido. Esta é a lógica que rege a gestão de crises desde 2008, à qual falta sucesso. Por outro lado, numa crise múltipla, este tipo de contenção não é possível, porque a crise faz parte de uma cadeia de acontecimentos tão complexa que é impossível pará-la. Ainda mais, porque as soluções propostas dão origem a novos problemas que espalham para outras áreas por meio de contágio. O mundo sujeito à policrise não é estático, está vivo: a sua crise modifica o ambiente, e o ambiente modifica os termos da crise. Ver MORIN, Edgar. **Terre-patrie**. Paris: Seuil, 1993.





2.2 – Guerras e mudanças geopolíticas: um mundo em ebulição

O mundo assiste em tempo real, nas telas dos dispositivos telemáticos, a destruição, a desigualdade e a mortandade. Estarrecidos, observamos cenas de barbárie com as mortes de crianças e populações queimadas e destroçadas por bombas ou por falta de água, comida e medicamentos. Famílias choram desesperadas em Gaza, na Ucrânia, no Haiti e em tantos lugares em que as guerras transformaram seu cotidiano.

Os conflitos em locais como Etiópia, República Democrática do Congo, Haiti, Ucrânia, Iêmen, Síria e Israel/Palestina, assim como as tensões no Kosovo, no Azerbaijão, no Níger e na África ocidental e em diversas outras partes do mundo, ilustram a incapacidade da comunidade internacional em estabelecer entendimentos e soluções. Segundo Amina Mohamed, subsecretária-geral da ONU, dois bilhões de indivíduos estava vivendo em zonas de conflito em 2022,⁴⁵ o que representava um quarto da população mundial.

Essa escalada bélica pode ganhar ainda maiores proporções na medida em que a Comunidade Europeia e a OTAN demonstram interesse em ampliar seus armamentos. Em 2024, a Comissão Europeia apresentou uma “Estratégia Industrial de Defesa”, juntamente com um fundo de subsídio de pelo menos 1,5 bilhão de euros para um Programa Europeu de Investimento em defesa⁴⁶. No entanto, segundo Thierry Breton, Comissário da Indústria da Comissão Europeia, seria necessário cem bilhões de euros para que a Europa

⁴⁵ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/09/mundo-vive-recorde-de-pessoas-afetadas-por-conflitos-e-diplomacia-fracassa.htm>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁴⁶ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637132-os-falcoes-estao-preparando-o-cenario-de-guerra-e-a-industria-armamentista-recebe-a-mensagem-com-euforia>. Acesso em 28 mar. 2024.





criasse um complexo industrial competitivo⁴⁷. O Relatório “*Finance for War. Finance for Peace*” (Finanças para a Guerra. Finanças para a paz) apresentado no início de 2024 pela “*Global Alliance for Banking on Values*”, aponta que quase 1 trilhão de dólares (US\$ 959 bilhões) foi usado em dois anos (2022-2023) por instituições financeiras globais para apoiar a produção e o comércio de armas⁴⁸. Segundo o site Poder 360, as principais empresas de defesa dos Estados Unidos ganharam mais de US\$ 40 bilhões em valor de mercado desde o início da guerra entre Rússia e Ucrânia⁴⁹, conforme a Figura 8.

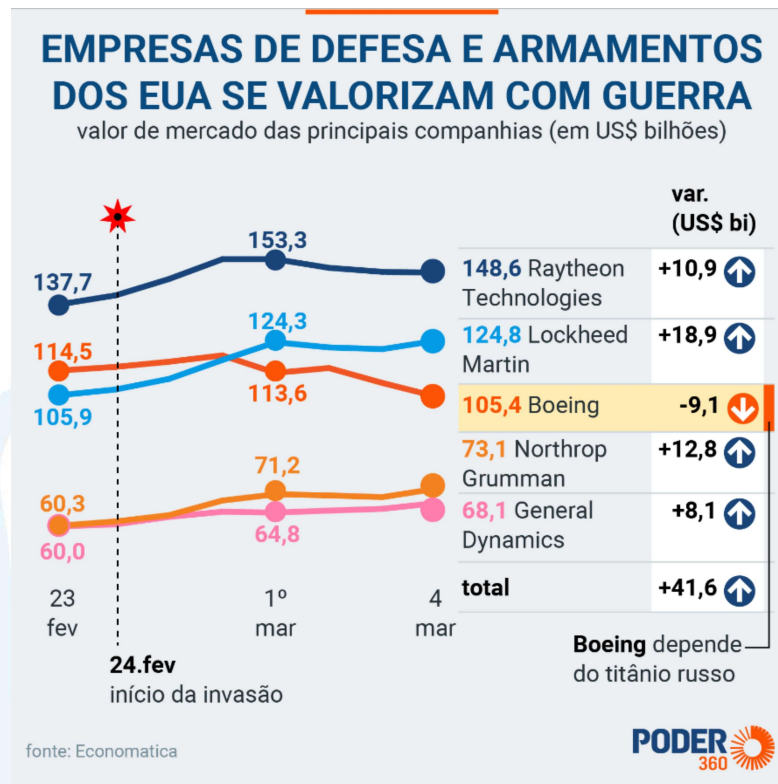
Figura 8 – Empresas americanas e a guerra Rússia e Ucrânia

⁴⁷ Disponível em <https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2024-03-05-Bruxelas-apresenta-plano-para-UE-ter-economia-de-guerra-avaliado-em-100-mil-milhoes-de-euros-9a63441d>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁴⁸ Dados disponíveis aqui: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637016-financas-e-armas-um-recorde-de-us-1-trilhao-para-apoiar-a-industria-militar>. Acesso em 28 mar. 2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/com-guerra-na-europa-industria-da-defesa-ganha-valor-nos-eua/>. Acesso em 02 abr. 2024.





Quando a OTAN foi criada, em abril de 1949, os Estados Unidos eram uma potência em expansão. Estavam no auge de seu domínio no cenário internacional. Controlavam quase 50% da indústria mundial. Em 1999, dez anos após a queda do muro de Berlim, Bill Clinton anunciou que os Estados Unidos tinham um futuro brilhante e próspero pela frente. Parecia certo: o país estava mais rico do que nunca. Desde então, sua participação na economia mundial e sua produtividade têm caído constantemente, enquanto a obsolescência de sua indústria manufatureira e de sua infraestrutura tem aumentado. O debate sobre o declínio do império americano possui várias facetas. Uma delas indica que o país que vem liderando o capitalismo ocidental desde o fim da segunda grande guerra e que fez da OTAN a espinha dorsal de sua política de defesa, continua se comportando de forma beligerante. Apertaram o cerco contra a Rússia, aproximando-se perigosamente de uma



guerra nuclear. **Organismos criados ainda em 1945 não dão mais respostas**, enquanto uma nova realidade de poder e novas hegemonias regionais abalam as placas tectônicas em todos os continentes⁵⁰.

A questão é como perceber as mudanças desse novo contexto e agir, para além da constante reafirmação do caminho da paz. **Há dois campos distintos**. Um universo que pensa o **mundo como multipolar e multilateral**. Multipolar é um mundo com mais de um centro de poder, por exemplo Estados Unidos, China, Europa, Rússia e talvez a Índia. Multilateral é um mundo no qual nenhum país dita a agenda mundial, e ela é constantemente negociada entre os vários centros de poder. E ideologicamente pluralista significa que não há apenas uma forma de governo aceita (por exemplo a democracia liberal), mas várias formas de governo válidas. Outro campo, que nos oferece um quadro de uma nova Guerra Fria, ou o que chamam de **Guerra Fria 2.0**, nos oferece uma “transição hegemônica” nas relações internacionais e dois dilemas.

A tendência mais provável é o crescimento de um mundo bipolar policêntrico, numa espécie de Guerra Fria 2.0⁵¹, com três pesos posicionados

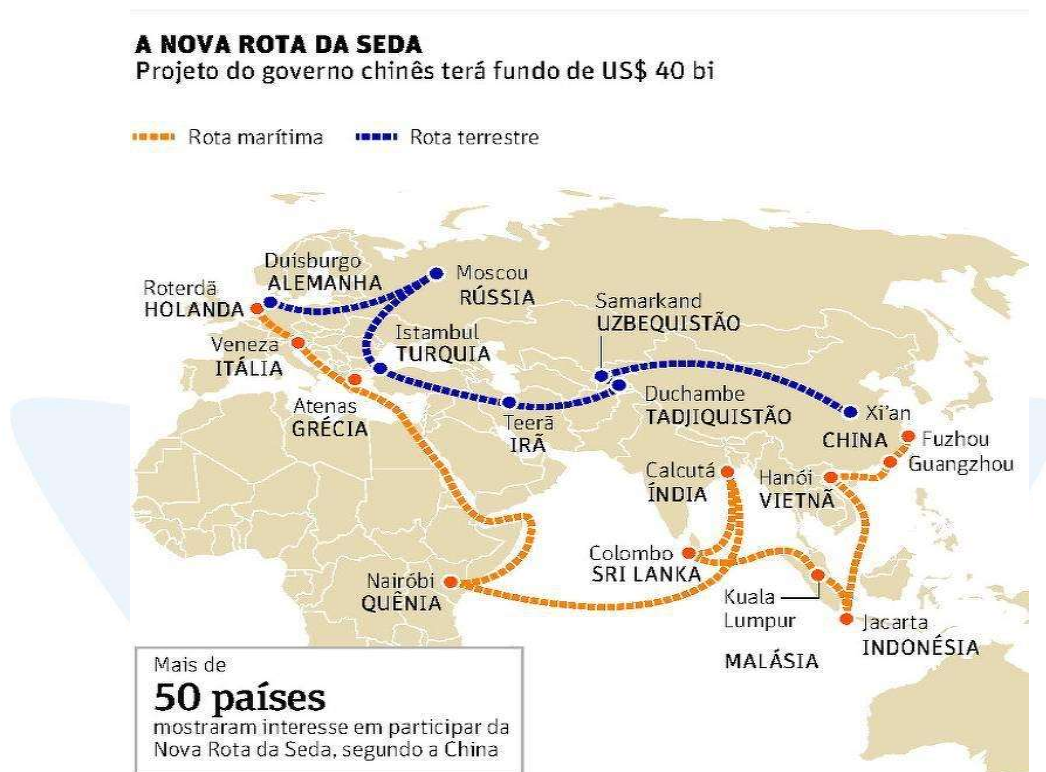
⁵⁰ “Hoje, enquanto assistimos o drama de famílias israelenses e palestinas, a constatação é de que os mecanismos, canais ou relações de poderes que existiam para estabelecer o diálogo estão soterradas. Organismos criados ainda em 1945 não dão mais respostas, enquanto uma nova realidade de poder e novas hegemonias regionais abalam as placas tectônicas em todos os continentes”, avalia Jamil Chade. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2023/10/09/mundo-vive-recorde-de-pessoas-afetadas-por-conflitos-e-diplomacia-fracassa.htm>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁵¹ A Guerra Fria 2.0 é um fenômeno das relações internacionais que se torna mais complexo por ocorrer em um ecossistema policêntrico, considerando as relações complexas entre EUA-Rússia e EUA-China. Cf. BARREIROS, Daniel; GRASS, Pavel. L. Interpretações e Argumentos acerca da chamada “Guerra Fria 2.0”. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, 11(22), 58–82, 2022. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14884>. Acesso em 28 mar. 2024.



no tabuleiro global: Estados Unidos, Rússia e China. Esta última tem buscado cada vez maior presença global, com o projeto da **Nova Rota da Seda**⁵².

Figura 9 – A Nova Rota da Seda



⁵² A estratégia de desenvolvimento da China, por meio da “Nova Rota da Seda”, visa construir conectividade e cooperação em seis corredores econômicos principais que abrangem a China e: Mongólia e Rússia; países da Eurásia; Ásia Central e Ocidental; Paquistão; outros países do subcontinente indiano; e Indochina. A Ásia precisa de US\$ 26 trilhões em investimentos em infraestrutura até 2030, e a China certamente pode ajudar a fornecer parte disso. Seus investimentos, por meio da construção de infraestrutura, têm impactos positivos nos países envolvidos. O benefício pode ser mútuo e também ajudará a desenvolver mercados para os produtos da China a longo prazo e a aliviar o excesso de capacidade industrial a curto prazo. As prioridades, no momento, são a infraestrutura e o financiamento. Cf. OECD, “The Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape”, *In* OECD Business and Finance Outlook 2018. OECD Publishing: Paris, Disponível em https://doi.org/10.1787/bus_fin_out-2018-6-en. Acesso em 28 mar. 2024.





A ideia de uma **Guerra Fria 2.0**, nos oferece uma “transição hegemônica” nas relações internacionais e dois dilemas. A noção mais comum no primeiro dilema tem a ver com Tucídides⁵³. Ele estabelece uma armadilha que se baseia na noção segundo a qual potências *status quo* geralmente entram em guerra com potências ascendentes e revisionistas para manter sua posição de supremacia. Há diversos exemplos históricos para demonstrar que existe uma maior propensão ao conflito do que acomodamento pacífico⁵⁴.

O segundo dilema é a respeito de quem vem adiante. Ou, dito de outra forma, quem fica no lugar dos EUA para os países ocidentais, mesmo os periféricos, como o Brasil⁵⁵. A pergunta-chave a se fazer é: se a China substituir os EUA como maior potência do mundo, ela conseguirá prover bens coletivos e securitários para todo o sistema?

Essas visões sobre rivalidades hegemônicas, contudo, estão longe de serem dominantes entre acadêmicos e tomadores de decisão. Na verdade, existem pelo menos quatro interpretações predominantes sobre a **competição entre EUA e China** na ordem global⁵⁶, portanto, bipolar e não multipolar.

Primeira, **os liberais** acreditam que, a despeito do dilema de Tucídides, o comércio crescentemente interdependente entre os países e as instituições internacionais mitigam fortemente a possibilidade de guerra aberta. Para esses autores, a dependência mútua de EUA e China, além do enorme emaranhado de acordos internacionais, pesam sobre as potências

⁵³ Tucídides (460-395 a. C.), ele mesmo, historiador da Grécia Antiga que escreveu a “História da Guerra do Peloponeso”. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5001037/mod_resource/content/1/IEC%202_Tucidides.pdf. Acesso em 28 mar. 2024.

⁵⁴ Ver ALLISON, Graham. *Destined for War - Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Nova York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing, 2017.

⁵⁵ A questão está exposta por KINDLEBERGER, Charles. *The World in Depression 1929-1939*. Berkeley: University of California Press, 1973. Neste livro seminal, o autor sustenta que o colapso político dos anos 1930 tem como causas a substituição do Reino Unido pelos EUA como potência hegemônica e a inabilidade de Washington em prover bens coletivos para estabilizar o sistema.

⁵⁶ Sistematizados por FRIEDBERG, Aaron. “The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?” *International Security* 30 (1): 7-45, 2005. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4137594>. Acesso em 28 mar. 2024.





aumentando os custos do conflito e levando os decisores a buscarem uma acomodação⁵⁷.

Segunda, **os construtivistas** sustentam que rivalidade ou cooperação são construções sociais e que, portanto, a natureza das interações entre os Estados não é simplesmente o produto de fatores objetivos e materiais, tais como balanço de poder militar, mas de identidades sociais. No que diz respeito ao relacionamento entre EUA e China, os construtivistas geralmente enfatizam a possibilidade de que a crescente participação da China nas instituições internacionais de vários tipos levará Pequim a mudanças em sua cultura estratégica, nas normas de comportamento internacional aceitas por seus líderes e, em última análise, em sua concepção de identidade nacional⁵⁸. Essa mudança faria com que a China se tornasse um país menos contestador da ordem liberal e, portanto, menos propenso a competir com os EUA. Por outro lado, interações repetidas não necessariamente corroem velhas identidades. Podem, pelo contrário, reforçá-las no longo prazo e, no caso da China, fortalecer sua visão excepcionalista da história e política externa, aumentando a chance de conflito com os EUA.

Terceira, **os realistas unipolaristas** defendem que, a despeito da ascensão chinesa, Pequim está longe de desafiar a supremacia política e militar dos EUA no sistema internacional. Para eles, há uma enorme diferença entre os incentivos sistêmicos para equilibrar com os EUA (uma aliança China-Rússia, por exemplo) e a capacidade concreta dessas potências em efetivamente equilibrar o sistema. A China será uma potência maior que Rússia, Alemanha ou Japão, mas não terá a mesma capacidade que a única superpotência global – os EUA⁵⁹. Essa interpretação centra sua análise na capacidade de um único *hegemon* em prover bens coletivos e estabilizar o sistema. O custo para atingir este domínio é muito alto, e os chineses ainda não estão preparados para assumir essa responsabilidade.

Por fim, **os realistas bipolaristas** acreditam que o sistema internacional é caracterizado por uma constante histórica, qual seja, a posição hegemônica gera fortes incentivos para que potências desafiadoras busquem o crescimento doméstico⁶⁰ e alianças⁶¹ para se protegerem da ameaça colocada

⁵⁷ *V.g.*, PAUL, T. V. “The Accommodation of Rising Powers in World Politics”. In *Accommodating Rising Powers Past, Present, and Future*, organizado por T. V. Paul. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

⁵⁸ *V.g.*, JOHNSTON, Alastair. **Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.

⁵⁹ *V.g.*, BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. “The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-first Century - China’s Rise and the Fate of America’s Global Position”. **International Security** 40 (3): 7-53, 2016. Disponível em https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00225. Acesso em 28 mar. 2024; Zhao, Suisheng. “The US–China Rivalry in the Emerging Bipolar World: Hostility, Alignment, and Power Balance”. **Journal of Contemporary China** 31 (134): 169-185, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10670564.2021.1945733>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁶⁰ *Internal balancing*.

⁶¹ *External balancing*.





pelo *hegemon*. Assim, sistemas unipolares são transitórios e instáveis, restando às potências desafiantes se aliarem entre si com vistas a conter a potência dominante⁶². Nesse sentido, a China invariavelmente irá desafiar os EUA. Mesmo realistas menos propensos a defender a bipolarização do sistema concordam que China e EUA buscam, primeiro, a supremacia regional, para depois buscar a hegemonia global, o que as levará invariavelmente à guerra.

Podemos notar, portanto, diferenças importantes sobre os modelos preditivos do cenário de rivalidade. Enquanto os mais otimistas veem espaço para acomodação e mudança da potência rival, os pessimistas enxergam uma rivalidade crescente e fadada à contestação militar. No entanto, podemos notar pelas correntes acima que o pessimismo tende a ser mais predominante que a esperança. Não obstante as diferenças de concepção, o Brasil não pode se dar ao luxo de esperar para ver como se dará a configuração de poder entre EUA e China. Potências regionais precisam se precaver e comprar apólices de seguro para um futuro incerto. A forma de pensar a reação de Estados periféricos à bipolarização está ligada à formação e manutenção de alianças.

O elemento essencial para a criação e manutenção de uma aliança é um compromisso comum contra uma ameaça. As alianças resultam de ameaças oriundas de potências que, ao almejarem a supremacia, produzem pelo menos dois tipos de comportamentos racionais dos Estados mais fracos – alianças com o líder ou projetos contra-hegemônicos para equilibrar o jogo. Em outras palavras, quando confrontados com uma ameaça externa significativa, os Estados periféricos podem equilibrar ou seguir o líder. E o Brasil, por enquanto, busca se balançar entre esses diversos cenários, sem cair em nenhum deles⁶³.

Por isso, muitas vezes, nossas relações internacionais são analisadas como se o caminho brasileiro fosse único. Não o é! A questão é que as mudanças internas não se dão no mesmo sentido das dinâmicas externas, o que exige, além de arrumar melhor a casa, reinserir o país na sua própria região.

2.3 – América Latina

⁶² WALTZ, Kenneth. “Structural Realism after the Cold War”. In **America Unrivaled: The Future of the Balance of Power**, organizado por G. John Ikenberry. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.

⁶³ Ver KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. “Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver”. **CEBRI-Revista Ano 1**, Número 4 (Out-Nov): 18-36, 2023.





Nossa região, apesar de periférica, tem uma importante participação nas disputas globais. Da mesma forma que o resto do mundo, as disputas entre os EUA e a China ocorrem em todo nosso contexto latino-americano. A grande mudança é a crescente perda brasileira de seu papel no entorno regional. Se o Brasil deseja ter maior presença no mundo ele precisa retomar a sua presença regional de outra maneira. E, nesse sentido, muitas das crises internacionais do atual governo federal são expressões dessa encruzilhada que nos metemos nos últimos anos.

O Brasil corre o risco de se tornar **uma potência regional** ao invés de uma potência média no plano internacional. No arco Norte da América do Sul, o país está comprimido pela expansão sistêmica da influência americana, o que basicamente restringiu a capacidade de atuação do Brasil à região do Prata. Por sua vez, nas economias mais dinâmicas do subcontinente, a China vem integrando as cadeias produtivas, subtraindo do Brasil a capacidade de se manter como indutor do processo de desenvolvimento⁶⁴. Como não há nenhuma outra potência regional capaz de fazer frente ao Brasil, a retração atual abriu espaço para que Pequim se tornasse uma grande referência extrarregional para a maioria dos países sul-americanos, algo que já acontecia no caso dos EUA.

É claro que se o Brasil não tivesse promovido essa retração forçada, a China ainda assim aumentaria seu poder na região. A retomada da liderança brasileira na região não significa a expulsão de China ou EUA – mesmo porque o Brasil não possui ou não criou meios efetivos para exercer o poder de contenção. Isso significa que **o Brasil detém elementos limitados para mitigar o efeito da disputa hegemônica na América do Sul**. O aumento ou diminuição do interesse dos EUA na América Latina está intimamente ligado à ação e

⁶⁴ Vide a crescente dependência argentina e uruguaia de Pequim.





presença de potências extrarregionais na região⁶⁵. Foi assim nos anos 1960-1970 com a URSS e poderá ser novamente com a rivalidade EUA-China. Ou seja, a nova estratégia de retomada da liderança regional precisa estar intimamente ligada à necessidade de se explorar a competição atualmente existente entre as embaixadas americanas e chinesas na região.

É importante lembrarmos que, assim como o *hegemon*, o líder regional é também responsável pela coordenação política e pelo provimento de bens coletivos para a região, embora em menor grau. Mesmo no auge dos anos 2010, o Brasil teve sérias dificuldades em prover tais bens, embora tenha tido um sucesso relativo na coordenação política. Querer rivalizar com EUA ou China no provimento de bens coletivos é a receita do fracasso. Talvez uma ênfase maior na coordenação política, seja com uma repactuação de alguns dos organismos de coordenação regional⁶⁶, ou com a retomada da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na região amazônica, seja mais eficaz. Essa possibilidade pode ampliar a retomada da liderança brasileira na América do Sul. Mostrar aos vizinhos que a supremacia chinesa ou americana na região – ou a sujeição a uma escolha binária entre as duas superpotências – é deletéria para os interesses individuais dos países e para o interesse coletivo de todos. A preservação da região, seja da dependência ou da profunda permeabilidade de ambas as influências, é mais benéfica para todos no longo prazo, sobretudo nos quesitos de segurança e estabilidade regional.

Vivemos tempos eleitorais e de profunda instabilidade na América Latina.

⁶⁵ RUSSELL, Roberto; CALLE, Fabián. “Periferias turbulentas y penetradas: su papel en la expansión de seguridad de Estados Unidos en América Latina”. *CEBRI-Revista* 1 (2): 167-189. 2022. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/artigo/19/periferias-turbulentas-y-penetradas-su-papel-en-la-expansion-de-los-intereses-de-seguridad-de-estados-unidos-en-america-latina>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁶⁶ Como exemplo, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).





No super-ano eleitoral de 2024 a América Latina assistirá a seis pleitos presidenciais. Nas últimas 22 eleições para presidente na região desde 2018, 20 deram a vitória à oposição. Neste ano, contudo, a tendência é de que os incumbentes contra-ataquem. A eleição de Nayib Bukele em El Salvador foi uma comprovação. Dois candidatos da situação que ainda irão às urnas esse ano são favoritos. Esses são, Claudia Sheinbaum (candidata do presidente Manuel Lopez Obrador) no México e Luis Abinader na República Dominicana. Existe ainda o caso particular venezuelano, em que Nicolás Maduro deverá ser reeleito em uma eleição que foi convocada para julho com muitas controvérsias. Nem todos esses pleitos serão disputas limpas onde a população poderá escolher seus candidatos livremente. Na América Latina, o nível de integridade eleitoral varia de Uruguai a Venezuela.

Ainda que muito possa ser questionado sobre a qualidade das democracias latino-americanas, a região possui bom histórico de eleições limpas. De fato, uma contribuição legitimamente latino-americana para as democracias constitucionais que se difundem pelo globo no século XX são organismos eleitorais independentes⁶⁷. Os primeiros casos de organismos de administração eleitoral independentes do governo surgiram no Chile (1925), na Costa Rica (1949) e no Uruguai (1952), posteriormente tornando-se o modelo de administração eleitoral a ser seguido no mundo todo. A região possui ainda a terceira melhor média regional no indicador de eleições livres e justas do V-Dem⁶⁸, atrás somente da Europa Ocidental e América do Norte (EUA e Canadá). Pela região encontramos ainda exemplos de organismos eleitorais que são referências internacionais de profissionalismo, capacidade e integridade, como o Instituto Nacional Eleitoral (INE) no México, com

⁶⁷ Cf. LEHOUCQ, Fabrice. “Can Parties Police Themselves? Electoral Governance and Democratization”. *International Political Science Review*, vol.23, n° 1, pp. 29-46, 2002.

⁶⁸ Ver Democracy Report 2024. “Democracy Winning and Losing at the Ballot”. Disponível em <https://v-dem.net/>. Acesso em 28. Mar. 2024.





destacado papel na democratização daquele país entre a década de 1990 e os anos 2000, e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Brasil, responsável pelo maior sistema de voto eletrônico autogerido do mundo⁶⁹.

Nos últimos anos, o debate acadêmico e dos profissionais que atuam na administração e cooperação eleitoral tem considerado a integridade eleitoral como um ciclo⁷⁰. Para além do dia da votação, a eleição é composta por distintas etapas que se complementam e que necessitam atender a padrões internacionais de lisura e integridade. Esse ciclo engloba a legislação eleitoral, o registro de eleitores, as candidaturas e campanhas, as finanças, a administração eleitoral, dentre outros elementos. Não basta que o dia da eleição seja bem-organizado e pacífico, mas as regras que regem a eleição devem ser justas e igualmente aplicadas, as distintas forças políticas devem estar aptas a competir em pé de igualdade, a administração eleitoral deve ser neutra e assim por diante.

A Figura 10 apresenta indicadores de integridade para as distintas etapas do ciclo eleitoral tal qual compreendido e mensurado pelo “*Electoral Integrity Project*”⁷¹ que realiza pesquisa anual com especialistas do mundo todo sobre a qualidade dos pleitos. Nela estão os seis países latino-americanos com eleições presidenciais este ano, e para cada país são apresentados os valores de sua última eleição comparados com a média da região.

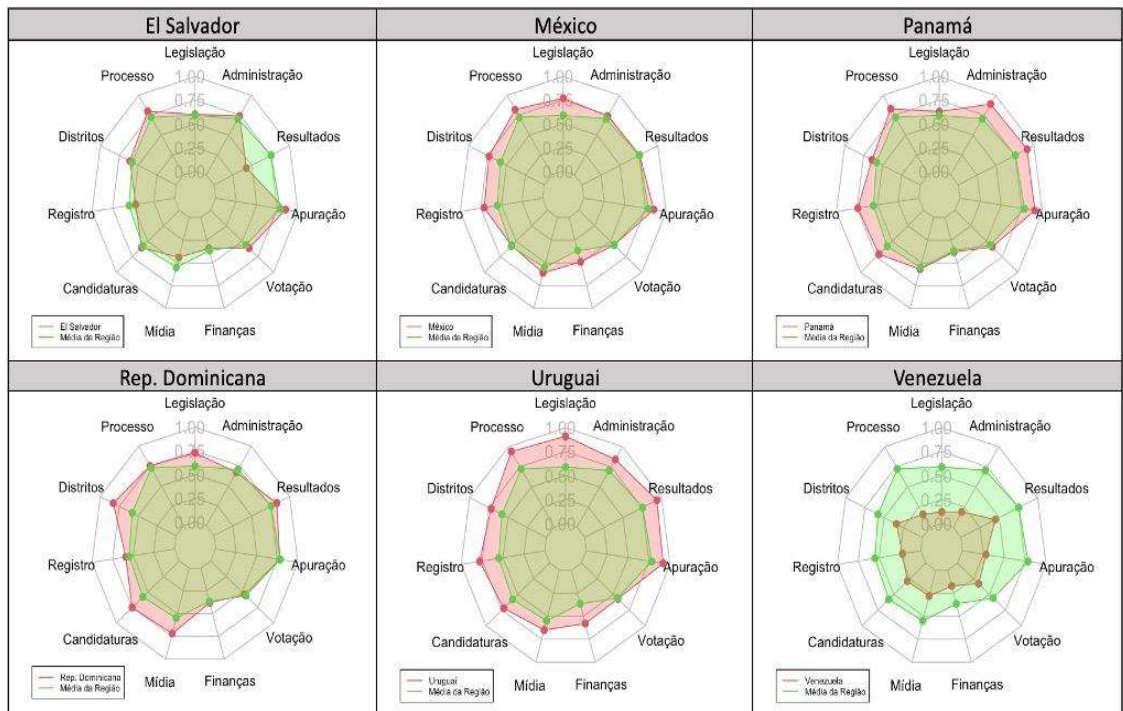
⁶⁹ BATISTA, Ian. “Em quais condições a América Latina renovará seis presidentes em 2024?” Disponível em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/announcement/view/232>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁷⁰ NORRIS, Pippa; FRANK, Richard W.; MARTINEZ I COMA, Ferran. **The Year in Elections 2013: The World's Flawed and Failed Contests**. The Electoral Integrity Project. 2014. Disponível em <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:dash.current.terms-of-use#LAA>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁷¹ Disponível em <https://www.electoralintegrityproject.com/>. Acesso em 28 mar. 2024.



Figura 10 – Integridade do ciclo eleitoral dos seis países latino-americanos com eleições presidenciais em 2024



Fonte: BATISTA, com dados do *Electoral Integrity Project*⁷².

Observando a Figura 10 fica clara a **diferença de qualidade das eleições** entre países como o Uruguai e a Venezuela, por exemplo. O presidente uruguaio Lacalle Pou não poderá ser reeleito nas eleições de outubro, e as coalizões ainda realizarão eleições primárias em junho. Não existem favoritos despontando a essa altura do ano, mas desde já a expectativa é que novamente o processo eleitoral será respeitoso e democrático no *paísito*. Os indicadores do Uruguai estão todos acima da média da região, com destaque para o processo e a legislação eleitoral, e a

⁷² BATISTA, 2024, ob. cit.





aceitação e a apuração dos resultados. Os destaques negativos são os indicadores de finanças eleitorais, um ponto fraco regional, e o de ato de votação. Uma das causas desse último item, paradoxalmente, advém do nível de cultura democrática no país, que permite que sejam adotados procedimentos que em outros lugares poderiam causar problemas e fogem de padrões internacionais. É o caso do sistema de “votos observados”, uma categoria de votação para pessoas fora de seus domicílios eleitorais, por exemplo, cujos votos ficam guardados para posterior avaliação e validação.

Já a Venezuela apresenta todos seus indicadores abaixo da média regional. Na eleição presidencial prevista para julho desse ano, os últimos acontecimentos no país distanciam qualquer expectativa que tinha sido nutrida pelas negociações entre governo e oposição, com mediação da Noruega e acompanhadas com interesse pelos EUA e pelo Brasil, para um pleito minimamente crível. O regime Madurista herdou diversas táticas de enviesamento das condições de disputa eleitoral do seu antecessor Hugo Chávez, o que explica que todas as etapas do ciclo pontuem tão baixo, mas tem inovado ao adotar inabilitações de candidaturas opositoras que ameaçam suas chances de vitória. O registro de eleitores desatualizado e a ingerência do governo na administração eleitoral são outros elementos que contribuem para a expectativa de uma eleição enviesada esse ano.

Manuel Lopez Obrador (conhecido também pela sigla AMLO) tentou levar adiante um processo de debilitação das condições de disputa eleitoral no México durante seu mandato. Dois projetos de reforma do INE foram postos para votação, procedentes do Executivo. O primeiro não conseguiu a supermaioria suficiente, mas o segundo, chamado por AMLO de “plano B”, foi aprovado em votação acelerada. Segundo o governo a reforma economizaria 150 milhões de dólares por ano ao cortar o orçamento e 85% do pessoal do INE, mudando ainda a forma de nomeação dos conselheiros (de





nomeados pelo legislativo para eleição direta) e reduzindo o escopo de atividades realizada pela instituição. A reforma eleitoral também propôs reduzir o número de deputados de 500 para 300 e mudar o sistema para elegê-los. A suprema corte posteriormente declarou a reforma inconstitucional, graças ao período curto de discussão do projeto no Senado.

Como já mencionado, o INE é um organismo eleitoral reconhecido e elogiado por especialistas eleitorais de todo o mundo. A tentativa de AMLO de reduzir as capacidades do INE provocou protestos em defesa desta instituição por todo o país, demonstrando que uma parte considerável da sociedade civil também reconhece a importância do INE para a democracia do México. Uma das questões em aberto para o pleito mexicano desse ano é saber em que medida a provável⁷³ sucessora de AMLO, governadora da capital pelo Morena em 2018, Claudia Sheinbaum, dará continuidade as pautas e discursos mais populistas do presidente, e principalmente como ela se relacionará com o INE durante a campanha.

Eleições são muitas vezes o principal contato da população em geral com os procedimentos democráticos. Que os eleitores sejam livres para escolher seus representantes é condição necessária para que esse processo seja legítimo. A América Latina possui tradição em matéria eleitoral, mas assim como a democracia, eleições limpas não estão dadas e devem ser cuidadas e protegidas a cada ciclo eleitoral. A população é parte interessada e fundamental no processo de garantias de condições eleitorais.

Há mais que apenas a turbulência típica das eleições na América Latina. O norte da região tem uma permanente crise migratória. A América

⁷³ Sheinbaum tem uma vantagem de cerca de 20 a 30 pontos sobre a sua principal concorrente, a conservadora Xóchitl Gálvez. O terceiro candidato na disputa, Jorge Álvarez Máynez (Movimento Cidadão), sequer ultrapassa um dígito de intenção de voto.





Central toda está tomada por uma migração em massa rumo aos EUA⁷⁴, ao mesmo tempo que há uma escalada autoritária na Nicarágua⁷⁵, crises na Guatemala com o Presidente Bernardo Arévalo, o que apontam para um acirramento das tensões naquele pedaço da nossa região. O Equador, sob Daniel Noboa, enfrenta um “estado de conflito interno”, possui um quadro de violência e narcocriminalidade que tem causado diversos e terríveis conflitos internos. Gustavo Petro, na Colômbia, além da hipótese de uma nova Constituição, tem enfrentado as contradições do modelo de desenvolvimento e uma oposição renhida, ademais com a proximidade da COP 16, a Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas, prevista entre 21 de outubro e 1º de novembro de 2024, estabelecendo as próprias contradições do país entre os possíveis projetos e a dura realidade. A Venezuela continua em um processo gradual de conflito com a Guiana por Essequibo. No Peru, o Congresso deve analisar a proposta de debate para o processo de impeachment da presidente Dina Boluarte, sob acusações, com a tendência de rejeitar, mais um capítulo na intensa polarização política e crise institucional que assola o país. Na Bolívia, além de uma profunda crise econômica, há uma crise política, derivada do confronto aberto, e cada dia mais intenso, entre o presidente Luis Arce e o ex-presidente Evo Morales. Em outro pedaço, no Cone Sul, a situação da Argentina, após alguns meses de governo Milei, não é das melhores. Além do crescimento da pobreza e da

⁷⁴ Ver BLITZER, Jonathan. **Everyone Who Is Gone Is Here: The United States, Central America, and the Making of a Crisis**. New York: Penguin Press, 2023.

⁷⁵ A Nicarágua vem numa trajetória ascendente de ataques a democracia. Prende e expulsa do país seus opositores. Confiscou os bens da Universidade Centro-Americana – UCA, em Manágua, e expulsou os jesuítas de sua residência, de maneira arbitrária. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos os últimos 5 anos na Nicarágua, foram registradas a morte de pelo “menos 355 pessoas; mais de 2.000 pessoas feridas; 2.090 pessoas privadas de liberdade; 322 pessoas arbitrariamente privadas de sua nacionalidade; e mais de 3.000 organizações que perderam a personalidade jurídica. Além disso, 26 pessoas permanecem detidas arbitrariamente, de acordo com dados de 31 de março de 2023”. Vários relatos e documentos comprovam a perseguição a seguidores da Igreja Católica e profissionais da imprensa, destaca-se o caso do jornalista Victor Ticay, que foi preso em 6 de abril de 2023 por cobrir uma procissão religiosa no município de Nandaime. Disponível em <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/067.asp>. Acesso em 28 mar. 2024.





indigência⁷⁶, Javier Milei tem adotado um permanente confronto com o Congresso Nacional, onde seu governo é minoritário.

Nos últimos anos, o crime organizado começou a afetar países antes calmos, como Chile e Equador, enquanto permanece forte em lugares como México e Brasil. As tendências recentes da criminalidade na região indicam um acirramento, desse quadro, enquanto parte da sociedade tenta promover mais cidadania e direitos humanos. Os governos têm respondido – alguns optam por se desvincular completamente, enquanto outros endurecem sua abordagem.

A maior tendência para a América Latina, nessas últimas décadas, é a de um **papel limitado** no cenário global, pois a região continua submetida a um modelo econômico de reprimarização⁷⁷, com sociedades cada vez mais divididas, a maior parte dos países subordinados às disputas das grandes potências, com quase todos os governos atravessando profundas crises internas de governabilidade, além da ausência de uma liderança regional respeitada por todos.

2.4 – Dilemas sociopolíticos: enfraquecimento da democracia, sociedades divididas e crise de projetos

Em muitos países os sistemas eleitorais e os regimes democráticos não conseguiram resolver ou amenizar os conflitos gerando uma **crystalização da divisão político-ideológica na sociedade**. Há um enfraquecimento da democracia. O posicionamento antissistema é apropriado por setores da

⁷⁶ “A pobreza aumentou 13 pontos percentuais, passando de 44% para 57% da população, o número mais alto em 20 anos. Não menos vertiginoso foi o aumento da população em situação de indigência, que passou de 9,6% no terceiro trimestre de 2023 para 15% em janeiro de 2024”, cf. “A economia ultraliberal de Milei: ajuste, pobreza, estagflação”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637191-a-economia-ultraliberal-de-milei-ajuste-pobreza-estagflacao>. Acesso em 28 mar. 2024.

⁷⁷ Processo no qual as exportações de produtos primários passaram a superar as de produtos manufaturados.





política e o seu crescimento torna-se um catalizador da divisão social e do enfraquecimento da democracia. Em muitas sociedades, a presença de um “homem-forte” acaba por misturar populismo e autoritarismo⁷⁸.

A instabilidade financeira é apenas um dos problemas da economia ocidental, afirma Martin Wolf no seu recente livro: “A Crise do Capitalismo Democrático”⁷⁹. Ele descreve sobre como e por que **o casamento entre a democracia e o capitalismo está se desfazendo**. A democracia liberal está em recessão e o autoritarismo está em ascensão. Os laços que deveriam unir os mercados abertos a eleições livres e justas estão ameaçados, até mesmo nos centros da democracia, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Há muitas outras análises acerca desses limites da democracia. Ainda em 1996, Michael Sandel, publicou “O Descontentamento da Democracia”⁸⁰. Para ele, a “vida pública está repleta de descontentamento” (...) “Enquanto isso, os partidos políticos são incapazes de interpretar nossa condição.” Para ele, duas grandes preocupações residem no centro do descontentamento da democracia: o “medo de que estejamos perdendo o controle das forças que governam as nossas vidas” e “a sensação de que o tecido moral da comunidade se desfaz diante de nossos olhos.” “Esses dois medos — da perda do autogoverno e da erosão da comunidade — definem juntos a angústia da nossa era”⁸¹. Ele atribui ao capitalismo uma difícil coexistência com a democracia⁸². Para complicar, ele crê que em tempos de uma política “rancorosa e polarizada” será muito difícil estabelecer formas de governo

⁷⁸ Cf. RACHMAN, Gideon. **A era do homem-forte**. Lisboa: Penguin Random House, 2021. Para ele há quatro características nesses personagens: (a) a criação de um culto da personalidade; (b) o desprezo pelo Estado de Direito; (c) a afirmação de que representam o povo real contra as elites; e (d) a política movida pelo medo e pelo nacionalismo, cf. p. 19.

⁷⁹ WOLF, Martin. **A Crise do Capitalismo Democrático**. São Paulo: Gradiva, 2023.

⁸⁰ Edição brasileira: SANDEL, Michael J. **O descontentamento da democracia**: uma nova abordagem para tempos perigosos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

⁸¹ Idem, p. 29.

⁸² Idem, p. 349.





para além da gestão do dinheiro e do “fiscal”: “governar a economia requer mais do que descobrir como maximizar o PIB e como distribuir os frutos do crescimento econômico. Requer que reconsideremos a maneira como vivemos uns com os outros e com o mundo natural que habitamos”⁸³.

Uma possível explicação para este descolamento entre capitalismo e democracia pode ser resultado de um momento importante da nossa tardo-modernidade. De acordo com Branko Milanović, em seu “*Capitalism, Alone*”, publicado em 2019, o mundo opera, hoje, com os mesmos princípios econômicos, a saber, (a) a produção organizada para obter lucro usando mão de obra legalmente remunerada, (b) a predominância de capital de propriedade privada, com coordenação descentralizada, e (c) o reequilíbrio do poder econômico mundial, por um lado, entre a Europa e a América do Norte e, por outro, da Ásia, liderada pela China⁸⁴. Ele identifica, respectivamente, dois tipos de capitalismo, quais sejam, o “capitalismo meritocrático liberal” e o “capitalismo político”, dando ênfase aos fatores e às falhas estruturais que os determinam. Os estudos de caso são representados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela China. Para o autor, a democracia liberal tem muitas virtudes, mas não necessariamente coloca as sociedades no caminho para uma maior igualdade de riqueza. E, quando está “sozinho”, o capitalismo não necessita tão mais de instituições democráticas como forma instrumental de reverter más políticas no processo de tomada de decisão⁸⁵.

⁸³ Idem, p. 403.

⁸⁴ MILANOVIĆ, Branko. **Capitalism, Alone**: the future of the System That Rules the World. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

⁸⁵ Idem, p. 208.





Há um pessimismo, portanto, sobre a capacidade da democracia conter o capitalismo e o autoritarismo⁸⁶.

Também podemos registrar que as relações entre a crise do capitalismo e a crise das democracias estão cada vez mais suscitando debates. Não por coincidência, na Universidade de São Paulo (USP) uma disciplina analisa esse fenômeno ao constatar que “em várias regiões do mundo, os regimes democráticos passam por um profundo teste de stress, questionados em seus alicerces por ondas de insatisfação popular. Países de longa tradição democrática – os Estados Unidos, assim como os da Europa Ocidental –, veem crescer alternativas autoritárias. Em alguns casos, porta-vozes de tais alternativas alcançaram o governo. Algo semelhante ocorre em regiões de experiência democrática mais recente, como é o caso do Brasil e da América Latina.⁸⁷

Yasha Mounk, entretanto, suscita um entendimento tão distinto quanto complementar. Para ele, vivemos em um momento novo, marcado por aquilo que ele chama de “desconsolidação da democracia”. A marca mais evidente deste processo seria a separação e o conflito entre democracia e liberalismo. Se “até a pouco tempo, a democracia liberal reinava absoluta”, ao longo dos últimos anos, percebe-se que, a despeito das particularidades de cada um dos países sob governos autoritários, “déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em democracias eleitorais”, com a destruição da liberdade de imprensa, o enfraquecimento das oposições, o solapamento da independência das instituições políticas e judiciárias, e a crescente desconfiança e impaciência da população em

⁸⁶ Ver, v.g., CASTELLS, Manuel. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018; ZIBLATT, Daniel; LEVITSKY, Steven. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018; RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018; SNYDER, Timothy. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias liberais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁸⁷ Veja aqui: <https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=98421>. Acesso em 03 de abril de 2024.





relação à política e às regras democráticas. A consequência desse processo teria sido a ascensão da “democracia iliberal” ou “democracia sem direitos” e do “liberalismo antidemocrático”, ou “direitos sem democracia”.

De acordo com Mounk, seria possível identificar **três grandes origens ou condições para a crise recente das democracias liberais**. Em primeiro lugar, esta crise (a) **estaria associada às mudanças que tiveram curso nos meios de comunicação**. Se antes estes limitavam e constituíam obstáculos para a “distribuição de ideias extremistas”, bem como criavam um “conjunto de fatos e valores compartilhados”, dificultando a “disseminação de notícias falsas”, o surgimento e a expansão da internet teriam mudado o cenário, “empoderando movimentos e políticos outrora à margem”, sobretudo aqueles ligados a movimentos autoritários, que têm se valido da nova tecnologia para “solapar os elementos básicos da democracia liberal”. Um segundo fator responsável pela “desconsolidação das democracias” estaria (b) ligado **à estagnação econômica**, que teria levado diversas pessoas a desconfiarem da capacidade de os governos democráticos melhorarem suas condições materiais de existência. Por fim, em terceiro lugar, Mounk destaca (c) como um dos fatores a desencadear a crise recente da democracia **a questão identitária**, vivenciada com maior dramaticidade nos contextos europeu e norte-americano, associada especialmente aos novos dilemas colocados pelo aumento dos discursos contrários à imigração.

Estas crises atravessadas pela democracia deveriam, segundo Mounk, ser enfrentadas e respondidas por três “remédios” principais. Em primeiro lugar, contra os efeitos perversos causados pelas redes sociais, seria necessário (a) renovar o que ele chama de “fé cívica”, com a disseminação de valores que valorizem as “bases morais” em defesa da democracia. Em segundo lugar, para enfrentar as consequências da estagnação econômica, Mounk defende (b) a criação de um novo modelo de Estado de bem-estar-social





“que proteja quem está fora do mercado de trabalho assim como quem se encontra dentro dele; que incentive empresas a contratar em vez de demitir; e que dê aos cidadãos a rede de apoio de que precisam para correr riscos economicamente benéficos para todos”. E, por fim, para fazer frente aos embates em torno da questão identitária, o autor sustenta a necessidade de (c) se “domesticar o nacionalismo”, construindo-se “uma nova linguagem de patriotismo inclusivo”.

Diante dos riscos colocados atualmente para as democracias, Mounk enfatiza a **importância da construção de espaços de resistência**. Para o autor, trata-se de reconhecer que vivemos “tempos extraordinários”, que demandam esforços também extraordinários para a preservação da democracia. Mounk, então, enumera algumas lições que devem ser seguidas para a constituição de uma frente de resistência aos governos autoritários. A primeira delas é a de reconhecer (a) a “importância da união” das forças de oposição. Conforme destacado pelo autor, “em praticamente todos os casos em que populistas assumiram o poder ou foram reeleitos, divisões profundas nas fileiras dos oponentes tiveram papel relevante”. A segunda lição para o fortalecimento da resistência estaria vinculada à necessidade de (b) se buscar “falar a língua da gente comum e se conectar com as preocupações dos eleitores”.

A terceira lição para a conformação de uma agenda de resistência é (c) a defesa de que as oposições não devem se contentar apenas em resistir e em denunciar os governos autoritários. Para Mounk, é fundamental que elas sejam também capazes de “passar uma mensagem positiva em vez de ficar enumerando obsessivamente os defeitos dos populistas”. Por fim, associado a este terceiro aspecto, a “última e mais importante das lições” destacada por Mounk: “os defensores da democracia liberal não vão derrotar os populistas enquanto derem a impressão de estar comprometidos com o *status quo*”.





Ainda que as oposições “não precisem copiar as soluções simplistas ou ceder aos piores princípios populistas”, elas “devem urgentemente elaborar um plano audacioso para um futuro melhor”⁸⁸.

Sob todos os aspectos, importa destacar a tendência que se aproxima cada vez mais de nossa realidade, a respeito da democracia e da divisão social. **Quanto mais estamos divididos enquanto sociedade, mais a democracia sofre em sua consolidação.** A Campanha da Fraternidade de 2024, já destacava em seu “ver”, que em “nossos dias, observamos diversas situações que muito nos angustiam. Encontramos, por exemplo, assédio moral e sexual, defesa do aborto, devastação ambiental, feminicídios, *bullying*, intolerância religiosa, algumas vezes com perseguição e destruição, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, apologias ao armamentismo, situações análogas à escravidão, discurso de ódio, corrupção e fome”⁸⁹. E, tal divisão, “Dá-se também no campo político, onde prefere-se a parte ao todo, o lado ao bem comum, empenhando-se em minar o outro e seus projetos, mesmo que isso exija renunciar ao bom senso e à lucidez”⁹⁰.

Nesse contexto social dividido, fragmentado e sob permanente pressão, estamos diante de mais **dois fenômenos** que estão correlacionados. O primeiro é a chamada “polarização”. O segundo é a crise do “identitarismo”.

2.4.1 – Polarização

⁸⁸ Cf. MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁸⁹ CNBB, 2023, ob. cit., n. 32.

⁹⁰ Idem, n. 35.





Nos Estados Unidos, país de origem da maioria dos estudos sobre polarização política, há consenso de que as elites políticas estão, cada vez mais, ideologicamente polarizadas⁹¹. Em relação ao público em geral, as conclusões têm sido bem menos consensuais. Há uma divisão entre os autores que negam a existência de uma polarização⁹², os que afirmam que está em curso uma polarização ideológica⁹³ e aqueles que apontam, fundamentalmente, a existência da polarização afetiva⁹⁴. Apesar das conclusões dissonantes, sabe-se bem mais sobre a polarização entre os eleitores estadunidenses atualmente do que se sabia há vinte anos.

Apesar disso, elementos contextuais importam para explicar a natureza, a dinâmica, o grau e o tipo predominante da polarização. Estudos recentes indicam, por exemplo, que países podem se polarizar em relação a temas que lhes são particulares, como o Brexit ou a independência catalã, não sendo a polarização nem necessariamente partidária nem mesmo associada à divisão esquerda/direita⁹⁵. Outros pesquisadores destacam também a **centralidade de líderes populistas** na radicalização de clivagens sociais pré-existentes, que podem assumir a forma de movimentos contra ou a favor de determinada liderança, como, por exemplo, o Chavismo (na Venezuela). Esses autores

⁹¹ POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H. “D-Nominate after 10 years: a comparative update to congress: a political-economic history of roll-call voting”. **Legislative Studies Quarterly**, St. Louis, vol. 26, nº 1, p. 5–29, 2001.

⁹² FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J.; POPE, J. C. **Culture war?** The myth of a polarized America. New York: Pearson Education, 2006.

⁹³ ABRAMOWITZ, A. I. **The disappearing center:** engaged citizens, polarization, and American democracy. London: Yale University Press, 2010.

⁹⁴ MASON, L. **Uncivil agreement:** how politics became our identity. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

⁹⁵ *V.g.*, HOBOLT, S. B.; LEEPER, T. J.; TILLEY, J. “Divided by the vote: affective polarization in the wake of the Brexit referendum”. **British Journal of Political Science**, vol.54, nº 4, p. 1476-1493, 07 jul.2021.





apontam, assim, a possibilidade de uma polarização que prescindir de partidos e assume uma feição personalista⁹⁶.

Ademais, também a probabilidade da ocorrência e o grau da polarização parecem modular em função de elementos contextuais e institucionais específicos. A polarização pode ter como consequência o aumento do apoio dos eleitores a partidos extremistas, mas que esse efeito depende, em grande medida, do nível de institucionalização dos partidos em cada país. Assim, diante de um cenário de polarização, eleitores em países com sistema partidário mais consolidado estariam menos propensos a apoiar candidatos extremistas e *outsiders*⁹⁷. Outros autores têm encontrado evidências de que fatores institucionais e econômicos influenciam na polarização afetiva dos eleitores. Em países com sistemas eleitorais majoritários ou com muito desemprego e desigualdade, a polarização afetiva é maior⁹⁸.

É preciso fazer uma ressalva: a palavra polarização pode remeter à ideia de (apenas) dois polos radicalizados. Quando observamos os fenômenos de radicalização política e fundamentalismo religioso, por exemplo, nem sempre se nota a existência desses dois polos. Muitas vezes há um conjunto de polos descritos em formato de bolha que disputam entre si a narrativa. Geralmente, o que temos observado, principalmente no campo político, é o surgimento de posições mais próximas ao que se denominou “extrema-direita” e que tentam atrair para o mesmo espaço de disputa qualquer outra concepção política, como se fosse a outra face da moeda. As palavras são

⁹⁶ MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. “Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities”. **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, vol. 62, n° 1, p. 16–42, mar. 2018; e SVOLIK, M. W. “Polarization versus democracy”. **Journal of Democracy**, Baltimore, vol. 30, n° 3, p. 20-32, jul. 2019.

⁹⁷ EZROW, L.; TAVITZ, M.; HOMOLA, J. “Voter polarization strength of partisanship and support for extremist parties”. **Comparative Political Studies**, Thousand Oaks, vol. 47, n° 11, p. 1558-1583, 2014.

⁹⁸ GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. “How ideology, economics and institutions shape affective polarization in democratic polities”. In: **Anais Annual Conference of the American Political Science Association** 114th, Boston, p. 1-46, 2018.





(também) símbolos⁹⁹. E, muitas vezes, os interesses na utilização da expressão “polarização”, podem ser uma justificativa às construções maniqueístas que se apresentam como uma eterna batalha entre o bem e o mal.

2.4.2 – Identidades e identitarismo

No campo social, político, cultural, das comunicações e das comunidades, o tema das “identidades” vem apresentando o fenômeno do “identitarismo”¹⁰⁰, que muitas vezes se aproxima do sectarismo¹⁰¹.

As identidades são muito importantes, especialmente em países como o Brasil, que, em seus processos históricos, apresentam déficits enormes com parcela significativa da população e a marca da pluralidade como fundantes de sua construção. A emergência de atores e processos sociais, cada vez mais evidentes, trouxe tanto seccionalidades como interseccionalidades¹⁰², possibilitando, de um lado, melhores lutas identitárias, e doutro, a necessidade de uma ampliação das pautas em torno do social, com temas como democracia, direitos, inclusão e participação¹⁰³.

⁹⁹ É na linguagem que “temos o uso livre e consumado do simbolismo, o registro do pensar conceitual articulado; sem a linguagem parece não existir nada semelhante ao pensamento explícito” (cf. LANGER, S. K. **Filosofia em nova chave**: Um estudo do simbolismo da razão, rito e arte. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p. 111) Um argumento, aliás, que encontra eco em outros pensadores, como Todorov e propõe uma “solidariedade do simbólico e da interpretação” (cf. TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2014, p. 22).

¹⁰⁰ Adotamos a expressão “identitarismo” para descrever aquelas posições doutrinárias que enaltecem as “identidades”. Se isso vem pela direita, são alimentadas pelo nacionalismo e pelas religiões, em especial as religiões de maiorias. Quando o tema vem pela esquerda, são as de minorias recortadas não só positivamente, mas de maneira mais presente pelas tentativas de reconhecimento e defesa.

¹⁰¹ Esta questão retoma e amplia o já pronunciado na Análise de Conjuntura da 60ª Assembleia da CNBB, em 2023. Texto completo disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/OS-GRANDES-DESAFIOS-PARA-A-SOCIEDADE-BRASILEIRA-230414-191806.pdf>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁰² O conceito de interseccionalidade, inicialmente proposto a partir de estudos e pesquisas feministas, se propõe a compreender como a articulação das diferentes categorias sociais (classe social, gêneros, raça/etnia, cor, sexualidades, corpos, entre outras) se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças. Ver AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

¹⁰³ Cf. NASCIMENTO, Melillo Dinis do. “Do navio negreiro ao século XXI – provocações democráticas à política brasileira”. In MELO, Edelamare (Org.). **Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana**: racismo, preconceito, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo. Belo Horizonte: RTM, 2019, p. 373-390.





O desafio, entretanto, a partir deste caldo, é que muitos setores, inclusive das religiões, **têm construído uma política de exclusão e antagonismo, que impede o diálogo e a superação das divergências**. Deixa-se de lado o conflito e tudo se torna em confronto.

Há temas fundamentais, por exemplo como a defesa da vida desde a sua concepção até o seu declínio natural, no universo cristão, que são submetidos a esse cenário em que as “identidades” são tidas como maiores que a sociedade e o social. E o governo federal, em 2023, demonstrou uma série de movimentos contraditórios. A revogação da portaria que desobrigou profissionais da saúde a comunicarem caso de aborto à polícia¹⁰⁴ e a saída do país do “pacto internacional antiaborto”¹⁰⁵ demonstraram que ainda não está totalmente definida esta questão no governo. Ao mesmo tempo, isto se transformou, por parte de outras posições mais radicais, em uma leitura em que não há um compromisso governamental com este tema fundamental.

É fato que **todos os governos são influenciados por grupos e pautas identitárias**. No passado, armamentismo, temas dos setores neopentecostais (como a mudança da Embaixada brasileira de Telavive para Jerusalém, em Israel), e tantos outros, exerciam influência e tensão pública, mesmo não se constituindo em maiorias na definição das decisões políticas. No atual contexto, muito provavelmente a lógica é a mesma, apenas com a mudança dos atores e grupos de pressão com seus temas próprios e identitários. Ora, se é certo que esses grupos continuarão a produzir e a exercer influência, há que se debater a relação entre estas políticas e as demandas gerais da sociedade, sempre em vista do bem comum.

Mesmo setores mais próximos de um pensamento progressista têm feito críticas a este quadro. No recentíssimo “A esquerda não é woke”, a filósofa Susan Neiman, aponta para a necessidade de avaliar como os “comportamentos identitários da esquerda” divergem da defesa da diversidade e a exigência de reconhecimento. Ela suscita o conflito entre “universalismo” e “tribalismo”, para argumentar que tradicionalmente argumenta que a esquerda era fundamentalmente universalista, enquanto o tribalismo era propriedade exclusiva da direita conservadora. Os identitários abraçaram um tribalismo progressista, para o qual são mais decisivos os

¹⁰⁴ Portaria GM/MS n. 13, de 13 de janeiro de 2023, que revogou as Portarias (todas do GM/MS) n. 4.809/22, 1.079/22, 2.561/20, 3.473/22, 715/22, 2.228/22, e repristinou várias outras. Cf. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/01/16/saude-revoga-portaria-aborto-policia.htm>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁰⁵ Consenso de Genebra sobre a Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. Em janeiro de 2023 o Governo Federal anunciou o desligamento do Brasil da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. A nota conjunta, assinada pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério das Mulheres e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, modificou o anterior posicionamento do país em fóruns e mecanismos internacionais. Fonte: <https://ibdfam.org.br/noticias/10407/Brasil+anuncia+desligamento+do+Consenso+de+Genebra+sobre+Sa%C3%BAde+da+Mulher+e+Fortalecimento+da+Fam%C3%ADlia>. Acesso em 12 abr. 2023.





“acidentes com que nascemos” que “os princípios que sustentamos”. No lugar do princípio da solidariedade moral ativa, por meio da qual qualquer sujeito poderia se juntar a outros no sentido de transformar a sociedade em nome de objetivos universalistas comuns, o identitarismo se caracteriza por considerar que a diferença humana fundamental é aquela “entre nossos iguais e todos os demais”¹⁰⁶.

Ela não está sozinha. A dupla Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no “Tyranny of the Minority”, defende a necessidade de um equilíbrio entre instituições majoritárias, que são a alma mesma da democracia, e as contramajoritárias, que visam a proteger direitos fundamentais mesmo contra a vontade da maioria¹⁰⁷.

Há uma cultura que permite este quadro, pois superou-se o duplo “local-global”. Ora, **o mundo e a cultura estão múltiplos**¹⁰⁸. Dito de outra forma, ao ganharmos em complexidade a explicação do mundo perdemos um dos duplos mais conhecidos e que ofereciam níveis de comparação entre eles. O local já foi o outro lado do global e vice-versa. O global era, como disse Boaventura de Sousa Santos,¹⁰⁹ o local sem paredes e, portanto, se considerava que o local, em algum momento, deixou de ser exclusivamente local. Esta multiplicidade gera tantas divisões, contemporaneamente, e multiplica os agrupamentos de diferenças e de igualdades – vale ressaltar que a multiplicação é a operação inversa da divisão, sendo, portanto, operações complementares¹¹⁰. E é precisamente aí que se encontra a multiplicidade, um território complexo de relações políticas entre cidadãos e agrupamentos de cidadãos¹¹¹.

A multiplicidade é também fruto das democracias representativas, reguladas pelo neoliberalismo típico de nosso tempo. Mediada pela voz soberana do *demos* que, apaziguando os conflitos, estabelece o poder da maioria, ou a vitória daqueles a quem cabe a virtude de governar, a divisão e a multiplicação encontram-se em uma permanente e estranha busca por consenso. Longe de solucionar tais conflitos, a democracia reúne turbulências individuais em torno da ilusão do *Uno*, que apenas produz ódio, também

¹⁰⁶ CF. NEIMAN, Susan. **A esquerda não é woke**. Belo Horizonte: Ed. Âyné, 2024.

¹⁰⁷ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Tyranny of the minority**. New York: Crown, 2023.

¹⁰⁸ FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (Orgs). **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

¹⁰⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. “DILEMAS DO NOSSO TEMPO: globalização, multiculturalismo e conhecimento. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos”. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Acesso em 28 mar. 2024.

¹¹⁰ Assim, os conflitos hoje superam a questão de classe, devido à pluralidade de suas relações, multiplicando o dissenso e definindo os contornos do *ókhlos* ou da oclocracia. Do grego *ὄχλοκρατία*, composto de *ὄχλος* (multidão, massa) e *κρατία* (governo) tende a ser descrita como uma situação crítica em que vivem instituições, ao sabor da irracionalidade das multidões, a reunião turbulenta das turbulências individuais.

¹¹¹ Cf. RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.





multiplicado. A crítica, nesse caso, é direcionada a muitos modelos estatais da atualidade, que, servindo apenas aos interesses do capital, exploram e manipulam as partes sociais que constituem uma nação, esvaziando o fazer político e tocando-o inconsequentemente para a beira de um abismo de ódio, consequência direta do modelo neoliberal que estimula o individualismo, a competitividade e o lucro a qualquer custo, disfarçado de democracia.

No momento em que a política se apaga, em que o partido dos “ricos” e o partido dos “pobres” já não dizem senão a mesma coisa – modernização – em que, como alguns garantem, basta escolher uma imagem publicitária com um perfil adequado para um empreendimento que é quase idêntico. **O que nesse momento se manifesta com estrondo não é o consenso, mas a exclusão;** não é razão que se transformou na racionalidade social da coexistência das satisfações, mas o ódio puro ao *Outro*, uma reunião, apenas para excluir.

As disputas de narrativas para os fatos políticos que acompanhamos recentemente, na América Latina, especialmente no Brasil, expressam muito bem essa natureza da multiplicidade, na qual notam-se diversos grupos – minorias e/ou majorias – vinculando temas e debates muito diferentes e sofrendo com uma simplificação bilateral da política, por exemplo, com a velha querela direita *versus* esquerda, impedindo qualquer avanço em suas pautas, dentro de bolhas estéreis e limitadas. Divisão que existe apenas no discurso, pois a mesma prática acontece nos casos concretos, a partir da exclusão do *Outro*, e, quase sempre, serve-se ao mesmo sistema, o capitalismo, cada uma de sua forma¹¹². Assim, retirar a política do território da politicagem, conduzindo-a a sua tarefa de repartir as partes, compartilhar o social e configurar espaços tendo em vista o bem comum, requer outros atributos, que não os vigentes na atualidade neoliberal. Pensar na divisão do espaço como um agir político e na multiplicidade como o estado atual dessa divisão, remete, simultaneamente, à complexidade das relações estabelecidas pela comunicação digital, outra marca de nossos tempos¹¹³.

Nesse contexto, os processos eleitorais, tão importantes nas democracias representativas, não estão conseguindo equacionar os conflitos e as sociedades seguem divididas depois dos resultados das urnas. **Eleições polarizadas e sociedades divididas parecem indicar uma crise da democracia representativa.** Mas há mais. A falta de um projeto de sociedade

¹¹² Cf. MILANOVIC, 2019, ob. cit. Para o autor há diferentes tipos de capitalismo, com desigualdades no capitalismo ocidental além de uma interpretação original sobre o lugar dos regimes comunistas na história do capitalismo como matrizes do capitalismo político de tipo chinês, que tem suas próprias fontes de instabilidade.

¹¹³ Ver HAN, Byung-Chul. **No enxame:** perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.





que tenha o poder de encantar, gerar esperança e coesão social produz medo e insegurança, principalmente nos setores médios da população, jogando para o centro do debate os temas morais e a religião, que ocupam um lugar central nos debates eleitorais.

Perdemos algumas de nossas referências tradicionais. As grandes correntes de pensamento e as estruturas de explicação perderam-se ante os desafios que a realidade foi oferecendo. Esta perda das referências deixou-nos órfãos e perdidos, tanto no discurso como na prática. E, sem explicações não há compreensões, muito menos soluções. Perdemos, portanto, a confiança!

2.5 – Redes sociais e novas tecnologias: os desafios da liberdade

“A liberdade terá sido episódica. Um episódio no sentimento de entreato, de conexão entre partes, esse sentimento de liberdade se instaura na passagem de uma forma de vida à outra até que esta também se mostre como um modo de coerção”. Essas são as frases de abertura da provocação de Byung-Chul Han sobre a crise da liberdade, no seu “Psicopolítica...”¹¹⁴.

Ele já havia apontado que “A sociedade do desempenho produz depressivos e fracassados”¹¹⁵. O paradoxo é complicado, pois, ao acreditarmos que nos libertamos de todas as opressões que vinham de fora, vemo-nos enredados em coações autodestrutivas que são altamente eficientes, entre outros motivos “porque a vítima dessa violência imagina ser alguém livre”. Quando a informação e a comunicação penetram por toda parte, sem deixar margem alguma ao mistério, destrói-se algo primordial para os relacionamentos humanos: a confiança. “A intensa exigência por transparência aponta precisamente para o fato de que o fundamento moral da sociedade se tornou frágil”, após o declínio de valores outrora bastante prezados como a honestidade e a sinceridade. Assim, vivemos numa “sociedade da desconfiança e ela suspeita que, em virtude do desaparecimento da confiança, agarra-se ao controle”¹¹⁶.

¹¹⁴ HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2018, p. 9.

¹¹⁵ HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

¹¹⁶ HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2014.





Mas, voltemos ao Han no “Psicopolítica...”. Ele parte da ideia que a liberdade permite que nos concebamos como um “projeto livre”. No entanto, rapidamente Han argumenta que é exatamente essa sensação de liberdade uma das formas mais eficientes de subjetivação e de sujeição, devido ao poder instaurado pelo neoliberalismo que obriga disputas internas e necessidade de desempenho, podendo ser pensado como uma crise da liberdade. Assim, o questionamento de Han se refere a real liberdade (ou falta dela). Não seríamos sujeitos encerrados em nós mesmos a partir de incontáveis possibilidades de conexão e informação? Neste mundo conectado, com grandes redes e serviços que ligam pessoas, a sociedade digital de controle é construída pela participação intensa dos sujeitos, aproveitando-se da liberdade destes, os quais têm uma necessidade de transparência que não limita a comunicação; pelo contrário, incentiva-a. Temos obrigação de comunicar! Canais não faltam. Aliás, proliferam-se. **E há uma audiência sedenta a ser abastecida de dados e de informação.** Para comunicarmos-nos, fornecemos informações e somos alimentados pela análise estatística dessas informações. Com isso, obviamente, mais informação é gerada, haja vista que este é um bem que, ao ser consumido, mostra tendência a aumentar sua potência e comunicação.

Esse fenômeno é controlado por uma psicopolítica neoliberal que, de acordo com Han, não é mais um poder disciplinar, de opressão, que age na coação, de forma obtusa sobre o corpo, mas é **um poder inteligente, sedutor, prazeroso** que explora o sujeito que se torna submetido a si mesmo e ao seu desempenho. Esse **poder de exploração**, advém de um controle que age na psique a partir de uma lógica de mercado que atua subjetivando. Tendo o desempenho otimizado e incentivado, a psicopolítica não precisa de coerções físicas ou cerceamentos, uma vez que o sujeito empreende a autocobrança, coagido por emoções que são o impulso para a ação. A psicopolítica neoliberal quer o fluxo contínuo da comunicação, a instabilidade da emoção, não permitindo a reflexão, o racionalismo. Não somos, portanto, sujeitos livres, pois o “neoliberalismo, como mutação do capitalismo torna o trabalhador um empreendedor. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa”¹¹⁷.

Em vez de fazermos resistências corporais e/ou psíquicas para enfrentar a dominação, o *neuroenhancement*,¹¹⁸ enquanto um recurso que indica um

¹¹⁷ HAN, 2018, ob. cit., p. 14.

¹¹⁸ *Neuroenhancement* pode ser definido como “melhoramento cognitivo” ou “neuropotenciação”. Conceito de difícil definição e de uma compreensão que requer revisitar a literatura do desenvolvimento do cérebro e da mente. Um cérebro que mudou naturalmente ao longo dos anos e cuja evolução decorre agora de forma mais “acelerada”,





crescente rendimento psíquico para garantir a otimização da produtividade, através de medicamentos, substitui as técnicas psiquiátricas disciplinares. O próprio corpo assume o lugar de um objeto de otimização estética e não mais ortopédica.

Na perspectiva do regime neoliberal, o otimismo torna-se um imperativo e qualquer empecilho para a sua realização deve ser tratado terapeuticamente e curado. A lógica é sempre manter a positividade e o otimismo. **O desempenho e a eficiência do indivíduo devem ser elevados ao grau máximo.** Não há nenhuma preocupação com o bem viver¹¹⁹, visto que só vale o sucesso mercantil daquilo que pode ser mensurável. A auto exploração decorrente desse processo tem como consequências a depressão, a síndrome de *burnout* (esgotamento), o colapso mental, dentre outras doenças mentais. Numa luta interminável para aumentar seu desempenho, o “eu” estabelece uma guerra consigo mesmo.

Han insiste que o “regime liberal emprega as emoções como recursos para alcançar mais produtividade e desempenho. A partir de um certo nível de produção, a racionalidade, que representa o médium da sociedade disciplinar, atinge seus limites”.¹²⁰ A racionalidade começa a mostrar-se como algo rígido, e a emoção é tomada como a expressão da liberdade subjetiva exatamente por ser volátil e flexível. A economia neoliberal foca na emoção como fator essencial para o processo de produção, e o capitalismo da emoção chega a “gamificar” o mundo do trabalho e da vida¹²¹.

As formas de comunicação, as plataformas digitais, alicerçadas em algoritmos poderosos, aproveitam-se do desenvolvimento tecnológico que possibilita o registro total da vida, onde a memória não é apagada nem depende de relações que vão sendo reestabelecidas com o passar do tempo. *Big Data*, tecnologia que coleta ações digitais, como cliques e interações, permite espiar as ações humanas e promover padrões coletivos

parecendo querer acompanhar o desenvolvimento vertiginoso da biotecnologia. Desde os métodos mais “consensuais”, como a educação e a nutrição, passando pelos psicofármacos, até à neurocirurgia e aos dispositivos mais recentes de interface cérebro-máquina, a humanidade modifica-se. Será o *neuroenhancement* ético? O *neuroenhancement* pode ser analisado em várias circunstâncias, indissociável da evolução humana. Ver FORLINI, C.; HALL, W. “The is and ought of the ethics of neuroenhancement: mind the gap”. *Front Psychol.* 6: 1998.

¹¹⁹ Nos últimos anos, o conceito de bem viver tem atraído interesse em diversos espaços, inclusive no meio acadêmico brasileiro. Como exemplo desta produção ver: ACOSTA, A. **O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Editora Elefante, 2016; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. “Bem viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas”. *Revista Rupturas*, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2017; DALLA ROSA, L. C. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. *Educação*, v. 42, n. 2, p. 298-307, 2019.

¹²⁰ HAN, 2018, ob. cit., p. 65.

¹²¹ Gamificar é uma dinâmica de jogos usada para engajar as pessoas influenciando seu comportamento em diferentes contextos. “O jogo emocionaliza e até dramatiza o trabalho, criando assim mais motivação. Através da rápida sensação de realização e do sistema de recompensas, o jogo gera mais desempenho e rendimento.” E por que isso ocorre? Ocorre porque o jogador, sob a influência das emoções, mostra-se muito mais envolvido do que quando age somente a partir da razão. Idem, p. 69.





de comportamento, criando sujeitos prisioneiros de dispositivos que definem classes de consumidores que podem excluir os não desejados ou não escolhidos para o consumo. Assumindo que a construção do ser humano extrapola qualquer cálculo ou previsão, a libertação dessa programação e controle psicológico pode ser dada através de uma consciência herética que foge do consenso, capaz de uma espécie de profanação, isto é, negar a programação vigilante que é imposta. Criamos assim um desvio das doenças, das dores causadas por esse modo.

Byung-Chul Han demonstra que a programação a que estamos sujeitos hoje em dia, suportada pelas tecnologias digitais de comunicação, advém de um mercado neoliberal que otimiza sujeitos que são fomentados ao desempenho, causando doenças (mentais e físicas) que devem ser suprimidas em favor da competição. Perdemos o corpo e a mente! O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade de ser cidadão dá lugar a passividade de consumidor. O eleitor, nesse esquema, não tem interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Ele apenas reage de forma passiva, criticando e reclamando, como o consumidor faz. Políticos e partidos seguem a lógica do consumo. Eles se degradam a fornecedores¹²².

A transparência não aparece nos processos políticos de decisão, que pouco interessa ao consumidor político. Ela se mostra para transformar indivíduos em objeto de escândalo para espectadores a serem escandalizados. E é assim que funciona a democracia, **uma democracia de espectadores!** Com a era digital, evolui-se à era da psicopolítica digital, que nos leva a uma nova crise de liberdade, onde até a vontade própria é atingida. Os *Big Data* são elementos importantes nesse processo, eles alcançam um conhecimento que permite influenciar na psique do sujeito, permitem um prognóstico sobre o comportamento humano e torna possível prever e controlar os sujeitos. Os *Big Data* anunciam o fim da pessoa e do livre-arbítrio para Han¹²³.

Nessa quadra, as redes sociais estabelecem múltiplos desafios. E a primeira tendência é não sabermos todos eles. Entretanto, evidencia-se uma significativa redução da consciência pública¹²⁴. Isso gera uma mudança para um “regime de informação” em que **o poder não está ligado à posse dos**

¹²² Idem, 2018, p. 21.

¹²³ Idem, 2018, p. 77 e ss.

¹²⁴ “As mídias sociais e sites de busca constroem um espaço de proximidade absoluto onde se elimina o fora. Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma modificação. Essa proximidade digital presenteia o participante com aqueles setores do mundo que lhe agradam. Com isso, ela derruba o caráter público, a consciência pública; sim, a consciência crítica, privatizando o mundo. A rede se transforma em esfera íntima ou zona de conforto. A proximidade pela qual se elimina a distância também é uma forma de expressão da transparência” (HAN, 2014, p. 81).





meios de produção, mas ao acesso à informação, que é utilizada para a vigilância psicopolítica e a previsão do comportamento individual¹²⁵. É a denominada “direita”¹²⁶ que mais capitaliza esse fenômeno de tribalização da rede, assegura o autor, porque nessa franja a demanda por “identidade do mundo vital” é maior. Em uma sociedade desintegrada em “irreconciliáveis identidades sem alteridade”, a representação, que por definição gera uma distância, é substituída pela participação direta. “A democracia digital em tempo real é uma democracia presencial”, que ignora sua esfera natural de representação: o espaço público. Isso leva a uma “ditadura tribalista de opinião e identidade”, em que “o discurso é substituído pela crença e pelo voto de fé”¹²⁷.

O quadro agrava-se com a crescente virtualização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, sob o fenômeno da Inteligência Artificial (IA)¹²⁸. De fato, as tecnologias – quando abstratas e impalpáveis – não devem pautar, por exemplo, a política e a democracia. Pelo contrário, as tecnologias – quando materiais e traduzidas à realidade – devem servir como instrumentos para ampliar e qualificar a participação democrática. Isto é, não deve existir uma polarização entre “novas tecnologias” versus “política”, ou ainda colocar “técnica” como antítese de “política”, uma vez que estas novas tecnologias podem e devem ser empregadas pela

¹²⁵ HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 16-17.

¹²⁶ A onda política conservadora radical é um fenômeno global. Importante considerar que o cenário internacional aponta que o conservadorismo radical poderá assumir poder nos próximos 2 ou 3 anos nos EUA, Canadá, Austrália, França e ainda entrar na composição da coalizão política alemã atualmente no poder. Sobre a condição brasileira no cenário internacional e seu impacto no mundo, recomendamos <https://americanaffairsjournal.org/2021/05/the-brazilianization-of-the-world/>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹²⁷ Idem, 2022, p. 61.

¹²⁸ Cf. BUCHANAN, Ben; IMBRIE, Andrew. **The New Fire**: War, Peace, and Democracy in the Age of AI. Cambridge: The MIT Press, 2022. A expressão Inteligência Artificial foi utilizada nesse sentido primeiramente por John McCarthy, professor de matemática na Dartmouth College, em New Hampshire/EUA, no ano de 1955. Para mais informações, ver: BOOTLE, Roger. **A economia da Inteligência Artificial**: como a IA está transformando o trabalho, a riqueza e o progresso. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2021, p. 6 e ss.





qualificação da política, gerando insumos técnicos para que decisões políticas sejam tomadas de forma mais assertiva, com evidências.

A questão que impulsiona esta última grande tendência é o uso que a IA permite modificar sobre a percepção ou à própria vontade do ator público humano¹²⁹. Tamanha amplitude e complexidade envolvidas na estruturação e funcionamento das IA dão uma ordem de grandeza de suas possibilidades e denotam o poder que ela assume. Esse poder associa-se a uma ruptura de paradigmas sociais que permite, a partir da digitalização em massa de informações disponibilizadas pelo ser humano, um mergulho no mundo da automatização de sistemas que funcionam segundo seus próprios conjuntos de regras ou leis e que atuam sobre o universo particular de relações digitais. Grande parte dos estudos apontam para situações que, ao envolver a presença de dispositivos dotados de IA, não é possível encontrar facilmente responsáveis humanos por um resultado indesejável para si em decorrência da operação ou intervenção de uma máquina ou equipamento controlado por uma IA¹³⁰.

Nesse contexto, de um tremendo crescimento das redes sociais e dos mecanismos sob o controle das formas diversas de Inteligência Artificial, é que a liberdade e a política tendem a impactar fortemente nas relações entre o sistema político, as instituições e o cidadão.

¹²⁹ Ver MUELLER, John Paul; MASSARON, Luca. **L'Intelligence artificielle pour les nuls**. Paris: Éditions First, 2019.

¹³⁰ Os estudos sociais da ciência e da tecnologia vêm apontando efeitos socioeconômicos e políticos da IA. Por exemplo: a economia política dos robôs e seus impactos produtivos estruturais (KIGGINS, R.D. **Political economy of robots**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018); políticas públicas relacionadas à privacidade de dados, impactos legais e regulação comercial diante da digitalização e suas consequências (FUNK, J. What does innovation today tell us about the US economy tomorrow? 2017. Disponível em: <https://issues.org/what-does-innovation-today-tell-us-about-the-us-economy-tomorrow/>. Acesso em 30 de mar. 2024; impactos setoriais e econômicos de novas aplicações em IA [BOYD, R.; HOLTON, R.J. Technology, innovation, employment and power: does robotics and artificial intelligence really mean social transformation? **Journal of Sociology**, 54(3), 2018, pp. 331-345]; e, dentre tantos outros temas, reflexões geopolíticas acerca da competição tecnológica global, capitaneada por China e Estados Unidos (EUA) [ZHU, Q.; LONG, K. How will artificial intelligence impact Sino-US relations? *China International Strategy Review*, 1(1), 2019, pp. 139-151].





2.6 – A forte instrumentalização da religião como tendência da política

Este grupo de análise de conjuntura já apresentou, algumas vezes, diagnósticos que apontam como setores da política têm se utilizado da religião, e notadamente do cristianismo, para a fidelização de adeptos em várias partes do mundo¹³¹. Aqui não se trata de uma avaliação acerca da Igreja Católica ou de qualquer outra tradição religiosa sob o ângulo da eclesiologia ou da própria teologia. Primeiro, porque a importante tarefa de análises eclesiais está com outro grupo de serviço à CNBB. Depois, em razão do fato de que, para este texto, o interesse é entender a relação, a partir do mundo da política, que leva o universo das religiões contemporâneas, enquanto instituições sociais, a estarem submetidos a uma estratégia de dominação dos vários atores e forças, a despeito de lados ou de objetivos.

Na análise de conjuntura de abril de 2022 alertávamos que “a utilização da religião, notadamente do cristianismo, tem caracterizado a nova extrema-direita global, como revelou recentemente o vaticanista Iacopo Scaramuzzi em um livro (...) intitulado *Dio? In fondo a destra – perché i populismi sfruttano il cristianesimo* (em tradução literal, “Deus? No fundo à direita – Porque os

¹³¹ A religião e suas práticas exerceram seus efeitos em diversos momentos da história da humanidade. Muitos reduzem a maior intensidade ao período conhecido como Idade Média. Entretanto, mesmo na gênese de inúmeras categorias fundamentais da “modernidade”, como foi analisado por Giorgio Agamben, ela está mais que presente. Quando ele estuda a arqueologia do ofício divino, na sua obra “Opus Dei: a arqueologia do Ofício”, Agamben demonstra porque o “*mistério litúrgico*” é a chave para compreendermos como a modernidade forjou a ética, a ontologia, a política *etc.* “*Mistério* significa a essência íntima da ação sacra, isto é, a obra redentora proveniente do Senhor dos ritos sacros por Ele instituídos, e *liturgia* indica a ação da Igreja em união com a obra salvífica de Cristo” (cf. AGAMBEN, Giorgio. **Opus Dei: Arqueologia do Ofício**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.44). Ou seja, a ação da Igreja e suas consequências incidem na construção dos parâmetros sociais da modernidade.





populismos desfrutam do cristianismo”), cuja capa estampa quatro dos principais expoentes desse fenômeno [à época]: Salvini (Itália), Trump (Estados Unidos), Bolsonaro (Brasil) e Putin (Rússia).”¹³²

Voltamos a tratar dessa questão na análise de agosto, do mesmo ano, quando registramos que “as **pautas morais** se constituem no principal instrumento de alavancagem de candidaturas e de políticos eleitos ligados ao chamado neopentecostalismo. Vem se consolidando uma presença cada vez maior nas eleições de grupos vinculados a este universo, sejam tradicionais, novas denominações ou, ainda, de setores oriundos do catolicismo, a partir de **projetos políticos de ocupação do Estado**”¹³³ (grifos nossos). Na análise de conjuntura de outubro (2022) também foi feito um registro no mesmo sentido.

Nessa ocupação do campo religioso pela política, talvez um elemento importante que necessita de maior aprofundamento seja a ação de grupos conservadores ou de extrema-direita no âmbito do cristianismo¹³⁴. Nesse sentido, é necessário relacionar como tais grupos têm se radicalizado dentro do espectro católico, inclusive em clara oposição às diretrizes do Concílio

¹³² Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Analise-de-Conjuntura-Social-OS-CLAMORES-DO-MEU-POVO.pdf>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹³³ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/08/EXIGÊNCIAS-ÉTICAS-DA-ORDEM-DEMOCRÁTICA.pdf>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹³⁴ Para aprofundar esse processo ver LÖWENTHAL, Manuela. “O sequestro do cristianismo pela extrema direita no mundo”. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/o-sequestro-do-cristianismo-pela-extrema-direita-no-mundo/>. Acesso em 28 mar. 2024. “Diversos estudiosos do tema relatam uma apropriação do cristianismo por grupos de extrema direita na Europa. A identidade cristã é acionada para reforçar um pertencimento cultural, criando a ideia de pureza nacional e ideologia política. Dessa forma, uma série de líderes populistas sem nenhuma profundidade teológica se utilizam do cristianismo para criar uma “diferenciação” entre aqueles que fazem parte do grupo e aqueles que estão fora do grupo. Essa diferenciação alimenta um sentimento de pertencimento muito potente e eficaz para a mobilização. É construída a ideia de que há inimigos a serem combatidos, pessoas que não compartilham de determinada visão de mundo, projeto de civilização e progresso. E a partir de um poderoso discurso bélico é mobilizada a ideia de que essas pessoas devem ser combatidas”.





Ecumênico Vaticano II, à Doutrina Social da Igreja e ao Magistério do Papa Francisco.

Em relação à oposição ao Papa Francisco, as ações de grupos fundamentalistas não são recentes. Coincidem com o recrudescimento de uma extrema-direita global. Em 2017, uma reportagem apontava que Francisco sofria forte oposição em três tipos: teológica, institucional e política. E destacava que a oposição política é a mais forte. “O papa fala sobre vivermos juntos, de construir pontes em vez de muros. São questões 'inconvenientes' para a política global da atualidade, pois contrastam com ideias da direita francesa, italiana e americana. São tidas como uma ameaça.” (...) “Há grupos financeiros, fabricantes de armas e multinacionais que querem que o papa perca poder. Sua retórica é muito anti-establishment. Ele afirmou que a nossa **economia mata**, condenou o capitalismo e se fez escutar em questões ecológicas’”, críticas à Francisco feitas pelo centro de estudos conservador American Enterprise Institute (AEI)”¹³⁵.

No ano de 2019, o Instituto Humanitas, da Unisinos, publicou uma reportagem de Francesco Peloso analisando aspectos do magistério pontifício que constroem a extrema-direita global.¹³⁶ Entre as lideranças globais que articulam ataques à Francisco destacou-se o estrategista político de Donald Trump. Suas ações se tornaram visíveis principalmente durante o mandato do ex-presidente estadunidense. Steve Bannon, um “misto de marqueteiro e militante da extrema-direita, mira seus canhões de *fake news* contra o Papa Francisco visando uma sucessão conservadora no Vaticano”¹³⁷. Bannon,

¹³⁵ “Por que o Papa Francisco está sofrendo oposição dos conservadores da Igreja”, disponível aqui: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39210072>. Acesso em 19 mar. 2024.

¹³⁶ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/589114-por-que-francisco-e-um-obstaculo-para-a-extrema-direita>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹³⁷ Disponível em <https://www.extraclasse.org.br/geral/2019/05/estrategista-de-bolsonaro-e-trump-ataca-o-papa/>. Acesso em 28 mar. 2024.





“depois de deixar a Casa Branca, deslocou-se à Europa para colaborar com vários movimentos políticos europeus de direita e extrema-direita. Estes incluem a Frente Nacional, na França, a Fidesz, na Hungria, a Liga Norte, na Itália, e o VOX, na Espanha”¹³⁸. Por fim, outra reportagem mostra que Bannon usou um mosteiro para planejar, na Itália, a criação de uma espécie de “academia político-religiosa” contra o magistério de Francisco¹³⁹.

Mas, talvez, o mais impactante para mostrar a oposição a Francisco pela extrema-direita global é analisar a rede da ultradireita católica articulada pelo espanhol Ignacio Arsuaga¹⁴⁰, cujas entidades que criou, a *Hazte Oir* e a *Citizen Go*, são apontadas como operadoras, inclusive financeiras, de vários grupos da extrema-direita religiosa em vários países¹⁴¹, também no Brasil¹⁴². Os ataques de grupos midiáticos católicos a Francisco também já foram objeto de outras reflexões, como na reportagem “Fake News e escândalos: a mídia católica de direita ataca Francisco”¹⁴³.

Esse aumento da pressão sobre as instituições tradicionais faz com que **religião e política** sejam cada vez mais tomadas dentro de um conjunto dinâmico de relações de força, relações que podem mudar e que na realidade mudam a todo momento. No que concerne à relação entre religião e política, é exatamente uma concepção dinâmica da história que põe o

¹³⁸ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602170-steve-bannon-o-inimigo-do-papa-francisco-preso-por-fraude>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹³⁹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031_280140.html. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁴⁰ Disponível em <https://www.intercept.com.br/2021/08/18/catolico-espanha-citizengo-treinou-extrema-direita-2013-bolsonaro/>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁴¹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/10/internacional/1557485729_129647.html. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁴² Conforme pode-se observar em reportagem publicada no IHU, da Unisinos, intitulada “Dos EUA à Itália, até os vértices do Vaticano: os documentos exclusivos do Wikileaks sobre os financiadores ocultos do extremismo católico”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611842-dos-eua-a-italia-ate-os-vertices-do-vaticano-no-fatto-os-documentos-exclusivos-do-wikileaks-sobre-os-financiadores-ocultos-do-extremismo-catolicos>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁴³ Disponível em <https://apublica.org/2020/01/fake-news-e-escandalos-a-midia-catolica-de-direita-ataca-francisco/>





problema¹⁴⁴, pois nela tudo está em jogo, ou seja, nós já não dispomos de nenhuma garantia prévia, porque nem a secularização, nem uma recristianização, nem um retorno definitivo ao cristianismo primitivo, nada pode ser dado de antemão.

Uma das chaves de interpretação desta tendência pode ser o pensamento de Eric Weil¹⁴⁵. De modo geral, no que concerne à relação entre religião e política, a reflexão weiliana parte de um lugar comum nas diferentes análises, porquanto as mais variadas tendências concordam muito tranquilamente com a afirmação de que “é preciso dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”¹⁴⁶. O trabalho da reflexão começa justamente quando reconhecemos que às vezes é difícil “saber o que é

¹⁴⁴ Para um efeito comparativo, fora do universo do cristianismo, pode-se avaliar a experiência da Índia. Com o advento da República na Índia (a partir de 1950), o esforço e o entusiasmo inicial de implantar um regime secular, de acordo com os moldes ocidentais, em uma sociedade bastante religiosa revelou a construção de uma estrutura que se adequaria, aos poucos, aos valores da sociedade hindu. O Estado não ficou imune à influência religiosa, nem deixou de interferir em assuntos de ordem religiosa. A implantação dos valores republicanos ficou extremamente fragmentada quando da continuidade velada da realidade social colonial. No início do período republicano havia um comprometimento do Estado indiano de implantar parâmetros republicanos importados como a universalização dos direitos, o secularismo, a igualdade, a liberdade, entre outros valores, porém, ainda hoje matura e repensa todos esses valores (cf. JAFFRELOT, Christophe. **Religion, Caste and Politics in India**. London: Hurst & Company, 2011). Talvez, nem as elites, fascinadas pela possibilidade de importar tal regime político em voga na Europa, tenham se acostumado com a ideia de que a “República proclama a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular, (...) e, além disso, visa exatamente a responder às perguntas sobre as dificuldades que há quando os mesmos que mandam devem obedecer” (cf. RIBEIRO, Renato Janine. “Democracia Versus República: a questão do desejo nas lutas sociais”. In BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.18-21).

¹⁴⁵ Uma boa análise do pensamento de Eric Weil sobre a relação entre religião e política, está em CASTELO BRANCO, Judikael. “Religião e política em Eric Weil: democracia, tolerância e diálogo em tempos de remitologização da política”. Disponível em <https://doi.org/10.4013/fsu.2021.222.04>. Acesso em 28 mar. 2024.

¹⁴⁶ Mateus 22:21.





devido a Deus e o que pertence a César”¹⁴⁷. Para Weil, a religião não dirá ao homem de Estado, envolvido totalmente pela política, o que fazer, mas é igualmente certo que ela pode dizer o que não se deve fazer se se quiser aderir aos ideais de liberdade, de verdade e de responsabilidade: ela pode “indicar o que ele deve estar pronto a sacrificar por esses ideais – que às vezes pode ser o poder, outras vezes a paz”¹⁴⁸. Em outras palavras, as religiões podem nos ajudar a pensar os meios aos quais não poderemos recorrer sem o risco de negar os ideais da nossa modernidade, a discernir as técnicas de governo e de organização que contradizem nossos fins. O homem de Estado, enfim, “não pode aprender da religião e da moral quais são os meios eficientes ou melhores; ele pode aprender que há meios que são apenas presumíveis, quer dizer, que não são meios de todo”¹⁴⁹.

Um efeito particularmente preocupante desse caminho que vem se tornando uma tendência muito presente em vários países é **o uso político da intolerância religiosa**. Diante disso, não se pode simplesmente se abster da discussão e da ação, considerando que a religião seja agora assunto privado. Antes, deve-se assumir a tarefa de pensar as consequências sociais das decisões movidas pela religião, bem como refletir se os princípios subjacentes de uma determinada forma de vida religiosa são compatíveis com os valores fundamentais da liberdade, da justiça e da paz, por exemplo. Essa tarefa

¹⁴⁷ Cf. WEIL, Eric. **Essais et conférences 2**. Paris, Vrin, 1991, p. 64. A simplificação da separação entre César e Deus é tentadora, e não faltam argumentos segundo os quais “vida política e vida religiosa não têm nenhuma relação essencial” (Idem, p. 36), e, com efeito, mesmo pessoas perspicazes podem cair facilmente em posições radicais afirmando, por exemplo, que “sem religião não se pode ter um Estado digno deste nome, uma política fundada sobre princípios ou uma comunidade sólida” (WEIL, Eric. **Essais sur la philosophie, la démocratie et l'éducation**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993, p. 103); ou, o outro extremo, sustentando que a religião “é o ‘ópio do povo’, que é impossível organizar a vida nesse mundo sem fazer uma varredura de tudo o que diz respeito a um outro mundo, a um mundo melhor no futuro, que a eficácia e os resultados úteis são o único critério válido” (Idem, p. 103). No entanto, e está aí a raiz do nosso problema, se, de um lado, entre essas convicções não pode haver uma verdadeira discussão, de outro, “nossa religião e nossa política não são separadas do mesmo modo que o são os polos de uma pilha elétrica (...). Nossa religião nos é inerente (...) e fomos nós que construímos nosso Estado” (Idem, p. 112-113).

¹⁴⁸ Cf. WEIL, 1993, p. 113.

¹⁴⁹ Idem.





envolve as comunidades plurirreligiosas e multiculturais empenhadas na construção de processos democráticos, em todos os cantos. Para Weil, é possível uma saída que se baseia na recuperação do diálogo como registro fundamental da linguagem na política, registro que só pode existir se houver disposição para as implicações éticas do postulado fundamental de que todo ser humano é apto à razão¹⁵⁰. Até pela razão de que, geralmente, a primeira abordagem do uso extremado da religião contra a política é o assalto à razão, sintoma que acomete muitas posições ideológicas. E que, do uso extremado da política contra a religião, a primeira evidência é o autoritarismo, seja nos discursos do campo mais conservador, seja a partir de outros campos políticos.

2.7 – A voz profética do Papa Francisco nesse contexto

Parafraseando Darcy Ribeiro, a crise da falta de projetos globais e de referências “não é uma crise: é projeto”¹⁵¹. Nesse mundo carente de projetos e de programas globais de referência para humanidade construir um caminho de justiça social e paz, a voz profética do Papa Francisco tem crescido com uma importância singular. De maneira vigorosa, o Santo Padre tem afirmado que não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade, nem Criação sem uma Casa Comum.

¹⁵⁰ Assim como se deve poder contar com instituições que garantam o espaço à discussão e ao debate e com a educação que forma “(...) um homem novo, capaz e desejoso de desenvolver seu papel na sociedade moderna, pronto e apto a julgar todos os problemas concernentes à vida da comunidade à qual pertence, satisfeito com a sua posição porque consciente da dignidade inerente e da necessidade social do seu trabalho, convencido do caráter razoável da ordem existente, mas determinado a melhorar tanto esta ordem quanto a posição que nela ocupa. Cf. WEIL, Eric. **Philosophie et réalité 1**. Paris, Beauchesne, 2003, p. 299.

¹⁵¹ A frase original é: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”, cf. RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.





Assim, a partir de documentos e ações/testemunhos exemplares, o Papa vem dialogando sobre a ecologia integral, uma nova economia e a política, o cuidado com os imigrantes e com os pobres da terra, a paz e a necessidade de superar as guerras, dentre tantos temas de sua missão pastoral. Ele tem profetizado e debatido a partir de elementos essenciais para uma nova ordem mundial de paz, justiça e equidade: a economia de Francisco e Clara; a conversão socioecológica, uma nova política exposta na *Fratelli Tutti*¹⁵². A recepção de seu pensamento tem sido destacada por diversos analistas:

“(...) para além de um *modus operandi* bastante regular dos bispos de Roma, o atual tem se mostrado original e perigoso para os projetos de uma frente política de ultradireita emergente no planeta a partir do norte do ocidente. (...) Francisco constitui uma ameaça à ascensão ideológica e política de projetos conservadores, em suas expressões geopolíticas locais nos dois lados do atlântico e nos dois hemisférios do globo. Não se trata, evidentemente, de um confronto político direto, mas de um confronto ético, simbólico e ideológico de dois modos de ver o ser humano e as estruturas históricas colocadas a seu serviço nos projetos e modelos políticos concretos. A postura crítica clara e direta quando considera o sistema econômico mundializado, as estratégias de desenvolvimento, a cultura de consumo e as políticas de segurança dos países em relação a refugiados e migrantes, o posiciona na contramão de uma tendência política que se mundializa em projetos de viés autoritário que retomam padrões revisores do presente e do passado e se apresentam como frente salvadora da deterioração final do planeta (na verdade, ocidente e hemisfério norte). Francisco torna-se uma variável política incômoda e potencialmente desestabilizadora para as estratégias de poder dessa ultradireita emergente. Por essa razão, Francisco está na mira de alguns donos do poder econômico mundializado com suas frentes políticas espalhadas pelo mundo. Trata-se de um expoente político mundial ameaçador dos valores ultraliberais defendidos pela nova direita que almeja salvar o ocidente da crise final e estabilizar o capitalismo financeiro como a única saída para a história. Para esses, o modelo clássico de democracia já se esgotou e, na

¹⁵² FRANCESCO, Papa. **Fratelli Tutti**: Lettera Enciclica sulla fraternità e l'amicizia sociale. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020.





verdade, ofereceu o germe de toda crise com seus valores centrados nas liberdades, direitos individuais e direitos sociais”.¹⁵³

O que se pode afirmar é que, independentemente de tradição religiosa, especialmente no lado ocidental, mas sem deixar de influir em todo o planeta, o Papa Francisco tem assumido um protagonismo de um projeto e de um processo. Como ressaltado na Campanha da Fraternidade de 2024, “A atuação profética do Papa Francisco, ao denunciar os mecanismos de desumanização e apontar os remédios adequados, tem sido um sinal eloquente para o mundo”. Para completar,

“Três propostas globais feitas por ele e abraçadas com entusiasmo por todo o mundo também testemunham as sementes do bem que Deus continua a espalhar na humanidade e a predisposição dela a viver como irmãos e irmãs, em uma única família humana. São elas: o **Pacto Educativo Global**, que visa construir uma aliança entre escola, família e a sociedade com suas melhores energias, para colocar, no centro do processo educativo, o desenvolvimento integral da pessoa e a proteção da Casa Comum; a **Economia de Francisco e Clara**, que deseja influenciar os rumos do pensamento econômico, procurando fortalecer as perspectivas que se orientam ao desenvolvimento humano, mais equitativo e atento a todas as formas de vida no planeta; e o **processo de escuta Sinodal** 2021-2024, no qual Francisco quis ouvir todas as pessoas de boa vontade em todas as Igrejas Locais do mundo, acerca de suas expectativas sobre a Igreja e seu papel na sociedade. Iniciativas estas que envolvem toda a “aldeia global” por uma nova educação e uma nova economia, que incluam e não excluam, bem como uma renovada consciência eclesial capaz de acolher, respeitar e promover as diferenças¹⁵⁴.

Não se pode deixar de compreender um desafio a mais, em decorrência desta tendência. É que ao seguir a tradição cristã, o magistério da Igreja e Francisco, especialmente nesses tempos que atravessamos, não se pode deixar de convidar cada um de nós ao compromisso com “a coragem de criar esperança”¹⁵⁵.

¹⁵³ Cf. PASSOS, João Décio. “Papa Francisco e as direitas emergentes”, 2024. Disponível em <https://www.vidapastoral.com.br/atualidades/papa-francisco-e-as-direitas-emergentes/>. Acesso em 28. mar. 2024.

¹⁵⁴ CNBB, 2023, ob. cit., n. 84.

¹⁵⁵ Idem, n. 82.





3 – O Brasil em 2024 e as grandes tendências mundiais

Acabamos de encerrar a Semana Santa. E, nesse período do verão de 2024, sofremos um conjunto de tragédias, que se repetem tal qual o calor e as epidemias de sempre, como a Dengue¹⁵⁶, a Zica e a Chikungunya, ou de doenças decorrentes de situações como essas¹⁵⁷. Não é novidade e só muda o endereço. As tragédias do verão brasileiro são conhecidas: chuvas, enchentes, desabamentos, danos às propriedades, interrupção de serviços essenciais (abastecimento de água, eletricidade, saneamento), mortes e gente desabrigada, com muitas comunidades desamparadas. O exemplo recentíssimo do estado do Espírito Santo, com muitas mortes, acaba por fixar que atravessamos tempos de clima extremo e intenso. A terrível seca em Roraima (um elemento da grave crise ambiental do estado¹⁵⁸) é mais uma

¹⁵⁶ O Brasil registrou 923 mortes por dengue e 2.573.293 casos prováveis da doença ao longo de 2024 (dados atualizados até 1º de abril). Os dados são do Ministério da Saúde e divulgados por meio do Painel de Arboviroses, com dados sobre dengue, zika e chikungunya. O país ainda investiga 1.456 óbitos pela doença, ou seja, se há alguma relação com a dengue ou não. O índice pode ser atualizado nos próximos dias, assim que as análises dos casos forem concluídas. O coeficiente de incidência da doença no Brasil é de 1.267,2 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Fonte: Ministério da Saúde, Painel de Arboviroses. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>. Acesso em 2 abr. 2024. O quadro também preocupa a região. No fim de março, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) afirmou que os casos de dengue nas Américas aumentaram de forma acentuada nos primeiros três meses deste ano, chegando a um número três vezes maior do que o registrado no mesmo período do ano passado. Brasil, Argentina e Paraguai são os países mais afetados pela dengue. As autoridades da Opas descreveram o quadro como provavelmente o pior surto da história até agora observada nas Américas para a doença transmitida por mosquitos. Fonte: CARVALHO, Júlia. “Casos de dengue triplicam nas Américas em possível pior surto da história, diz Opas”. Disponível em <https://g1.globo.com/saude/dengue/noticia/2024/03/28/casos-de-dengue-triplicam-nas-americas-em-possivel-pior-surto-da-historia-diz-opas.ghtml>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁵⁷ Como Cólera, Febre Tifoide, Hepatite A, Leptospirose e Tétano, dentre outras.

¹⁵⁸ Destaque-se a Nota Pública dos Movimentos Sociais e da Diocese de Roraima: “As queimadas, intensificadas pela falta de políticas públicas quanto à emergência climática, aceleram o estopim do fogo no estado de Roraima. No mês de fevereiro de 2024, Roraima liderava o ranking de queimadas (INPE) no Brasil. Mesmo com esse quadro ambiental, marcado por forte estiagem e seca, o governo do Estado de Roraima emitiu 55 licenças ambientais para queimadas”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/638006-nota-publica-de-movimentos-sociais-e-da-diocese-de-roraima>. Acesso em 02 abr. 2024.





evidência que não está fácil, nem para o Planeta nem para o Brasil. Há muita desculpa dos governos e pouquíssima solução.

No Brasil, como em grande parte do mundo, **o clima mudou. Os extremos climáticos são o novo normal.** E têm, cada vez mais, maior intensidade e muito mais frequência. Mas no caso brasileiro temos outros elementos que pioram muito o quadro. A desorganizada ocupação urbana, a desigualdade social na presença do Estado em situações de risco, a falta de planejamento e de infraestrutura são agravantes em uma situação que se repete todos os anos, chuva ou faça sol. As inundações vistas no litoral paulista no último ano ou as enchentes que assolaram atualmente o Rio de Janeiro, São Paulo e o Rio Grande do Sul são episódios desse histórico descaso com as vidas humanas, tão comum que não mais nos impressionamos pelos relatos, exceto quando atinge um dos nossos.

Aqui há uma questão de política pública. Política pública, a grosso modo, é um combinado de decisões e de recursos que permite a solução de determinado problema por meio da ação do Estado, dos governos e da sociedade. **No caso dessas catástrofes estivais, exceto uns poucos casos, inexistem qualquer política pública.** Ao lado desta ausência, há uma ocupação urbana desordenada em que os mais vulneráveis ocupam, quase sempre, as áreas de maior risco, como encostas, várzeas e ribeiras, sem nenhum tipo de qualidade de vida e com crescentes riscos de morte. É provável que tenhamos que apostar em gestão e gerenciamento, planejamento e compromisso ético.

O planejamento urbano adequado é portador de más notícias ou exige mais recursos públicos. Não há uma opção que satisfaça. Ou exige algum grau de desgosto para a população ou necessita um maior nível de investimento em infraestrutura urbana, planejamento, ordenação territorial





democrática, além do cuidado com as águas pluviais. A nossa Casa Comum, especialmente as áreas alagadiças, os ecossistemas naturais, como as matas, as florestas e os manguezais, exigem um tratamento digno. Da mesma forma, as vidas humanas. Os habitantes mais vulneráveis de cada cidade e da região devem ser prioridade. E sem prevenção não há solução. Saneamento é saúde e é urgente, dados os nossos números. De acordo com o Instituto Trata Brasil, não temos o necessário tratamento de esgoto. Em 2023 a média de porcentagem de esgoto tratado, em relação a água consumida, corresponde a 51,2%. Falta o tratamento de esgoto para quase metade da água consumida¹⁵⁹.

Há, ainda, uma tarefa de educação dos habitantes da cidade, que devem participar dessas políticas públicas, além dos cuidados com a produção e o depósito de dejetos, restos de obras, outros lixos e o compromisso com a proteção socioambiental. A população deve participar e cobrar por meio do importante e necessário controle social. Sem as pessoas não se alcançará qualquer resultado que evite a repetição das mesmas cenas alagadas e de gente sem abrigo.

Este começo de descrição da realidade é na verdade, um dos muitos e múltiplos desafios do atual governo. Ter um mesmo presidente eleito democraticamente, como o atual, com Luís Inácio Lula da Silva, a partir de agora tratado como governo Lula 3, é algo inédito na histórica política brasileira. Houve enormes dificuldades nos três meses (entre novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023). Ali o quadro estava difícilíssimo. A democracia formal foi atacada e muito ainda se vai discutir sobre isto. A tentativa é, com base nas tendências mundiais, entender um pouco o ano de 2024.

Lula formou um governo de coalizão de frente ampla (ou de frente amplíssima, se considerarmos as recentes adesões de partidos políticos do “Centrão”). Ele construiu um modelo, ainda claudicante, de unir diferentes forças políticas para, após preservar a democracia, dar ao seu mandato

¹⁵⁹ TRATA BRASIL. **15ª edição do Ranking do Saneamento**. Disponível em <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2023/>. Acesso em 2 abr. 2024.





alguma estabilidade política e fortalecer a governabilidade, reunindo distintas visões políticas e da política. E para se proteger das forças situadas na oposição explícita ou na situação implícita.

Em teoria, o sistema democrático brasileiro tem um bom desenho. O legislativo representa os territórios e a participação realiza o seu controle social. Na prática, contudo, o legislativo tem se mostrado cada vez mais forte e o país vem flertando, e não é de hoje, com a democracia iliberal. Fortalecer a democracia nesse contexto implica fortalecer a participação social. E, infelizmente, a cidadania ativa (ou coletiva), apesar dos ganhos, ainda não é forte o suficiente para disputar as pautas e as decisões políticas mais importantes.

Assim, no cenário das relações entre o executivo e o legislativo, o fortalecimento deste último, com diversas manobras regimentais e mudanças em sua forma de atuação que aumentaram o seu poder, modificaram a governabilidade. Ademais, o Congresso Nacional, de viés conservador e, desde as últimas eleições, formado por vários grupos de interesses privados travestidos em representação “pública”, e que vêm capturando o orçamento federal.

No campo das emendas, que obrigam o governo a destinar recursos para projetos específicos indicados pelos parlamentares, elas são, muitas vezes, utilizadas como moeda de troca para garantir apoio político e interesses não necessariamente republicanos. Embora tenham o potencial de promover o desenvolvimento local, quando utilizadas de forma inadequada, podem comprometer a eficiência dos gastos públicos e criar situações de chantagem política, além de fazer das políticas públicas uma promessa vazia. Basta ver a animação na votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no fim de 2023, em que se percebe claramente a ofensiva para aumentar o controle orçamentário do Congresso. Podemos estar submetidos a um duplo: um presidencialismo (débil) de coalizão e um parlamentarismo (forte) de coação, tudo ao mesmo tempo e conectado.

Em outro campo, **o executivo olha cada vez mais para as estreitas relações entre a política e o Supremo Tribunal Federal (STF)**. Se este tem crescido em sua presença institucional nos últimos anos, muitas vezes a proposição e/ou a contenção de seus ministros surte efeitos eminentemente políticos. Cada vez mais há uma interferência na seara de atuação dos demais poderes estatais. São inúmeros os exemplos desta atuação do STF, muitas vezes sob o manto da função interpretativa da norma constitucional, que lhe foi originariamente delegada pela Constituição Federal de 1988.





Desde a sua promulgação, no período pós-redemocratização, o STF revestiu-se, forçosamente, é verdade, da função de controlar os atos dos poderes Executivo e Legislativo, interferindo em suas esferas de poder e atuando, em última instância, como poder político. Este chamamento por parte da própria sociedade, por meio de recursos em ações individuais, ou dos representantes legitimados pela Constituição para proporem ações diretas no STF, se dá, em verdade, desde antes da redemocratização. Há muito que a sociedade brasileira faz com que, ao provocar a Corte, ela mesma submeta-se a um posicionamento político do Supremo Tribunal e um enfrentamento das questões colocadas sob sua deliberação, ao invés da simples análise da questão constitucional.

As indicações para a vaga remanescente junto ao STF por ocasião da aposentadorias em 2023 (Ricardo Lewandoswki – que foi para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – e Rosa Weber), a chegada de Cristiano Zanin e de Flavio Dino entre os 11, e a nomeação do Procurador-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, são parte da pauta política do país, tanto na definição do poder do próprio chefe do Poder Executivo, como no embate que, provavelmente, parcela da sociedade e o Congresso produziram pela importância dos papéis de cada uma das instituições na democracia brasileira.

Entretanto, o que salta aos olhos é que, passado o primeiro ano, e já no segundo trimestre de 2024, **não se vislumbra um projeto para o país**. Exceto na pauta econômica, o Lula 3 ainda não se apresentou de forma unida e destemida em relação a nenhuma outra questão estrutural. Os desafios ambientais, da (in)segurança pública, da educação e tantos outros estão afundados no pântano da burocracia e de suas indefinições, nas disputas internas e externas, e nos titubeios retóricos de um ou outro membro da base, enquanto aguardam o ziguezague do Planalto. É um governo com poucas conquistas e ainda com muita desorganização e disfuncionalidade.

A opinião pública, que não é inexperiente quando o assunto é a avaliação dos governantes, registra isso. Há uma tendência de maior desaprovação do governo federal e de Lula. Pesquisas divulgadas em março

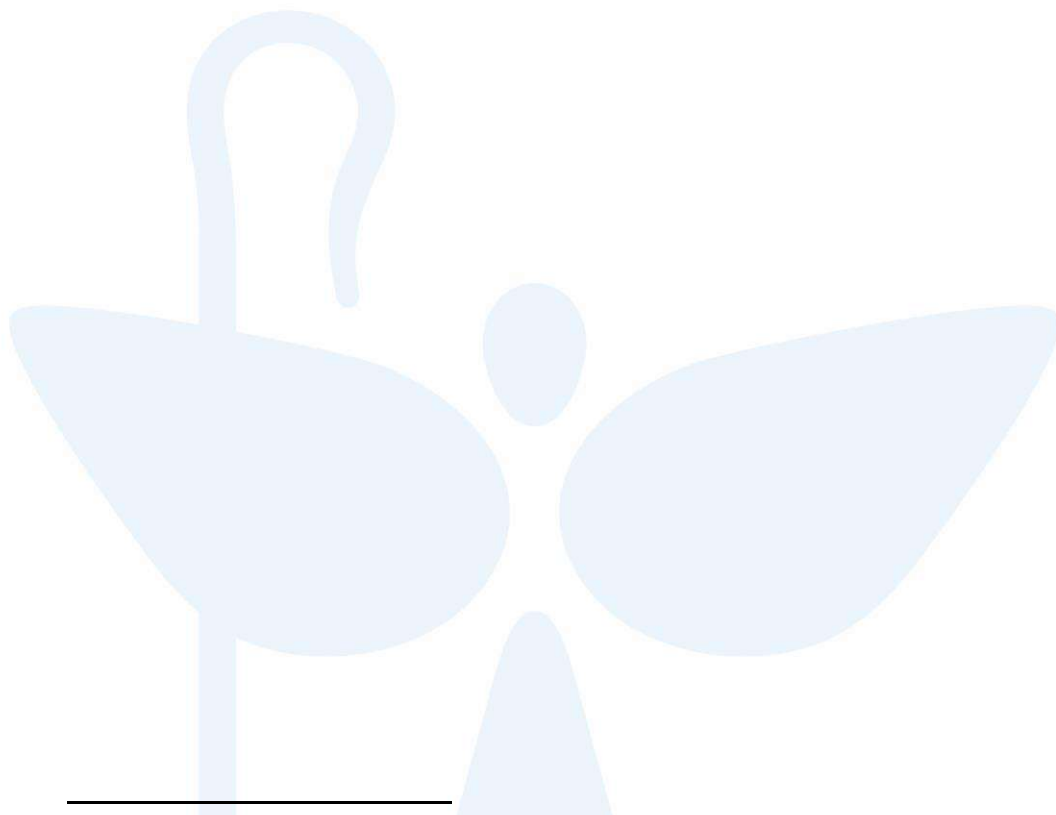




mostraram que a aprovação do governo Lula caiu, a reprovação aumentou e o brasileiro está menos otimista com o futuro¹⁶⁰.

Vamos destacar uma delas, a mais recente (entrevistas em 19 e 20 de março de 2024), produzida pela Datafolha, como pode-se ver na Figura 11.

Figura 11 – Avaliação dos governos



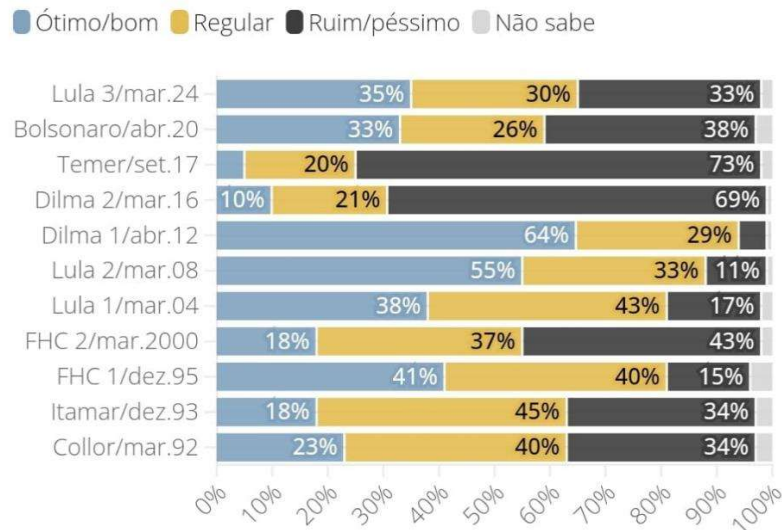
¹⁶⁰ A pesquisa *Quaest*, divulgada em 6 de março, apontou que 51% dos entrevistados aprovam o trabalho de Lula. Por outro lado, 46% desaprovam. A aprovação de Lula caiu três pontos percentuais na comparação com a pesquisa anterior, realizada em dezembro de 2023. À época, 54% dos entrevistados aprovavam o trabalho do presidente, enquanto 43% reprovavam. De acordo com o levantamento do Instituto *Atlas/Intel*, divulgado em 7 de março, 40% dizem reprovar o governo (em janeiro, esse índice era de 39%). Os que aprovam são 38% (uma queda de 4 pontos percentuais em relação ao levantamento anterior), enquanto mais de 18% dos brasileiros avaliam a gestão como regular. A pesquisa *Ipec*, divulgada no dia 8 de março, mostrou queda de 5 pontos percentuais na avaliação positiva (soma de ótimo e bom) — de 38% para 33%. Uma oscilação de dois pontos, dentro da margem de erro, na negativa (ruim ou péssimo) — de 30% para 32%; e um aumento de três pontos na regular — de 30% para 33%.





Avaliação dos governos

Veja a comparação da avaliação dos últimos presidentes após 1 ano e dois meses de mandato



g1 Fonte: Datafolha • Pesquisas Datafolha realizadas entre um ano e um ano e dois meses após o início de cada mandato presidencial, com variações entre número de cidades e respondentes

Note-se que os números de avaliação do governo Lula 3 são muito próximos, dentro da margem de erro, que os do último governante, Jair Bolsonaro. Há um mosaico de fatores que podem explicar este humor dos pesquisados. Mas há um eixo, apesar das metodologias distintas de cada instituto: **a tendência é de uma curva negativa de popularidade de Lula e de seu governo**. As principais razões são atribuídas à economia, à política externa e à imagem pessoal do presidente¹⁶¹. Mas há uma dubiedade. Mesmo os que aprovam também destacam a economia em primeiro lugar, o que demonstra a dificuldade de uma única explicação, enquanto destacam os que aprovam

¹⁶¹ Cf. GIELOW, Igor. “Datafolha: Economia, política externa e imagem pessoal prejudicam Lula” (22/03/2024). Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/datafolha-economia-politica-externa-e-imagem-pessoal-prejudicam-lula.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em 28 mar. 2023.





os “programas sociais”, a educação e o combate à pobreza. Quando se divide, no caso da pesquisa da Datafolha, os segmentos religiosos, os evangélicos são mais críticos acerca do trabalho do presidente. Para 36% deles, ele não fez nada de notável no cargo.

É nesse contexto, em que fica clara a divisão política da sociedade, ao lado dos demais desafios da realidade brasileira, que retomamos a partir da lógica das tendências mundiais aplicadas no Brasil de 2024.

3.1 – A economia brasileira em 2024

O crescimento de 2,9% do PIB brasileiro em 2023, foi decorrente do desempenho excepcional do setor agropecuário. A supersafra agrícola, e a expansão acima do esperado da produção de petróleo criaram as condições necessárias para o Brasil conquistar novos mercados, suprimindo a demanda que antes era atendida por outros concorrentes e com isso apresentar resultados positivos. A indústria de transformação, por sua vez, perdeu dinamismo, inclusive registrando queda na produção de alguns setores. Essa perda de dinamismo da indústria de transformação repercutiu sobre o financiamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que por sua vez resultou em queda das concessões de crédito para os investimentos residenciais (IPEA, 2023)¹⁶².

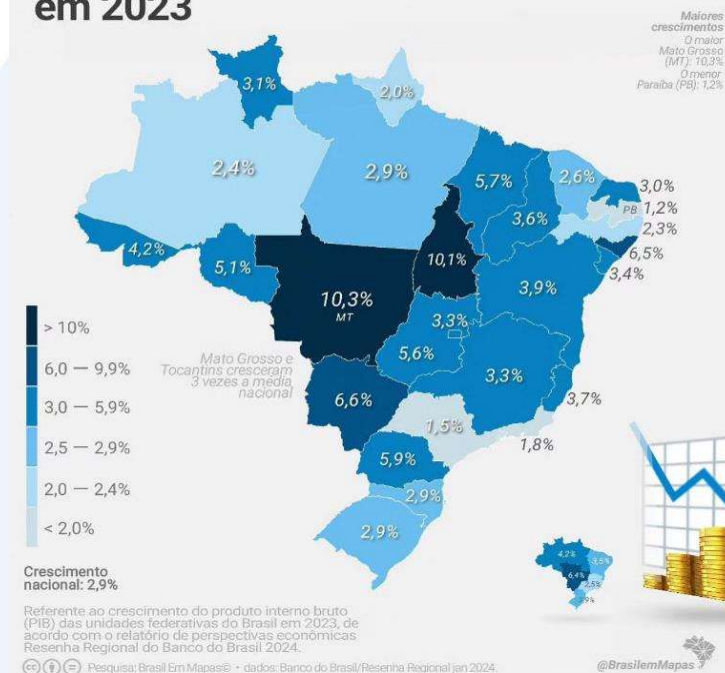
É de se notar que o crescimento do PIB, em 2023, deu-se de forma desigual em cada uma das regiões do país, como evidencia a Figura 12, com um maior crescimento do Mato Grosso (10,3%) e o menor da Paraíba (1,2%).

¹⁶² IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023). **CARTA DE CONJUNTURA** NÚMERO 61 — NOTA DE CONJUNTURA 27 — 4 ° TRIMESTRE DE 2023.



Figura 12 – Crescimento do PIB por estados em 2023

Crescimento econômico por estados do Brasil em 2023



O setor de serviços, apesar de uma desaceleração no segundo semestre de 2023, apresentou resultado positivo, com destaque para a expansão do setor de serviços, tipicamente intensivos em mão de obra. De acordo com o IPEA (2023)¹⁶³, isso contribuiu com a sustentação do emprego e da renda agregada, mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação.

Em nota publicada em 20.03.2024 o Banco Central do Brasil, informou que o cenário doméstico apresentava **indicadores econômicos que sugerem uma desaceleração da inflação**, embora as medidas subjacentes permaneçam acima da meta. As expectativas de inflação para os próximos dois anos estão em torno de 3,8% e 3,5%, respectivamente, enquanto as projeções do Comitê de Política Monetária (Copom) situam-se em 3,5% em 2024 e 3,2% em 2025. Apesar destes valores estarem totalmente dentro da

¹⁶³ Idem.



meta de inflação para 2024 e 2025 (1,50% a 4,50%), não havendo portanto justificativa alguma para a manutenção da Selic em patamar ainda tão elevado, o Comitê de Política Monetária identificou fatores de risco tanto para cima quanto para baixo, incluindo a persistência das pressões inflacionárias globais e a resiliência da inflação de serviços. Internamente, destaca-se a incerteza na atividade econômica global e os efeitos do aperto monetário sobre a desinflação. Dada essa conjuntura incerta, o Copom optou em 20.03.2024 pela redução da taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 10,75% ao ano, buscando manter a inflação dentro da meta estabelecida. Além disso, o Comitê indica uma possível redução adicional na próxima reunião, dependendo da evolução da dinâmica inflacionária, expectativas de inflação, hiato do produto e balanço de riscos¹⁶⁴, sempre repetindo o equivocado pensamento neoliberal dominante de que juros altos combateriam a inflação, o que é completamente equivocado e inócuo para o tipo de inflação que existe no Brasil.

Ainda sobre a inflação, conforme a Figura 13, os dados do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda apontam que, na margem, houve uma aceleração da inflação, em fevereiro, para todas as classes de renda pesquisadas. Em termos absolutos, a maior taxa de inflação foi registrada no segmento de renda média alta (0,88%), refletindo, sobretudo, os reajustes das mensalidades escolares e dos combustíveis. Já a classe de renda muito baixa foi a que registrou a menor inflação no período, com taxa de 0,78%, impactada pelo aumento dos alimentos no domicílio e das tarifas de ônibus urbano e integração¹⁶⁵.

No acumulado em doze meses até fevereiro, enquanto as famílias de renda muito baixa apresentam a menor taxa de inflação (3,56%), a faixa de renda alta aponta a taxa mais elevada (5,44%).

Figura 13 – Inflação por faixa de renda

¹⁶⁴ BACEN. Banco Central do Brasil (2024). “Copom reduz a taxa Selic para 10,75% a.a”. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/18114/nota>. Acesso em 23 mar. 2024.

¹⁶⁵ IPEA. “Inflação por faixa de renda – fevereiro de 2024”. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/03/inflacao-por-faixa-de-renda-fevereiro-de-2024/>. Acesso em 28 mar. 2024.





Inflação por faixa de renda

(Em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	Dez./23	Jan./24	Fev./24	Ano	Doze meses
IPCA	0,56	0,42	0,83	1,25	4,50
Renda muito baixa	0,61	0,66	0,78	1,44	3,56
Renda baixa	0,55	0,59	0,79	1,38	3,92
Renda média-baixa	0,56	0,49	0,81	1,30	4,28
Renda média	0,52	0,37	0,85	1,23	4,63
Renda média-alta	0,51	0,38	0,88	1,27	4,90
Renda alta	0,62	0,04	0,83	0,87	5,44

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Obs.: IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Mas a economia brasileira não é apenas avaliada pelos dados macroeconômicos. Apesar da forte presença do agronegócio, que tem diversas faces e formas de relação com a sociedade, sabe-se que em 2024 não se terá o mesmo desempenho deste setor. Para manter os padrões do PIB, o país dependerá do comportamento das atividades mais sensíveis ao ciclo da política monetária, ainda em meio ao processo de cortes da Selic. Aliás, **o Brasil deverá acompanhar a quadra mundial em relação à economia.**

Permanece o grande desafio interno que é resolver a questão tributária¹⁶⁶. O Congresso Nacional empreendeu esforços para uma mudança na legislação tributária desde a apresentação das PECs 45/2019, na Câmara dos Deputados, e 110/2019, no Senado Federal. **A abordagem focou-se**

¹⁶⁶ Os brasileiros mais pobres (1º decil de renda per capita) pagam 21,2% de sua renda em tributos indiretos e 3,1% em tributos diretos, ou seja, 24,3% de tributação total sobre sua renda. Já os brasileiros mais ricos (10º decil da renda per capita) pagam 7,8% de sua renda total em tributos indiretos e 10,9% em tributos diretos, totalizando uma tributação total de 18,7% de sua renda. Ou seja, os brasileiros mais pobres pagam, proporcionalmente, mais tributos em relação à sua renda, dado o grande peso dos impostos sobre o consumo de bens e serviços na carga tributária total, o que deixa absolutamente claro o caráter regressivo do atual sistema tributário brasileiro. Portanto, o sistema tributário brasileiro não atende ao princípio da equidade. Para aprofundar a questão, além dos textos anteriores de Análises de Conjuntura produzidas para a CNBB, como as de janeiro de 2021 e de fevereiro de 2024, ver o Estudo Especial nº 19, de 4 de março de 2024, realizado pela Instituição Fiscal Independente. Ver PESTANA, Marcos. Reforma Tributária: contexto, mudanças e impactos. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/647648/EE19_2024.pdf. Acesso em 2 abr. 2024.





inicialmente nos impostos sobre o consumo. Finalmente, após amplo debate, a reforma foi aprovada no dia 15 de dezembro de 2023. O texto da PEC 45/2019 foi bastante alterado. Não se tem uma previsão de continuidade na regulamentação infralegais, nem do prosseguimento da segunda parte da reforma, sobre os impostos que tratam da renda e do patrimônio.

Com relação às **tendências da economia**, que apontam baixo crescimento econômico, menor inflação, desastre do endividamento, menor dinamismo das economias, problemas fiscais e baixo dinamismo na oferta de empregos qualificados e maior exigência de políticas públicas sociais, o Brasil apresenta-se como um dos casos exemplares.

Há outros caminhos para a economia. Como já destacado pelas análises de conjuntura produzidas anteriormente, para a CNBB, é uma questão de decisão política e de luta social a escolha de outras formas de organização econômica.

3.2 – O meio ambiente e a Casa Comum

Mas é na segunda tendência, exposta no panorama mundial, que se configura a imagem de uma “policrise”, com aquecimento global, pobreza e desigualdade globais sem fim *etc.*, e que estão ligadas entre si e à crise econômica insolúvel e crescente deste século XXI. Por conta dessa equação, o Brasil tem ainda mais relevância neste ano de 2024. Começemos pela Amazônia.

A região amazônica sempre conviveu com as expectativas da abundância de suas imensas riquezas, com uma realidade de abandono que esteve presente no sentimento e na realidade da sua população, ao longo





da história, e do fato de ser a maior floresta tropical do mundo, que tem papel decisivo na regulação do clima do planeta. A retomada de sua importância decorre de muitos fatores. A Amazônia é fundamental como bioma, para todo o planeta e seus outros biomas, para as populações, povos e suas relações sociais e ambientais. Como região abrange, além do Brasil, o maior país amazônico, Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Equador e Suriname. Estamos atravessando um estado de emergência climática. E, como sempre, há uma profunda necessidade de modificar as desigualdades que acometem o país e a América do Sul.

Lula adotou a Amazônia, desde a campanha eleitoral, e ofereceu-se para sediar a reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que tem sede em Brasília, em 2023 e a COP 30¹⁶⁷, em 2025.

Na reunião de 2023, em Belém do Pará, o governo brasileiro construiu os “Diálogos Amazônicos”, com uma grande participação de movimentos sociais, dos representantes dos países amazônicos, da imprensa e das organizações da sociedade civil. Além das festas, os intensos debates receberam cerca de 35 mil pessoas, que avaliaram diversas temáticas socioambientais. Apesar de não se ter assumido compromissos mais claros, como a proposta da delegação brasileira de desmatamento zero até 2030 na região, ou o fim da exploração de petróleo, sugerida pela Colômbia, a mais importante conquista foi estabelecer uma retomada das profundas questões estruturais da região.

São tempos de valorização e reconhecimento de que é possível a participação social nas discussões, aprofundamento e decisões relacionadas a temas que envolvem e necessitam da cooperação amazônica para o cuidado com o bioma, com o pensar o futuro do desenvolvimento sustentável

¹⁶⁷ 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro de 2025.





na Amazônia que parta dos saberes, culturas e caminhos ancestrais dos seus povos. Não dá para falar e definir programa de cooperação da Amazônia, na Amazônia, para Amazônia sem escutar e dialogar com os amazônidas.

Daqui em diante o período será de mais discussões. A Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima, a COP 30 de 2025, que reunirá lideranças mundiais para debater soluções para conter o aquecimento global e criar alternativas sustentáveis para a vida na Terra, será também em Belém do Pará. O governo brasileiro assumiu a oportunidade de, ao retomar o protagonismo na questão climática, oferecer as necessárias condições de sua realização, ao mesmo tempo que terá que lutar para apresentar mais e melhores soluções para a floresta e para seus povos. Não é mais possível propor soluções que não tragam, em sua essência, a dimensão social ao lado da dimensão ambiental, partes fundamentais e integradas de um Planeta que está muito próximo do ponto de não retorno da floresta.

Se não cuidarmos da Amazônia com medidas concretas, vai ser muito difícil reverter o quadro de destruição atual. Os especialistas têm números ousados: (a) proteger 80% do território até 2025, através de um plano que garanta a cessação de toda a desflorestação ilegal até 2025; (b) atingir a desflorestação legal a zero até 2030, (c) revogar as leis e disposições que promovem a destruição da Amazônia, e (d) reabilitar, recuperar e restaurar as áreas desflorestadas e degradadas. É muito!

E o Lula, com sua liderança regional, pode ser decisivo em construir tais iniciativas em seu governo. Os governadores, prefeitos e demais autoridades públicas de toda a região são, também, muito importantes. Mas se não houver o compromisso dos demais países, da sociedade brasileira e de todos com a





proteção da Casa Comum, não se vai chegar a uma situação que garanta a vida. Mas há muitas dificuldades.

O desafio de realizar no país um modelo de economia e de compromissos socioambientais, com a meta de 2030, não é provável. O novo PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), de 2023, foi um passo importante para enfrentar o cenário de destruição deixado pelos últimos anos, especialmente no governo de Jair Bolsonaro. Para evitar que a Amazônia atinja um ponto de não-retorno, e os danos irreversíveis que isso pode significar para a floresta e para todo o mundo, no entanto, é preciso urgência na implementação do plano. O novo PPCDAm reforça o compromisso do Governo Federal com o desmatamento zero e o combate às crises climática e de biodiversidade, já que estabelece metas e estratégias concretas e ambiciosas; e com a democracia, já que foi construído a partir do diálogo e de propostas da sociedade¹⁶⁸.

Contudo, as dúvidas sobre a efetividade do plano são grandes. Primeiro, por conta do fato de que as “políticas existentes não consideram a heterogeneidade da região. Políticas setoriais integradas são necessárias para a consolidação de territórios sub-regionais sustentáveis. Para proteger a maior floresta tropical do mundo e, ao mesmo tempo, melhorar a vida da população local, as agências governamentais devem superar as deficiências

¹⁶⁸ Entre os pontos de destaque, estão: (a) ações de fortalecimento da fiscalização e responsabilização de infratores, com a regulamentação do embargo remoto de áreas com desmatamento ilegal, exploração florestal e uso do fogo em Terras Indígenas e demais terras públicas da Amazônia Legal; (b) a previsão de destinação de 29,5 milhões de hectares de florestas públicas ainda não destinadas, ação fundamental para o combate à grilagem e ao desmatamento ilegal; (c) a criação de 3 milhões de hectares de Unidades de Conservação e avançar na regularização fundiária de 40% das UCs federais; e (d) o desenvolvimento de mecanismo de rastreabilidade para as commodities agropecuárias, fundamental para garantir a legalidade ambiental e a produção sem violação de direitos humanos. Detalhes disponíveis em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento/amazonia-ppcdam-1>. Acesso em 23. Mar. 2024.





de financiamento e as lacunas na coordenação”¹⁶⁹. Depois, porque o modelo econômico do Brasil, especialmente em grandes obras de infraestrutura, não privilegia modelos sustentáveis e socioambientalmente equilibrados, além de não permitir que os mecanismos legais de participação social e de controle sejam concretizados¹⁷⁰.

Em um levantamento realizado em 2023 pela Rede Eclesial Amazônica (REPAM), com base na escuta dos territórios amazônicos, identificou a existência de três grandes fontes de preocupação acerca de grandes projetos¹⁷¹: (a) a exploração de Petróleo na Amazônia, em especial na região da foz do Rio Amazonas; (b) a pavimentação da BR-319 (Manaus-PortoVelho)¹⁷²; e (c) o Projeto da Ferrogrão, uma ferrovia de quase 1.000 quilômetros para exportar *commodities*. Os bispos da REPAM levaram ao

¹⁶⁹ Cf. VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SILVA, José Maria Cardoso da. “Zero deforestation and degradation in the Brazilian Amazon”. *Trends in Ecology & Evolution*, 2024, Disponível em <file:///C:/Users/admin/Downloads/ZERO%20DEFORRESTATION-%20VIEIRA&SILVA.pdf>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁷⁰ Uma das principais questões, não só na Amazônia, mas em toda a América Latina é a verdadeira concretização da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (169) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção nº 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, é o único tratado internacional aberto a ratificações que se ocupa exclusivamente dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Ela se fundamenta no respeito às culturas e formas de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais e reconhece seus direitos sobre as terras e os recursos naturais, assim como o seu direito de decidir suas próprias prioridades. Por isso, os princípios fundamentais de consulta e participação constituem a pedra angular da Convenção. Esta norma internacional do trabalho foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, ratificada pelo Brasil e internalizada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 e pelo Decreto Presidencial nº 5.051/2004 (revogado e substituído pelo Decreto n. 10.088/2019). O Brasil, portanto, é signatário da Convenção e com responsabilidade de aplicá-la em todo o território nacional. O objetivo da Convenção n. 169 é superar as práticas discriminatórias que violentam esses grupos e assegurar que eles participem na adoção de decisões que afetam suas vidas. Além disso, a Convenção cobre uma ampla gama de questões relativas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, que incluem o emprego e a formação profissional, a educação, a previdência social e a saúde, o direito à preservação dos costumes, das tradições, das línguas, crenças religiosas e a cooperação além-fronteiras.

¹⁷¹ A preocupação é de toda a sociedade da região sobre estes projetos. Ver: “Amazônia: três obras de Lula vão causar sérios danos ambientais”. Disponível em <https://bncamazonas.com.br/poder/amazonia-6/>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁷² Que tem o potencial de causar impactos em cerca de 300 mil km² da Amazônia: área maior que o estado de São Paulo. Dentro do perímetro de risco, existem Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação. Dados da *Climate Policy Initiative* (CPI) afiliada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em parceria com o Projeto Amazônia 2030. / Disponível em <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/amazonia-2030-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 2 abr. 2024.





governo federal, em Brasília, as preocupações acerca destes projetos e do quadro da região, além de sua defesa da Amazônia e do equilíbrio climático¹⁷³.

Com relação a este último megaprojeto, veja-se a Figura 14.



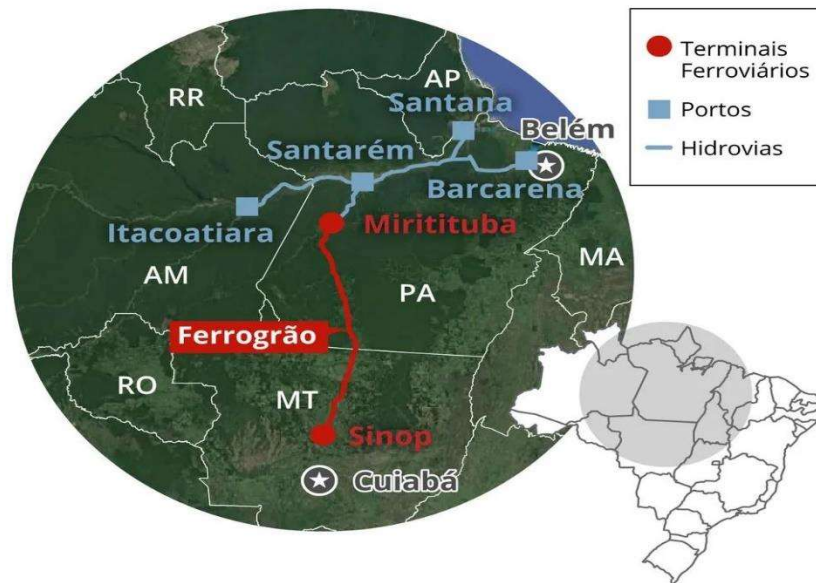
Figura 14 – Ferrogrão

¹⁷³ Veja-se: “Líderes da Igreja Católica se reúnem, em Brasília, para agenda de incidência em defesa da Amazônia e do equilíbrio climático”. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/lideres-da-igreja-catolica-se-reunem-em-brasilia-para-agenda-de-incidencia-em-defesa-da-amazonia-e-do-equilibrio-climatico/>. Acesso em 28. Mar. 2024.



Projeto Ferrovia Ferrogrão EF-170

933 km de trilhos seguirão traçado da BR-163 e vão ampliar escoamento de grãos na Região Norte



Infográfico elaborado em: 02/07/2021

A ideia do governo federal, que modificou um Parque Nacional (o Jamanxin) por meio de Medida Provisória, ainda sob o governo Michel Temer, é um retrocesso histórico comparável com a época da ditadura civil-militar de 1964-1984, que tinha o objetivo de “ocupar” o “vazio demográfico na Amazônia”. O antigo lema “Integrar para não Entregar” está muito presente no projeto da Ferrogrão. E a ideia, incluída no novo PAC, do governo Lula 3, o programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados e municípios, exige uma maior e mais intensa a defesa dos povos originários, das comunidades tradicionais e das florestas, das gentes, das matas e das águas da Amazônia.

No atual cenário global, o debate sobre proteção dos ecossistemas e recursos naturais é mais do que uma preocupação ambiental - é uma questão





que deve ser entrelaçada com a sustentabilidade econômica e com a preservação das culturas e das identidades de povos originários e outras etnias. Os esforços de desintrusão das TI Apyterewa¹⁷⁴ e Trincheira Bacajá, localizadas no município de São Félix do Xingú (Pará), iniciadas no início de outubro e finalizadas no final de dezembro de 2023 (sendo que a TI Trincheira Bacajá ainda possui uma área em fase final de desocupação, com presença de poucos invasores) são exemplos positivos de ação estatal. Mas ainda falta muito, especialmente em casos emblemáticos como a dos *Yanomami*, submetidos a uma terrível pressão do ilícito.

Mas não é somente este bioma em perigo. A Amazônia tem até avançado nos últimos meses na redução do desmatamento. O desmatamento em áreas protegidas da Amazônia caiu quase quatro vezes (73%) em 2023, na comparação com 2022. Segundo levantamento divulgado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em 2023 a devastação em terras indígenas e unidades de conservação localizadas na região atingiu 386 km². Trata-se do menor índice desde 2013, quando foram desmatados 178 km².¹⁷⁵

No cerrado, outro importante bioma, dados do sistema Deter, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), divulgados em janeiro de 2024 mostram que em 2023 a taxa de desmatamento foi de 7.828,2 km², o que representa alta de 43%, um terrível recorde¹⁷⁶. Nos demais biomas, pantanal,

¹⁷⁴ A Terra Apyterewa, da etnia Parakanã (de recente contato) foi a mais desmatada na Amazônia Legal nos últimos dez anos, segundo dados da plataforma Terra Brasilis do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Disponível em <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em 2 abr. 2024. Além do desmatamento, outros ilícitos eram cometidos como a grilagem de terra, pecuária e a mineração ilegal.

¹⁷⁵ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/desmatamento-em-areas-protetidas-da-amazonia-cai-73-em-2023>. Acesso em 28 mar. 2023.

¹⁷⁶ “Segundo medições do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desde 2019 o **desmatamento no Cerrado** vem crescendo vertiginosamente. Em 2023, o bioma perdeu 11 mil km², a maior cifra desde 2015 e o equivalente a sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo. O problema não são somente os **desmates ilegais**. Nos estados que mais destroem o bioma – **Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia**, conhecidos como **MATOPIBA** – o





mata atlântica, caatinga e pampa, presentes no território brasileiro, a situação ainda é mais grave, e isso não é a metade de nossos problemas ambientais. Na **caatinga**, o avanço da **desertificação** revela a inadequação das práticas de várias atividades econômicas ali presentes.

O grave, que acontece quase na surdina, nessa quadra é o ataque histórico que o Congresso Nacional, nessa legislatura (2023-2027), vem proporcionando ao meio ambiente submetendo-o ao espectro da destruição. Apenas para um exemplo recente, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, em 20 de março, o Projeto de Lei (PL) 364/19, que pode deixar desprotegidos cerca de 48 milhões de hectares de campos nativos em todo o país. Essa alteração impactaria 50% do Pantanal, 32% dos Pampas e 7% do Cerrado, além de algumas fisionomias de vegetação amazônica, segundo cálculos da SOS Mata Atlântica. “O texto do PL propõe que todas as áreas de campos nativos do país com vegetação não florestal, como os campos de altitude e campos gerais, sejam consideradas de uso rural consolidado. Na prática, significa que essas áreas poderiam ser dispensadas de licenciamento ambiental para uso agrícola, desde que comprovado uso antrópico anterior a julho de 2008”¹⁷⁷.

Apesar dessa quadra, há dados importantes acerca do fato de que, apesar do mundo ter perdido cerca de 9% das florestas tropicais, o Brasil vem se recuperando. Em 2023, conforme a Figura 15, houve significativa redução.

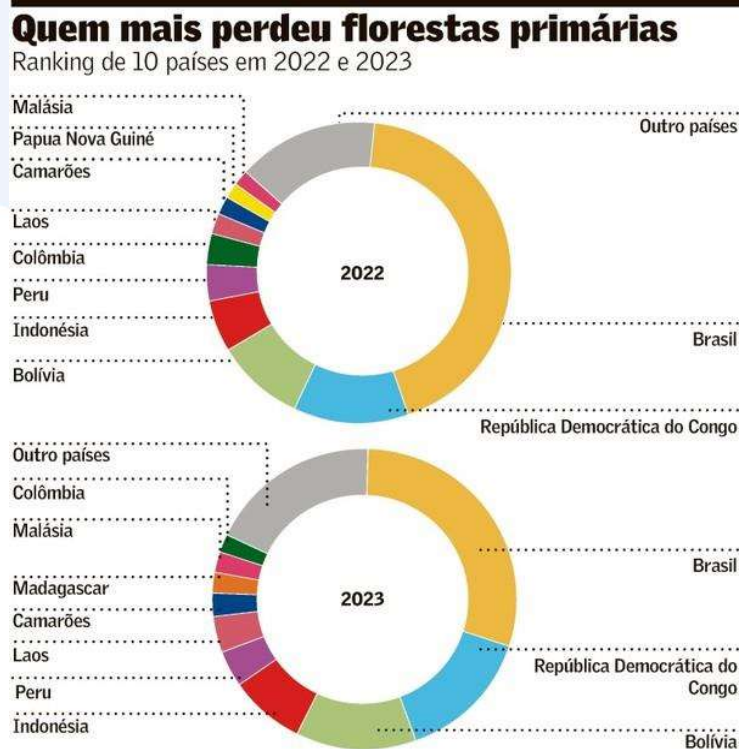
número de autorizações de desmatamento já emitidas, mas não executadas, é alto”. Veja-se “Desmatamento no Cerrado vai chegar a 12 mil km² em 2024, caso ritmo se mantenha”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637195-desmatamento-no-cerrado-vai-chegar-a-12-mil-km-em-2024-caso-ritmo-se-mantenha>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁷⁷ Cf. FIGUEIREDO, Isabel. “A corrida para o desmatamento”. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2024/04/6829372-artigo-a-corrida-para-o-desmatamento.html>. Acesso em 2 abr. 2024.





Figura 15 – Perda de Florestas Primárias





3.3 – Ebulição geopolítica e o Brasil

O Brasil vive uma retomada do protagonismo na arena internacional com Lula 3. O país ocupou a presidência do G20, grupo que engloba as 20 maiores economias do mundo, lidera o Mercosul e os BRICS. O Brasil tem novos desafios geopolíticos e não são poucos.

O alargamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a presença de Brasil, Índia, África do Sul e talvez Alemanha e Japão, é uma exigência que ganha adeptos nas relações internacionais. Temas centrais como a guerra Rússia-Ucrânia e o terrível conflito entre Israel e o Hamas, que deve crescer envolvendo toda a região do Oriente Médio, colocaram bilhões de dólares nas guerras, causando uma crise nos países envolvidos e mais uma vez demonstrado o quão ultrapassado é o papel da OTAN. Não há legitimidade nessas guerras.

O papel desempenhado pelo Brasil, além dos aspectos internacionais, reverbera no universo interno cada vez com mais ressonância. Mudou a relação do brasileiro com a política externa e nisso tem muito de debate ideológico, além do oceano de notícias e de informações que estão nas redes sociais.

O país neste contexto internacional esteve ausente das grandes agendas durante o governo Bolsonaro. Limitou-se a um alinhamento automático com o governo do presidente Trump e outros governos de viés de extrema-direita pelo mundo. Nos fóruns multilaterais que discutiam temas como meio ambiente, mudança climática e proteção dos direitos humanos a ausência foi mais sentida ainda. Na verdade, pode-se dizer que praticamente a agenda interna foi preponderante em vista da agenda internacional.





Voltou com Lula 3. Mas há desafios em torno das turbulências mundiais e regionais. Temos um *soft power*, ou seja, não somos um país que possui força militar capaz de impor nossa força no cenário internacional. Ao contrário, temos um poder de influência mais brando e ligado a outros tipos de persuasão. No caso brasileiro, o poder está relacionado a um relativo peso econômico internacional, histórico de paz com outros países, riquezas minerais e de alimentos, meio ambiente, tamanho da população, entre outros. Naturalmente estes fatores nos levam a uma certa relevância internacional.

Contudo, o poder brasileiro é maior no cenário internacional quando estamos juntos com outros países que podem ser menores que o nosso ou do mesmo tamanho. Por isso, a aposta de fortalecer o BRICS, que é o grupo de países emergentes. A partir de projeções, e somados em bloco, esses países deverão ser as maiores economias do mundo em breve, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Nesse contexto de acirramento das tensões entre EUA e China, já bem estabelecidos no texto, resta para o Brasil um esforço de convivência, equilibrando-se na tênue linha que divide o velho e o novo. A velha ordem ainda existe com a força bélica e econômica americana que, somadas a um alinhamento natural dos europeus, mostra-se ainda muito efetiva. Contudo, no horizonte, surge uma nova ordem em que o papel chinês é inquestionável e que já começa a angariar aliados. Ao mesmo tempo, o Brasil tem que consolidar de seu papel no eixo sul do planeta, especialmente na América Latina.

3.4 – O Brasil e seus dilemas sociopolíticos





A divisão social, política, econômica, cultural e afetiva, no atual Brasil, é grande. Tem origens e temos muitos desafios adiante. Felipe Nunes e Thomas Traumann, no livro “Biografia do Abismo” defendem o argumento de que já ultrapassamos a polarização. Afirmam que o eleitorado brasileiro está “calcificado” e isso afeta mais que a política. Ao fazerem uma autópsia completa sobre o processo de polarização e radicalização que se verificou nas últimas eleições no Brasil, as mais acirradas de todos os tempos, os autores defendem que cicatrizar feridas deste país partido no meio vai demorar anos e só acontecerá se os dois lados se dedicarem ao diálogo, uma vez que não existe reconciliação de um lado só. Para eles, “há o uso estratégico do ressentimento de parte da população com suas elites (sejam elas políticas, econômicas ou intelectuais), o choque de valores morais e o viés de confirmação das redes sociais”¹⁷⁸.

O argumento desenvolvido pelos autores toma por base o caso americano. O (a) primeiro pilar da calcificação é que à semelhança do ocorrido entre democratas e republicanos nos EUA a distância ideológica entre bolsonaristas e petistas se ampliou muito, aumentando para o eleitor o custo de mudar o voto. O segundo é que (b) internamente esses dois grupos de eleitores, nos dois países, estariam cada vez mais homogêneos em termos demográficos – religião, raça – e programáticos. O terceiro pilar é que (c) a disputa política nos EUA e no Brasil, que girava em torno de questões socioeconômicas, deu lugar a questões identitárias. O quarto pilar, (d) é a nova e inédita paridade entre as duas forças políticas, que converteram as eleições, nos dois países, em pleitos muito competitivos. Os perdedores quase ganharam as eleições passadas tendo, portanto, fortes incentivos para cristalizar seus programas e não os revisar.

¹⁷⁸ NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. São Paulo: HapperCollins, 2023.





Ainda há muito debate acerca dessa percepção de que estamos totalmente polarizados. Há, por exemplo, avaliação de que o fenômeno, no entanto, é radicalmente distinto nos dois países. O baixíssimo partidarismo e a alta fragmentação partidária no caso brasileiro sugerem outro padrão. Décadas de pesquisas empíricas mostraram que o eleitorado brasileiro apresenta comparativamente níveis baixíssimos de identificação partidária. Quase 70% do eleitorado não se identifica com nenhum partido. Cerca de 80% daqueles com simpatia por um partido, o fazem em relação ao Partido dos Trabalhadores. Isto se reflete no fato, por exemplo, que Lula obteve quase 70% dos votos em Pernambuco, mas o PT elegeu apenas dois deputados federais no estado (8% da bancada de 25, atualmente restrita apenas a 1 parlamentar). Na região nordeste, a clivagem ideológica é a mesma encontrada fora dela: o percentual dos parlamentares do Centrão no Nordeste e no país como um todo é similar.

Substituir “petismo” por “lulismo” não resolve a disjunção entre voto presidencial e legislativo. Por outro lado, identificar um campo antagônico, representado por “antipetismo” seria utilizar uma linguagem dos protagonistas como categoria analítica. Mais importante: seria desconsiderar a dinâmica crucial entre incumbente e oposição. É provável que os pilares (a) e (b) não sejam consistentes com o argumento geral e reflitam um padrão maleável e não “calcificado”. A razão? É que as **questões redistributivas ainda mantêm centralidade** no Brasil.

Outra tentativa de explicação tem a contribuição de Marcos Nobre. Ele tem aprofundado a reflexão crítica acerca do funcionamento político brasileiro pós- redemocratização, que havia iniciado em “Imobilismo em Movimento, da Abertura Democrática ao Governo Dilma”¹⁷⁹, em uma nova

¹⁷⁹ NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento, da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.





abordagem no seu mais recente, “Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro”¹⁸⁰. Para ele, da mesma forma que o rádio e a televisão impuseram uma nova forma de organização democrática nos anos 1960, atualmente, com o digital, estamos em um novo momento de transformação da relação entre tecnologia e organização política.

Nobre considera que a ciência política transformou “muito cedo a ideia de presidencialismo de coalizão em paradigma explicativo”¹⁸¹ e que ao embaralhar “presidencialismo de coalizão” com “democracia”, as análises políticas produzem uma leitura equivocada da crise que vivemos. Como se “o declínio de uma forma de explicar a democracia significasse o declínio da própria democracia”¹⁸². O autor, então, dedica-se a esta perspectiva, relacionando-a também ao cenário mundial de crise do neoliberalismo, que teve seu ápice na crise econômica de 2008, momento crucial para entender as novas configurações políticas geradas no ambiente da internet.

A transformação imposta pelas redes sociais e plataformas digitais, que romperam com oligopólio da informação e da formação de opinião¹⁸³, revela novas formas de captura de atenção e de fluxo de informação que vão definir novos mecanismos políticos. A partir dos anos 2000, temos o ambiente das redes, que se configura pela oferta extremamente ampla e diversificada de notícias/produto, dentro da lógica setorizada das plataformas digitais. Acontece que a ampliação do raio de escolha de mídias e de fontes de informação não significou um aprofundamento no conhecimento e consumo de notícias por parte do público. Pelo contrário, quanto maior a escolha, menor o interesse pela política por uma parcela importante da população.

¹⁸⁰ NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

¹⁸¹ Idem, 2022, p. 50.

¹⁸² Idem, p. 68.

¹⁸³ Idem, p. 90.





Marcos Nobre ressalta a importância de se entender os tipos de relação que se estabelecem entre mídia tradicional e digital, visto que o consumo de informação da maioria da população, hoje, passa por essa combinação. Esse seria um dos desafios daqueles que se aventuram na análise da política brasileira atual.

Da mesma forma, Nobre destaca **o papel das novas direitas**, que, sem uma plataforma ou mesmo uma referência compartilhada pelos inúmeros grupos brasileiros, “fez um arquipélago” que encontrou uma frente única com a operação Lava Jato em 2015. Jair Bolsonaro veio depois, já que o movimento das novas direitas foi sendo formado ao longo da primeira década dos anos 2000, e se alinhou a Bolsonaro apenas nas eleições de 2018. Para o autor, ignorar a multiplicidade de interesses desses grupos, suas fissuras e rachaduras, é fortalecer seu núcleo duro autoritário¹⁸⁴.

É nessa tarefa de escrutinar a formação desses grupos que, após o 8 de janeiro de 2023, as investigações, como a Operação *Tempus Veritatis*, em fevereiro de 2024, oportunizaram em março (com a retirada de sigilo pelo STF), alguns dados e indícios do *modus operandi* daquela tentativa de golpe. Resta muito claro a importância das instituições¹⁸⁵ no controle da violência, impedindo a violação da Constituição e na contenção dos ataques antidemocráticos.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ O conceito de “instituições” *lato sensu*, é o de Veblen, como um “conjunto de normas, valores, regras e sua evolução”. Ver VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983. A relação direita é com a reflexão de NORTH, Douglass C. **Structure and Change in Economic History**, New York: Norton, 1981. Para o Nobel de Economia de 2009, o sistema institucional de um Estado, na medida em que define e cuida do *enforcement* da base legal de uma sociedade, responde diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais. O pensamento de North apresenta uma distinção na importância das instituições para ordenar certos tipos de violências, reais ou simbólicas, dentro e a partir do Estado, por meio das instituições. Ver NORTH, Douglass C.; WALLIS, JOHN J.; e WEINGAST, Barry R. **Violence and Social Orders**: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.





Além das instituições militares, o Poder Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, durante toda a agitação autoritária, funcionaram como instituições sob o manto da Constituição e não permitiram que o conjunto de atos e de crimes do período transbordasse para uma situação que poderia manchar indelevelmente a nossa democracia.

Mas isso não cessa. É que os **mecanismos autoritários** sempre estão presentes, mesmo em **regimes democráticos**. E somente são contidos pelas instituições e pelo diálogo transparente com a sociedade e a opinião pública. Daí o enorme desafio que se nos apresenta, não apenas como memória, mas como estratégia e ação política que impeçam a repetição de tais movimentos.

Na atual conjuntura política, o autoritarismo muitas vezes veste-se de processo eleitoral. E há uma novidade. A mudança, cada vez mais evidente, dos padrões brasileiros de governabilidade, trazem consigo cenários que são preocupantes.

O primeiro deles decorre da hipótese de que se **esgotou o modelo da “Nova República”** (período que se inicia com o fim da ditadura civil-militar). Atribui-se a dois fatos históricos o seu encerramento¹⁸⁶: o impedimento de

¹⁸⁶ Da mesma forma, atribui-se a superação do pacto da Nova República, a processo histórico em que os “fios deste acordo foram esgarçando, conforme a Nova República foi ‘traindo’ os anseios das classes: por um lado, mostrava-se incapaz de promover – no âmbito de sua institucionalidade adstringida – melhores condições de vida aos setores do trabalho; por outro, incapaz de remover os obstáculos para a expansão econômica, de natureza muito mais estrutural (da condição periférica nacional) que propriamente política. Ainda que a agenda de reformas tivesse sustentado, como último liame, alguma aliança entre as distintas frações da burguesia, este fio se rompeu de modo irreparável em 2013 e a paciência acabou”. Ver ARBIA, Alexandre Aranha. “Ascensão e declínio da Nova República (1988-2018)”. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 579-601, jul. / dez. 2020.





Dilma Rousseff¹⁸⁷ ou a eleição de Jair Bolsonaro¹⁸⁸. Provavelmente os dois fatos estão correlacionados a um mesmo processo político e social: uma sociedade dividida politicamente não sustenta os mesmos parâmetros do passado, e ainda não se tem uma consolidação das atuais relações institucionais que permita vislumbrar um outro modelo. Há, muitas vezes, nos debates públicos, a tentativa de forças políticas e de intelectuais de sugerir alterações constitucionais para adequar-se a esta outra realidade, por meio de hipóteses como o semiparlamentarismo ou o semipresidencialismo¹⁸⁹.

O segundo cenário é que a **divisão social se ampliou**, seja pelos efeitos das redes sociais, seja ainda pelo crescimento do ressentimento¹⁹⁰, seja ainda pelo *modus operandi* de muitas das “bolhas políticas” que ganham com a fragmentação dos laços comunitários e políticos, o que trouxe maior incerteza para o presente do país.

Provavelmente, ao lado destes dois cenários, que não são excludentes, se pode perceber que a falta de grandes projetos para o país, sob todos os aspectos, traz com muita força, situações que geram ainda mais divisões, violências e destroem a dignidade humana. A Campanha da Fraternidade de 2024 assinalou este fenômeno: “Vivemos, portanto, em um tempo em que a diferença passou a ser vista como inimizade e, mais grave ainda, como

¹⁸⁷ V.g., AVRITZER, Leonardo. “O fim da Nova República”. Disponível em <https://jornalggn.com.br/analise/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer/>. Acesso em 15 mar. 2024.

¹⁸⁸ V.g., MÜLLER, Gustavo. “O fim da Nova República”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigo-fim-da-nova-republica-23203119>. Acesso em 12 mar. 2024; CARAJELES COV, Yuri. “O fim da Nova República e a instituição de um novo regime”. Disponível em <http://www.justificando.com/2018/11/05/o-fim-da-nova-republica/>. Acesso em 8 mar. 2024.

¹⁸⁹ Com distintas fórmulas apresentadas pelos adeptos destas “soluções”, o que cada uma destas expressões significa do ponto de vista concreto ainda é um enigma. Em certa medida o que está no fundo é a apropriação do Orçamento Público pelo Congresso, pois Legislativo participaria ainda mais da execução orçamentária, governando junto com o Executivo para executar o orçamento.

¹⁹⁰ Na dicção de FLEURY, Cynthia (**Curar o Ressentimento**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023): “o ressentimento, esse descontentamento perene que perverte suas existências. Uma rápida análise do contexto atual – das redes sociais às novas forças políticas que emergem em todo o mundo – comprova a tese de que essa pulsão ressentida que se transfigura e cristaliza em ódios se impõe como principal ameaça à democracia”.





ameaça. O adversário virou inimigo. Diante desse fato, a primeira atitude é a do afastamento, a da dificuldade em superar as desavenças e buscar a reconciliação. Quando essa atitude se torna ainda mais aguda, deparamo-nos com propostas e mesmo posturas de combate, destruição e morte”¹⁹¹. Da mesma forma, o Papa Francisco afirmará: “Isso favorece o efervescimento de formas insólitas de agressividade, com insultos, impropérios, difamação, afrontas verbais que chegam a destroçar a figura do outro (...)”¹⁹².

Nessa esteira da **divisão social** e da chamada “**polarização política**”, chama a atenção como elas acabaram por alcançar lideranças religiosas, das mais variadas tradições, e também o universo católico, no Brasil. Os especialistas denominam de “transbordamento da política para o cotidiano”¹⁹³. Não se trata de algo novo. Mas há uma diferença de intensidade e de grupos devotados a esta forma de uso da política no seio das religiões.

Roberto Romano, ao fazer uma análise sobre elementos da religiosidade popular, afirmou que “os líderes da extrema direita redescobrem as lições maquiavélicas sobre a eficácia política: mover a religião em favor de quem governa. Aí vale tudo, incluindo rosários, hagiografias, milagres.”¹⁹⁴ Como já aconteceu em outros contextos de grande radicalização política e social, não só no Brasil, mas em outros países, a religião passou a ser um dos (principais) instrumentos para a fidelização de pessoas (e consequentemente de eleitores), através de mecanismos como a difusão de *Fake news* e da desinformação (principalmente com a utilização de temas morais) e discursos

¹⁹¹ CNBB, 2023, n. 56.

¹⁹² FT, n. 44.

¹⁹³ NUNES, TRAUMANN, 2023, ob. cit., p. 179.

¹⁹⁴ Entrevista intitulada “A extrema direita resgata a experiência maquiavélica de usar a religião em favor de quem governa” em: <https://www.jhu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/589518-extrema-direita-resgata-a-experiencia-maquiavelica-mover-a-religiao-em-favor-de-quem-governa-entrevista-especial-com-roberto-romano>. Acesso em 19 mar. 2024





de ódio, que mobilizam mentes e corações¹⁹⁵. José Luís Fiori analisou, em maio de 2019, o renascimento de um fanatismo religioso associado a forças políticas de extrema-direita¹⁹⁶.

No Brasil, reproduz-se um quadro que se espalhou em outros países, há ataques contra a CNBB, as Campanhas da Fraternidade¹⁹⁷ e o Papa Francisco, muitas vezes articulados com projetos de poder político de grupos conservadores. Ganham destaque, inclusive, nas mídias, mas vivem especialmente no ecossistema do digital na forma de “som e fúria”¹⁹⁸. Entretanto, nos episódios recentes, muitos dos personagens desses grupos estiveram relacionados à tentativa de golpe de Estado no Brasil¹⁹⁹, inclusive, como as investigações apontam, participando de um dos núcleos da tentativa de golpe²⁰⁰. Tais episódios indicam a radicalização do discurso religioso com a ação de grupos fundamentalistas.

É nesse cenário que se aproximam, em outubro de 2024, as eleições municipais no Brasil. Em outras análises de conjuntura, ainda neste ano, vamos cuidar de detalhar melhor os aspectos regionais e estaduais da disputa. Mas,

¹⁹⁵ Lucas Louback aponta “a relação dos evangélicos com o poder orientada pela perspectiva bíblica, teológica e de mundo” e que “o projeto político de Bolsonaro soube identificar o enorme espaço que os evangélicos ocupam (no Brasil); soube identificar os interesses de lideranças chaves e gananciosas do evangelicalismo e por fim soube construir uma linguagem própria com uso de um livro que todo evangélico tem em casa, carrega na bolsa, mochila e no celular. Bolsonaro trouxe com força maior a Bíblia para o debate político presidencial e mexeu com afetos religiosos de uma grande parcela da população. Na esteira, políticos da extrema-direita abraçaram essa estratégia”. Disponível em <https://diplomatie.org.br/disputa-extrema-direita-biblia/>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁹⁶ Disponível em <https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/a-atuacao-das-forcas-religiosas-e-de-extrema-direita-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁹⁷ Um exemplo disponível em <https://projeto colabora.com.br/ods2/direita-ataca-cnbb-e-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em 2 abr. 2024.

¹⁹⁸ A referência da expressão é o soneto “(...) apaga-te, apaga-te, chama breve! A vida não passa de uma sombra que caminha, um pobre ator que se pavoneia e se aflige sobre o palco – faz isso por uma hora e, depois, não se escuta mais sua voz. É uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria e vazia de significado”, cf. SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 186.

¹⁹⁹ Especialmente pela análise do art. 142 da Constituição brasileira, hipótese equivocada de permitir uma “intervenção militar”, como uma forma de funcionarem as forças armadas como uma espécie de “poder moderador”, recentemente rechaçada pela maioria do STF: Disponível em <https://www.conjur.com.br/2024-abr-01/forças-armadas-nao-podem-atuar-como-poder-moderador-diz-maioria-do-stf/>. Acesso em 2 abr. 2024.

²⁰⁰ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/02/10/quem-e-padre-alvo-de-operacao-da-pf.htm>. Acesso em 2 abr. 2024.





já se evidencia que será uma eleição “plebiscitária”, em que o local será parte de uma discussão nacionalizada sobre a qualidade dos governos (federal e estaduais), além de uma medida da influência das maiores lideranças, incluídas aí o atual presidente da República (Lula) e o ex-presidente (Bolsonaro), na construção de candidaturas do seu campo para ganhar nas urnas.

Conforme levantamentos ainda muito iniciais, pois faltam ainda cerca de 7 meses para as eleições municipais, há uma preferência eleitoral inclinada para o campo da centro-direita nas capitais dos 26 estados em que haverá eleição (o Distrito Federal não terá eleição municipal).

Entre os partidos que lideram no maior número de capitais, dois são de centro (MDB e PSD), um de centro-direita (União Brasil) e outro de direita (PL). O avanço da direita nas capitais, se confirmado nas urnas, repetirá o padrão de comportamento eleitoral dos últimos dois pleitos municipais – 2016 e 2020. Pelo cenário que se desenha, o mais provável é que o PT cresça nas prefeituras das médias e pequenas cidades, locais onde a força do “lulismo” é maior, repetindo a tendência de voto verificada na sucessão de 2022²⁰¹. Veja-se na Tabela 1:

Tabela 1 – Previsão de eleição dos prefeitos das capitais

Partidos	MINIMO	MAXIMO
Uniao Brasil	4	6
PSD	4	6
PL	3	5
MDB	3	4
PP	1	2

²⁰¹ Aqui utilizamos o levantamento realizado pela Consultoria *Arko Advice*, e divulgado em 31 de março de 2024 (**Política brasileira**, Ano XXXI - nº 2199), com base numa miríade de pesquisas realizadas em cada uma das capitais.





PT	0	2
Podemos	1	2
Republicanos	1	2
PSB	1	2
PSDB	0	2
PSOL	0	1
PRD	0	1
Novo	0	1
Cidadania	0	1

Fonte: Arko Advice, março/2024

De acordo com as previsões, ainda muito incipientes e que podem mudar²⁰², o União Brasil lidera em quatro capitais: Salvador (BA), com Bruno Reis; Fortaleza (CE), com Capitão Wagner; Teresina (PI), com Sílvio Mendes; e Cuiabá (MT), com Eduardo Botelho. Em Porto Velho (RO), Fernando Máximo (União Brasil) divide a liderança com Léo Moraes (Podemos) e Mariana Carvalho (Republicanos).

O PSD larga na frente em quatro capitais: São Luís (MA), com Eduardo Braide; Rio de Janeiro (RJ), com Eduardo Paes; Florianópolis (SC), com Topázio Neto; e Natal (RN), com Carlos Eduardo Alves. Em Curitiba (PR), Eduardo Pimentel (PSD) divide a liderança com Beto Richa (PSDB), Luciano Ducci (PSB), Ney Leprevost (União Brasil) e Deltan Dallagnol²⁰³ (Novo). E em Goiânia (GO), Vanderlan Cardoso (PSD) divide a liderança com a Delegada Adriana Accorsi (PT) e Gustavo Gayer (PL).

O PL lidera neste momento em três capitais: Maceió (AL), com João Henrique Caldas; Belém (PA), com Éder Mauro; e 3) Palmas (TO), com Janad

²⁰² Pode mudar inclusive a filiação dos candidatos, diante da janela partidária que se encerra em 8 de abril de 2024.

²⁰³ Que foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 2023. A decisão, contudo, não mencionou se ele estaria ou não impedido de concorrer no período de oito anos, o que também é objeto de discordância entre especialistas.





Valcari. Em Goiânia, Gustavo Gayer, filiado ao partido, divide a liderança com outros candidatos. E, em Belo Horizonte (MG), Bruno Engler (PL) divide a liderança com João Leite (PSDB).

O MDB está em primeiro lugar em três capitais: Rio Branco (AC), com Marcus Alexandre; Porto Alegre (RS), com Sebastião Melo; e Boa Vista (RR), com Arthur Henrique. Em São Paulo (SP), Ricardo Nunes (MDB) divide a liderança com Guilherme Boulos (PSOL).

O Podemos lidera a disputa em Macapá (AP), com Dr. Furlan. Em Porto Velho (RO), Léo Moraes (Podemos) divide a liderança com outro candidato.

O Republicanos está na liderança em Vitória (ES), com Lorenzo Pazolini. Em Porto Velho (RO), Mariana Carvalho (Republicanos) divide a liderança com outros candidatos.

O PSB lidera em Recife (PE), com João Campos; e divide a liderança com outros candidatos em Curitiba (PR).

O PP lidera em João Pessoa (PB), com Cícero Lucena. Em Campo Grande (MS), Adriane Lopes (PP) divide a liderança com Zeca do PT.

E o PRD lidera em Aracaju (SE), com Emília Correia.

A questão, para além das disputas de cada capital dos estados, é tentar compreender como a eleição de prefeitos e vereadores terá impacto nas eleições nacionais de 2026, tanto na disputa pelos governos, quanto nas bancadas de cada partido no poder legislativo federal. As intensas disputas de 2026 começam em 2024.

Há uma ação, sobre as eleições de 2024, que nasce nas tradicionais articulações da Igreja Católica, como o “Encantar a Política”, que já construiu o “Projeto Encantar a Política – 2024”, além da “Cartilha de Orientação Política da CNBB”, a partir do Regional Sul 2 da Conferência e das atividades do





Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE, que sempre acompanha as eleições do país.

As estratégias e os desafios da conjuntura brasileira não se esgotam no período eleitoral. Deve-se ainda considerar os elementos de uma economia que merece muita atenção nos próximos meses. O mercado de trabalho brasileiro continuou a apresentar resultados positivos, com uma expansão da ocupação superando o crescimento da força de trabalho, resultando em uma taxa de desocupação estável. Em janeiro de 2024, a taxa de desemprego ficou em 8,0%, reduzindo-se em 0,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. Após ajustes sazonais, a taxa manteve-se em 7,6%, apesar de um leve aumento em relação ao mês anterior (dezembro de 2023).

Embora a força de trabalho tenha mostrado sinais de recuperação desde o quarto trimestre de 2023, ainda está abaixo do nível máximo registrado em junho de 2022. Além disso, a parcela de indivíduos fora da força de trabalho que não desejam retornar ao mercado de trabalho aumentou nos últimos dois anos. Por outro lado, a população ocupada está crescendo, alcançando 100,4 milhões de trabalhadores em janeiro de 2024, um aumento de 2,0% em relação ao ano anterior. O emprego formal tem se destacado, registrando um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior. Setores como artes, cultura, esportes e construção civil apresentaram os maiores crescimentos relativos.

Além disso, houve uma redução no tempo de busca por emprego, indicando melhores condições no mercado de trabalho. A expectativa é de que a taxa de desemprego permaneça estável no restante do ano, mesmo com uma possível recuperação na taxa de participação, devido ao crescimento moderado da atividade econômica, que deve manter a





tendência de aumento na população ocupada e aliviar a pressão sobre a taxa de desocupação²⁰⁴.

Na mesma direção, um estudo recente de elaborado pelo Instituto Fome Zero estima que o percentual de pessoas que passam fome no Brasil reduziu de 32,8% entre 2018 e 2021 para 28,9% em 2023. Com essa redução, o número de brasileiros que passam fome diminuiu em aproximadamente 13 milhões. Ainda, de acordo com o estudo, “no ano de 2023 observou-se uma redução do índice de miséria, principalmente com a manutenção de baixas taxas de inflação, que quando analisadas através dos estratos de renda mais pobres, foi ainda menor”²⁰⁵. O comportamento dos indicadores analisados descreve um cenário de estabilidade e, portanto, o início de uma possível retração da prevalência de insegurança alimentar.

Tem havido um aumento dos investimentos internacionais na economia brasileira (tanto com temas socioambientais, como o Fundo Amazônia, como novos negócios da indústria automobilística²⁰⁶). É de se notar, neste caso, a contradição presente nos dois modelos de desenvolvimento: mais recursos para o meio ambiente e, da mesma forma, mais recursos para a indústria automotiva e automobilística, o que vai exigir equilibrar a equação.

Desafios como a destruição das estruturas do Estado, como dos órgãos de controle, durante o governo anterior, são acompanhadas de perto pela sociedade civil. No campo da denúncia e da profecia, organismos como a

²⁰⁴ Os dados são do IPEA. Cf. IPEA, **Carta de Conjuntura**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/04/visao-geral-da-conjuntura-2/>. Acesso em 2 abr. 2024.

²⁰⁵ BACCARIN, José Giacomo; DELGROSSI, Mauro. MAGRO, João Pedro. **Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Tendências e estimativas recentes (2024)**. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/Inseguranca-Alimentar-e-Nutricional-no-Brasil-Tendencias-e-estimativas-1-1.pdf>. Acesso em 20 mar. 2024.

²⁰⁶ “O total de investimentos no Brasil anunciados por montadoras, nos últimos três meses, chegou a R\$ 71,4 bilhões”, cf. INFOMONEY, “Montadoras anunciam mais de R\$ 71 bilhões em investimentos no Brasil”, Disponível em <https://www.infomoney.com.br/politica/montadoras-anunciam-mais-de-r-71-bilhoes-em-investimentos-no-brasil/>. Acesso em 2 abr. 2024.





CPT e o CIMI têm mantido um permanente acompanhamento da realidade dos povos do campo e dos povos indígenas, em todo o país.

Após um período em que a participação da sociedade civil esteve anulada, desde 2023 tem havido um grande esforço para a retomada dos Conselhos Nacionais (quase todos extintos) e das Conferências Nacionais (em 2023, realizou-se 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a 4ª Conferência Nacional de Cultura, a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a 4ª Conferência Nacional da Juventude) e da participação da sociedade na elaboração das políticas públicas. A retomada da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) da Agenda 2030 da ONU, em dezembro de 2023, é outra experiência de construção paritária das políticas públicas²⁰⁷.

Outras importantes experiências decorrem da força dos movimentos sociais, como a organização e mobilização popular dos povos originários contra o marco temporal e de organizações sindicais do setor público contra os desastres de processo de privatização espalhados pelo país. Houve, ainda, forte crescimento e consolidação da Campanha Nacional por Direitos Sociais, que visa articular e fortalecer as lutas sociais no país, com a realização da 1ª Plenária Nacional, em 23 de março de 2024²⁰⁸. Em abril de 2024, o Acampamento Terra Livre (ATL), entre os dias 22 e 26, será realizada, em Brasília, a maior mobilização do movimento popular indígena do Brasil, que

²⁰⁷ A CNBB participa da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) da Agenda 2030 da ONU, como instituição com mandato. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/representantes-da-cnbb-tomam-posse-na-comissao-nacional-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-cnods/>. Acesso em 2 abr. 2024.

²⁰⁸ Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/1a-plenaria-nacional/>. Acesso em 2 abr. 2024.





neste ano completará 20 anos de contribuição na luta histórica pela garantia dos direitos dos povos indígenas e fortalecimento da democracia do nosso país.

Falta muito? Cremos que sim. Entretanto, houve avanços significativos do país, que conseguiu manter-se democrático e com as instituições funcionando apesar das crises dos últimos anos, em que os riscos foram enormes.

4 – Conclusão e sinais de esperança

No *Regina Caeli* da segunda-feira da Oitava de Páscoa (1º de abril), na Praça de São Pedro, o Papa Francisco convidou os fiéis a compartilhar a alegria do Ressuscitado: “A ressurreição de Jesus não é apenas uma notícia maravilhosa ou o final feliz de uma história, mas algo que muda nossa vida completamente e para sempre! É a vitória da vida sobre a morte, da esperança sobre o desânimo”²⁰⁹.

É com esse espírito, que tentamos olhar para a conjuntura brasileira, social, política, econômica e cultural, para cada um dos desafios suscitados, e muitos outros que foram apresentados. E nos propomos a dar continuidade e participar da escuta que exige lançar olhares, recolher proposições e fortalecer o sentido da ação. Com alegria²¹⁰!

²⁰⁹ FRANCISCO, Papa. “A alegria do Ressuscitado transforma nossa vida”. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-04/regina-caeli-papa-francisco-01-04-24.html>. Acesso em 2 abr. 2024.

²¹⁰ Idem, “Ele é a fonte de uma alegria que nunca se esgota. Portanto, apressemo-nos a buscá-Lo na Eucaristia, em Seu perdão, na oração e na caridade vivida! A alegria, quando compartilhada, aumenta. Compartilhemos a alegria do Ressuscitado.”





Frente à exigência de nossos leitores e da própria realidade, houve um esforço para identificar as principais tendências dos tempos atuais neste texto de análise de conjuntura. Debates os rumos da economia mundial, discutimos as crises que o meio ambiente está submetido, em um dos momentos mais graves da história da Casa Comum, expusemos as principais características das guerras e das mudanças geopolíticas, destacamos a América Latina, elencamos os dilemas sociopolíticos (principalmente o enfraquecimento das democracias, a divisão das sociedades e as crises dos projetos), com destaque para o papel das redes sociais e da forte instrumentalização da religião pela política. Nessa primeira parte, apontamos a voz profética do Papa Francisco, como uma das únicas referências de um mundo em crise.

Ao trazer as tendências para a segunda parte deste texto, elaboramos como elas têm ocorrido no Brasil, neste ano de 2024, que começou com múltiplas tragédias, oferecemos alguns cenários para o atual governo e para a governabilidade, seus desafios e os riscos. Alguns dados foram apresentados, algumas hipóteses foram suscitadas e discutidas. Agora a etapa comum é construir mais diálogos e soluções.

Como? “Muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, podem mudar o mundo”. Esta frase foi-nos oferecida pelas Missionárias da Imaculada, que na Paróquia São Francisco de Assis, em Belém do Solimões (Amazonas), organizaram o 17º encontro de jovens, nos dias 26 a 30 de setembro de 2022, com o tema “Jovens com a Bíblia na luta pelos seus sonhos”, com cerca de 100 jovens Ticunas de diferentes comunidades da região. Faz parte do imaginário desses parentes a ideia de que um pequeno pode, quando luta, encontrar soluções. Para os Ticunas, na narrativa mitológica, houve um tempo em que a Terra era só escuridão. Estava mergulhada numa noite contínua e fria por culpa de uma enorme e densa





samaumeira (uma *wotchine*). Precisavam retirar a escuridão e foram buscar ajuda. Depois de muitas tentativas, todas sem resultado, foi um pequeno roedor (“*Taine*”) que conseguiu, por meio de uma estratégia que juntou outros pequenos personagens, tombar a árvore e permitir que a luz chegasse a todos.

Precisamos de mais pequenos e pequenas, de melhores estratégias e de um contínuo processo de escuta e diálogos para superar tanta divisão e tantos desafios, seja no Brasil, seja no mundo. Precisamos de luzes. Como apontou o texto-base da Campanha da Fraternidade de 2024,

“Nosso desafio é ‘ser ainda mais uma Igreja que escuta: escuta do Espírito por meio da escuta da Palavra, da escuta dos acontecimentos da história e da escuta mútua como indivíduos e entre as comunidades eclesiais, desde o nível local até os níveis continental e universal (...) Este estilo de ouvir precisa marcar e transformar todos os relacionamentos que a comunidade cristã estabelece entre seus membros, bem como com outras comunidades religiosas e com a sociedade como um todo, especialmente em relação àqueles cuja voz é mais frequentemente ignorada’. E, assim, vivenciando sempre mais a experiência da fraternidade, da amizade, da comunhão, a Igreja, por seu testemunho e suas ações, irradia para toda a sociedade, o valor da amizade, mostrando com atitudes bem concretas que, mesmo diante de tamanha pressão em direção à inimizade, à separação e ao conflito, é possível fazer da fraternidade um valor indispensável na sociedade atual. Quando a fraternidade se torna valor nas culturas, quanto uma sociedade, valorizando por certo as diferenças, estabelece e mantém processos, mecanismos e instrumentos de unidade, comunhão e





fraternidade, podemos então dizer que estamos em um ambiente de amizade social".

Não podemos andar sozinhos. Há mulheres e homens de boa-fé, parte do time dos lúcidos, há tantas iniciativas da sociedade civil, redes e articulações que podem caminhar em conjunto, com comunhão e corresponsabilidade.

Para tanto, precisamos de coragem para construir a amizade social e superar as divisões, tanto as internas como as da sociedade como um todo, com partilha e em serviço recíproco, tendo, no nosso caso, o "centro em Cristo e sua Palavra, porque Ele é 'forte', Ele é aquele que nos dá a força, que nos dá a paciência, que nos dá a esperança, que nos dá a consolação. Ele é o 'irmão forte' que cuida de cada um de nós: de fato, todos precisamos ser carregados nos ombros pelo Bom Pastor e nos sentir envolvidos por seu olhar terno e atencioso"²¹¹.

Nesses anos de contribuição à conjuntura, após as exposições e os diálogos, algumas perguntas estão cheias de pessimismo. Perguntam: "Não é melhor desistir"? Na resposta a tão inquietante indagação, estamos com São Paulo, na sua argumentação que está na carta aos Gálatas: "De jeito nenhum!"²¹².

Em todos os momentos, sejam eles difíceis, sejam eles mais tranquilos, a conjuntura se apresenta, com seus contornos, para que dela cuidemos, com

²¹¹ FRANCISCO, Papa. **Coragem!**: as razões de nossa esperança. Organizado por Anna Maria Foli. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 124.

²¹² Usamos como referência o estudo de teologia bíblica de MIGUEL, Marcelo Ferreira. **O uso paulino da expressão μή γένοιο em Gálatas**: um estudo comparativo. Petrópolis: Vozes, 2021. Para o autor, "a crise na Galácia, motivada pela presença e interferência dos rivais de Paulo nessas comunidades", era a base da carta, cf. p.18 e ss. É possível que as tensões dos gálatas, no seu tempo, sejam, *mutatis mutandis*, próximas das atuais.





as ambiguidades, temores e incertezas que lá estão. Esta é a “difícil alegria, nossa de cada dia”, conduzida sempre pela fé e pela confiança²¹³.



²¹³ Cf. MENDONÇA, José Tolentino. **Rezar de olhos abertos**. Lisboa: Quetzal, 2020, p. 129.

